Nº 01
Ano IV

PORTE PAGO
CONTRATO
ECT / DR / BSB
STJ Nº 0267

informe-se

Informativo de Comunicação Interna do Superior Tribunal de Justiça

Brasília, janeiro/2005

Para planejar melhor o futuro

Começa a sair do papel o novo fundo que irá complementar a aposentadoria dos servidores

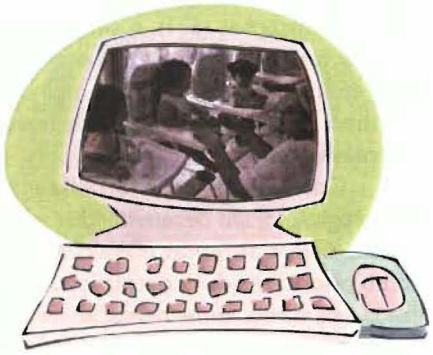
págs. 4 e 5

Nesta edição:

Quer dar uma espiadinha?

Sistema de transmissão ao vivo do Berçário mostra às servidoras do Tribunal o que está acontecendo com seus bebês enquanto elas trabalham.

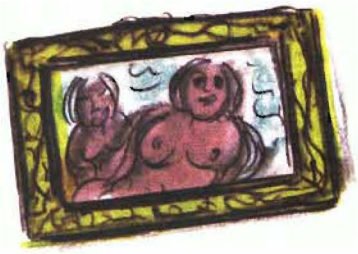
pág. 6



Agenda repleta de cultura

Núcleo Cultural do STJ divulga novo calendário de exposições no Tribunal. Primeira atração será a obra do artista plástico pernambucano Jô de Oliveira, mestre da xilogravura.

pág. 7



Justiça Virtual

Deusdete Alves Paixão (*)

Como pilar do Estado democrático de direito, o Poder Judiciário passou a ser plenamente exigido e sua operosidade, atentamente vigiada. Fez-se, então, a oportunidade para que sua administração pudesse dar a resposta reclamada pela sociedade, especialmente no que diz respeito a facilitar o acesso à Justiça e aumentar a celeridade e a transparência no desate das demandas judiciais.

A atuação do ministro Edson Vidigal na presidência do STJ vem aproveitando, em sua plenitude, as oportunidades de aperfeiçoamento. Com uma postura de vanguarda, estabeleceram-se metas audaciosas, que vêm sendo sistematicamente cumpridas.

Dentro do plano de modernização organizacional, a Informática recebeu papel determinante. Sob a denominação de Secretaria de Tecnologia da Informação e das Comunicações (STI), o setor soube adequar melhor os recursos humanos, o que resultou numa significativa melhoria do ritmo das implementações de novos sistemas e tecnologias.

Concomitante à atualização tecnológica, foram desenvolvidos e instalados novos sistemas e rotinas tidos como prioritários à modernização idealizada, tais como: implementação da certidão de andamento certificada *on-line*, que permitirá à parte interessada emitir a certidão de andamento diretamente na página da internet do STJ; disponibilização da "função de publicidade da informação" na página do Tribunal, dando acesso às decisões antes da publicação no Diário da Justiça, logo após a liberação pelos gabinetes dos ministros; a publicação *on-line* das decisões monocráticas; a instalação da consulta à base da Revista Eletrônica de Jurisprudência com acesso direto pelos servidores que prestam atendimento na Divisão de Arquivo-Geral, possibilitando a impressão das peças que integram o inteiro teor dos julgados, mesmo com a internet indisponível.

Para melhorar a divulgação das informações, foram instalados terminais de auto-atendimento nos mais variados setores do Tribunal. Além das inovações no âmbito da atividade judicial, avanços importantes foram feitos na área administrativa. Cita-se, por exemplo, a implantação do sistema da proposta orçamentária, com o acompanhamento da elaboração do orçamento desde a fase de captação das informações junto às áreas gestoras do Tribunal, até o lançamento no sistema integrado de dados orçamentários do Governo Federal – Sidornet. Também houve a implantação do Portal do Servidor, que, em uma única página na intranet, fornece as informações relativas aos servidores do STJ.

> *"Nossas ações em Informática têm fundamento na evidente necessidade de se dar mais celeridade aos processos e proporcionar ao cidadão um melhor acesso à Justiça."*

A STI seguirá em 2005 com um ambicioso cronograma de implantações. Dentre as metas estabelecidas, estão a instituição definitiva, prevista para março vindouro, da "certificação digital" para o STJ, o Conselho da Justiça Federal e a Justiça Federal de primeira e segunda instâncias, implantando-se assim a primeira "autoridade certificadora" do Poder Judiciário; a implementação do catálogo eletrônico de decisões, cujo objetivo é otimizar o processo decisório nos gabinetes, controlando-se desde a análise de admissibilidade do recurso, pelo uso do "questionário eletrônico de admissibilidade", até a vinculação do caso a textos padrão associados, no mérito, ao assunto analisado; implementação do Diário de Justiça on-line, conseguindo-se a imediata publicação dos julgados do Tribunal; implantação do "*site*" individualizado para os ministros do Tribunal, contendo informações públicas e institucionais relativas à estrutura e composição do gabinete, atividades do magistrado e estatísticas processuais; integração sistêmica das bases de dados judiciais existentes nos diversos órgão do Poder Judiciário; implantação do sistema de divulgação *on-line* da imagem e som das sessões de julgamentos realizadas em todos os órgão julgadores do Tribunal.

As metas estabelecidas têm notória vinculação com a reclamada modernização do Poder Judiciário. As ações têm fundamento na evidente necessidade de se dar maior celeridade e efetividade à prestação jurisdicional, além de proporcionar ao cidadão um melhor acesso à Justiça.

(*) Subsecretário de Desenvolvimento em Informática.

Expediente

Boletim Informativo Interno
Superior Tribunal de Justiça
Ministro Edson Vidigal
Presidente
Ministro Sálvio de Figueiredo
Vice-Presidente
Shyrlei Maria de Lima
Secretária-Geral da Presidência

Assessoria de Comunicação Social
Luiz Adolfo Pinheiro - *Assessor-Chefe*
Domingos Sabino Diniz - *Assessor-Adjunto*

Núcleo de Editoria e Imprensa
Roberto Cordeiro - *Assessor-Chefe*
Comunicação Interna
Roberto Thomaz - *Assessor-Chefe*
INFORME-SE
Editor
César Henrique Arrais
Redação
Fabrício Azevedo, Isabel Fontoura e Thaís Borges
Revisão
Mari Lúcia Del Fiaco
Projeto Gráfico
Leonel Laterza

Diagramação
Núcleo de Programação Visual/STJ
Impressão
Seção de Reprografia e Encadernação
Tiragem
2.000 exemplares
Endereços
SAFS Q.6, Lote I, Ed. Plenários - Térreo
CEP: 70095-900 - Brasília/DF
Contatos
(61) 319-8115
comunicacao.interna@stj.gov.br

Notes sem Medo

O programa *Lotus Notes* está inserido no dia-a-dia de quase todos os servidores do STJ. É por meio dele que muitos funcionários trocam informações, agendam seus compromissos e até participam de fóruns eletrônicos de discussão. Nem por isso, o programa deixa de intimidar alguns usuários. Das 40 mil chamadas que o serviço de Informática do Tribunal recebeu no ano passado, cerca de 10% são dúvidas sobre o aplicativo.

As incertezas quanto ao uso do *Notes* devem-se, sobretudo, ao excesso de recursos que ele oferece. Quem afirma é o chefe da Seção de Controle de Qualidade ao Atendimento (Sequal), Luiz Anísio Vieira. "Entre outras funções, o *software* pode ser usado como agenda de compromissos, cadastro de contatos, fórum de discussão e banco de dados", explica. Na avaliação dele, muitos usuários perdem por não saber como utilizar todas essas opções.

Para resolver o problema, a Sequal planejou, para março, o lançamento de um manual de dicas sobre o *Notes*. A publicação, que já está em fase de revisão, irá trazer os comandos, atalhos e funções específicas do aplicativo e vai estar disponível tanto em versão impressa quanto *on-line*. "Será uma boa solução para os que estão começando a usar o programa", garante Luiz Anísio.

Uriel Kádmo, da Seção de Suporte do Tribunal: dúvidas com Notes representam 10% dos atendimentos feitos aos usuários

Utilizado desde 1998 no STJ, o *Notes* está passando por uma atualização: a versão 5.0 do programa será substituída pela 6.5. "A nova versão tem uma aparência mais bonita, mais recursos e é mais simples de se configurar", destaca o chefe da Sequal. O trabalho está sendo feito por etapas, para não tumultuar o trabalho interno. "Hoje temos três mil usuários na rede do Tribunal. Precisamos fazer a mudança com cuidado, para que o sistema não gere conflitos e haja tempo hábil de responder às dúvidas sobre a nova versão do programa", salienta o chefe da Seção de Suporte ao Serviço Coorporativo, Uriel Kádmo.

Enquanto o manual da Sequal e a atualização do *Notes* não vêm, confira abaixo algumas dicas que ajudam a utilizar melhor o programa.

Quatro dicas para usar melhor o programa

1 Para manter a segurança, o *Lotus* é bloqueado automaticamente após algum tempo sem uso, exigindo que a senha seja redigitada. O tempo padrão é de 10 min., mas pode ser aumentado:

Clique no menu Arquivo > Submenu Preferências > Preferências de Usuários > Na base do quadro, mude o número de minutos em "Bloquear ID após... minutos". > Clique OK.

2 O *Notes* abre uma nova janela para cada documento ou mensagem. É possível fechá-la com dois cliques do botão direito do mouse:

Clique no menu Arquivo > Submenu Preferências > Preferências de Usuários > Selecione a opção "Clicar duas vezes..." > Clique OK.

3 É possível mudar a senha que dá acesso ao programa.

Clique no menu Arquivo > Submenu Ferramentas > Identidade do Usuário > Clique em "Definir Senha" > Digite a nova senha, clique OK e escreva de novo para fazer a verificação.

4 O Notes também pode ser acessado remotamente, inclusive de casa.

Ligar para a Informática e pedir para cadastrar um nome de usuário e a senha > acessar o endereço: **https://ww2.stj.gov.br**

Foto: CHA

informe-se
Informativo de Comunicação Interna do Superior Tribunal de Justiça

Segurança Extra para o Futuro

Os servidores do STJ, sobretudo os mais novos, receberam uma boa notícia no finalzinho de 2004. Por determinação do presidente do Tribunal, ministro Edson Vidigal, foi elaborado um anteprojeto de lei com as diretrizes para a criação de um fundo complementar de previdência. A iniciativa visa melhorar a seguridade social dos servidores, garantindo a todos um futuro mais tranqüilo.

O novo fundo vai nascer robusto. Além dos funcionários do STJ, ele deverá abrigar os do Conselho da Justiça Federal (CJF) e os dos cinco Tribunais Regionais Federais (TRFs) – o que alcança uma massa de mais de 22 mil servidores. "Pretendemos, no futuro, incluir a Justiça Federal de primeiro grau e também as Justiças estaduais. Com isso, o fundo do Judiciário seria o maior do País, o que poderia garantir uma rentabilidade ainda maior àqueles que aderirem ao plano", antecipa o diretor-geral do STJ, Alcides Diniz.

O anteprojeto de lei deverá ser submetido ao crivo do Conselho da Justiça Federal (CJF) na reunião que acontece neste mês de fevereiro, em Brasília. Depois, o presidente Vidigal também levará a proposta à análise da Corte Especial do STJ. É lá que deverá ser decidido se o projeto será enviado diretamente à apreciação do Congresso Nacional ou se passará antes pelo Palácio do Planalto, que se incumbiria de levá-lo ao Legislativo.

A proposta vai ficar apenas nas diretrizes gerais. Não se sabe ainda qual será o valor das contribuições ou dos benefícios. "Com o projeto aprovado, contrataremos uma consultoria atuarial para efetuar os cálculos de benefícios e contribuições, que irão variar de caso a caso", explica Alcides Diniz. Só para efeito de comparação, a proposta do Governo Federal para o Fundo de Previdência Complementar dos Servidores Públicos (Funpresp) – que abrigará os 460 mil funcionários do Executivo – prevê que a contribuição fique entre 6% e 9%. Isso sem contar os 11% compulsórios que dão ao servidor o direito de se aposentar com a remuneração máxima de R$ 2.508, o teto do INSS.

O que já está definido é que os órgãos do Judiciário que participarem da composição do fundo de previdência complementar vão atuar como patrocinadores. Ou seja, para cada real com que o servidor contribuir para o fundo, o órgão público irá contribuir com outro real, sem gerar ônus extra para os funcionários. Também já está definido que a administração do fundo terá, em todos seus segmentos – conselho financeiro, deliberativo e consultivo –, composição paritária entre representantes dos servidores e dos patrocinadores.

Outra novidade é que o servidor que já tem o seu próprio plano de previdência complementar em algum banco ou seguradora poderá transferi-lo para o fundo do Judiciário. O diretor-geral do STJ, Alcides Diniz, acredita que todos esses atrativos vão provocar uma alta adesão dos funcionários, sobretudo dos mais jovens. "O empenho do ministro Edson Vidigal foi de dar uma resposta imediata a essa questão, surgida com a reforma da Previdência. Precisávamos oferecer uma melhor perspectiva de futuro aos servidores novos, que se encontravam numa situação de contribuir durante toda sua carreira funcional e, mesmo assim, ficar limitados a uma aposentadoria de R$ 2.508. Acredito que, dentro das regras estabelecidas, encontramos uma solução bastante satisfatória", explica.

Além de ter assento garantido nos conselhos administrativos, o servidor também contará com a segurança de ter as finanças do fundo fiscalizadas pela Secretaria Nacional de Previdência Complementar, órgão ligado ao Ministério da Previdência que, desde o início de 2005, ganhou *status* de autarquia, o que lhe dá bastante independência de atuação.

De acordo com dados do Ministério da Previdência, já existem no Brasil 362 fundos de previdência complementar fechada – os que são restritos a um segmento classista ou funcional, como será o do Judiciário. Desses, 278 são de organizações privadas e 84, de órgãos públicos. No total, 258 patrocinadores ajudam a financiar a aposentadoria de seus funcionários.

A redação do anteprojeto do regime de previdência complementar dos servidores é apenas a primeira etapa do projeto, previsto no Plano Estratégico do Tribunal. Para este ano, espera-se ainda a elaboração do estatuto do fundo e de seu regulamento. Outro avanço esperado é a preparação do próprio plano de benefícios, que irá definir as vantagens a serem concedidas. "Assim que forem finalizados os trabalhos, faremos uma palestra para apresentá-los ao servidor", garante o assessor Antônio Morgado, da Diretoria-Geral. Resta aguardar.

Como Será a Previdência Complementar

A adesão ao fundo de previdência é voluntária.

O STJ, o CJF e os TRFs serão patrocinadores da previdência. Com isso, para cada real com que o servidor contribuir, os órgãos irão fazer um depósito do mesmo valor no fundo.

Os órgãos de administração do fundo terão composição paritária entre representantes dos servidores e dos organismos patrocinadores.

Os servidores que já tiverem um fundo de previdência complementar poderão migrar seus planos para o fundo do Judiciário.

Os valores das contribuições e dos benefícios só serão definidos após a avaliação de uma consultoria atuarial.

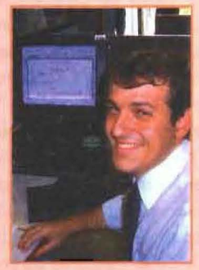
O que os Servidores Esperam do Novo Fundo de Previdência

"Ainda não penso ou planejo a minha aposentadoria, mas acho importante que o Tribunal se preocupe com questões dessa natureza. Se o plano for realmente bem administrado e garantir, de fato, um futuro tranqüilo para nós, servidores, acho que será ótimo para todos."

Marcelle Gonçalves
Chefe da Seção de Documentos Judiciários

"Eu já estava para pesquisar ofertas no mercado quando soube dos planos do STJ. Entrei em 2004 no Tribunal e já me preocupo com minha aposentadoria. Um plano de previdência interno deve oferecer condições mais justas do que as oferecidas aí fora. É esperar para ver."

Rafael Santos
Membro da Comissão de Licitação do STJ



"Trabalho há 15 anos no STJ e desempenho uma função comissionada. Tenho receio de me aposentar e perder boa parte dessa parcela no salário. A iniciativa de se criar um plano de previdência complementar é ótima. Se me beneficiar, vou aderir com certeza."

Joana Duarte
Assistente de gabinete do ministro César Rocha

"Seria um avanço e uma segurança a mais para o servidor, mas eu questiono se financeiramente valeria a pena, tendo por base nossa remuneração atual. Ainda não tenho opinião formada e só poderia me manifestar depois de analisar com bastante calma a proposta."

Mateus Cavalcante Pena
Pesquisador da Seção de Pesquisa de Jurisprudência

Fotos: RTS

Baby Brother STJ

As mamães servidoras do STJ ganharam, em dezembro, um novo aliado para controlar a ansiedade em relação aos bebês deixados no berçário do Tribunal. Trata-se da TV Berçário. Por meio dela, é possível espiar, via intranet, se os pimpolhos estão tomando banho, comendo, brincando ou chorando. Com câmeras transmitindo ao vivo o cotidiano dos bebês , o novo serviço já ganhou até o apelido de "Baby Brother".

O sistema de transmissão das imagens pela intranet foi desenvolvido em parceria com a Secretaria de Tecnologia da Informação. O objetivo é diminuir a apreensão das mamães na hora de se separar dos pequenos, além de consolidar a credibilidade do serviço com a promoção de transparência nas atividades desenvolvidas.

A TV Berçário é simples de usar. Para ver as imagens, basta acessar a intranet e escolher a opção "Saúde" no menu "Mais Links...", à direita da tela. Depois, é só clicar no *link* "Berçário ao vivo", localizado no menu de navegação principal. As imagens, de início, aparecem reduzidas num pequeno quadro situado no canto inferior da tela, mas podem ser ampliadas com um único clique na seta mostrada logo abaixo do visor.

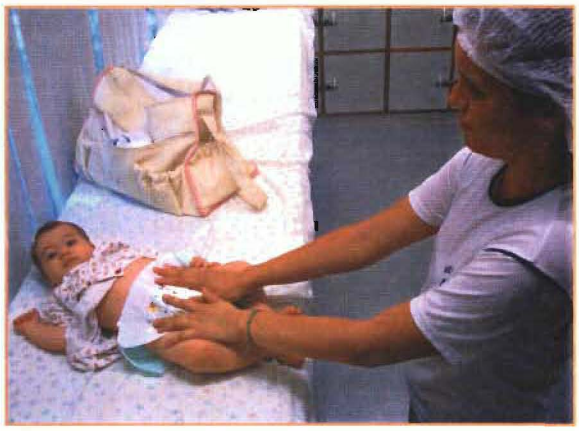
Três câmeras foram distribuídas pelo recinto para mostrar tudo o que acontece no local. A qualidade da transmissão, no entanto, ainda frustra um pouco aqueles que resolvem dar uma espiadinha. Pelo sistema atual, a imagem é gerada em preto-e-branco, sem áudio e com baixa resolução. Segundo a subcoordenadora do berçário, Zirlene Maria Matos, o equipamento instalado ainda não é o mais adequado, mas existe a expectativa de que as câmeras sejam trocadas neste ano.

Zirlene conta que melhorar a transmissão das imagens é só parte do que o berçário pretende fazer em 2005. Outro projeto para este ano é disponibilizar a chamada "agenda do bebê" na intranet. A agenda funciona como uma espécie de diário, no qual as funcionárias do berçário anotam se o bebê já lanchou, o quanto comeu, os horários de sono da criança, os banhos, as trocas de fraldas e observações que fogem à rotina. "Normalmente, é isso o que as mães querem saber quando nos procuram. Mas, para deixar essas informações atualizadas no sistema, seria necessária a contratação de, pelo menos, mais um servidor", afirma a subcoordenadora.

Três câmeras (como a mostrada ao lado) revelam tudo o que se passa com os bebês dentro de cada sala do Berçário

Fotos: RTS

O berçário conta atualmente com 11 funcionárias aptas a cuidar, entreter e alimentar todos os bebês sob sua responsabilidade. "Às vezes, eles começam a chorar ou precisam ser trocados quase ao mesmo tempo, e isso mobiliza todos os funcionários, inclusive o pessoal administrativo ou da limpeza, que se solidariza e vem ajudar", conta Zirlene Matos.



Funcionárias especialmente treinadas examinam os bebês assim que eles chegam ao Berçário. Toda anormalidade encontrada é imediatamente relatada às mamães

Todas as refeições dadas no Berçário seguem um cardápio elaborado por nutricionistas. Diariamente, as funcionárias registram o quanto cada bebê comeu

Apesar das dificuldades, as mães que comparam o berçário do STJ com outras creches não hesitam quando avaliam a qualidade dos serviços prestados. "Aqui é muito melhor", afirma Ialane Oliveira Rocha, servidora lotada no departamento de Informática. Ialane Rocha fala com conhecimento de causa. Além da caçula Bruna, de seis meses, a servidora também utilizou o serviço quando ganhou sua filha mais velha, hoje matriculada numa das creches mais conceituadas de Brasília. Difícil encontrar uma mãe dentro do Tribunal que não compartilhe da mesma opinião.

Arte para o Ano Inteiro

Visto em retrospectiva, 2004 foi um ano e tanto para o Espaço Cultural do STJ. Temáticas inusitadas deram vida a dez exposições temporárias, que divulgaram o trabalho de 149 artistas – tanto renomados quanto em início de carreira. A diversidade rendeu ao Espaço sucesso de público e crítica. Mais de dois mil visitantes marcaram presença nas mostras realizadas, algumas das quais chegaram a render entusiasmados elogios nos jornais da cidade.

Disposto a repetir o sucesso, o Núcleo Cultural preparou uma agenda repleta de exposições atrativas para 2005. Proporcionar diálogo entre artista e público e promover maior circulação de pessoas é a grande aposta do setor para este ano. A idéia é organizar oficinas, realizar palestras e promover mostras que contemplem uma diversidade ainda maior de conteúdos.

A abertura do cronograma de eventos está prevista para o dia 14 de fevereiro, com exposição do ilustrador pernambucano Jô Oliveira, um mestre da xilogravura (ver texto abaixo). Em março, será a vez da arte regionalista do escultor cearense Emicles Nobre, que usa o concreto como matéria-prima da suas obras. Sua preferência é criar cenários típicos regionais, por meio de figuras esculpidas em alto relevo. Usando cimento, ferro e areia, o artista dá o seu recado, construindo esculturas em tamanhos variados para adaptar-se a qualquer ambiente.

Em 2005, o Espaço Cultural vai estar de portas abertas para artistas de várias partes do País. Já aportou no STJ um grande número de propostas de expositores de outros estados brasileiros.

É o caso do casal de artistas Mady & Batista, do Rio de Janeiro, cujo trabalho será exposto a partir do dia 4 de abril. Mady pinta suas obras inspirada na exuberância da Floresta Amazônica. Já o entalhador de madeira Batista produz portas, talhas de parede, biombos, grandes painéis e mesas de centro. Sem dúvida, um trabalho único.

Empolgação

Há servidores do Tribunal que não perdem as exposições culturais por nada. Outros são tão empolgados que trazem a família e os amigos. Para a funcionária Leila Aparecida Arantes, trata-se de uma ótima oportunidade para ter contato com obras inusitadas e, às vezes, com os próprios artistas. "Além de ganhar cultura, é um momento em que posso me desligar do trabalho", conta.

O servidor Air Oliver Mendes concorda." Cada vez que visito o Espaço Cultural, me surpreendo com artistas, obras e propostas que jamais imaginaria ver. São novos paradigmas quebrados a cada dia", diz. Funcionário do STJ há 12 anos, ele mostra entusiasmo quando o assunto são as mostras previstas para 2005. "Não vejo a hora de começarem as exposições. Estarei lá. Afinal, cultura nos deixa mais felizes e, assim, produzimos melhor."

A expectativa do Núcleo Cultural do STJ é conquistar mais adeptos assíduos em 2005. Segundo a assessora-chefe do Núcleo, Jacqueline Lima, uma das novidades para 2005 será a revitalização do mezanino do prédio dos Plenários. A expectativa é que a obra seja feita até março, juntamente com a transferência da exposição permanente do STJ para o local e a reabertura da lanchonete. "O que almejamos é ouvir as pessoas dizerem: Vou sair para ver uma exposição no STJ", diz a responsável pela organização das exposições, Patrícia Gladys. No que depender do empenho do Núcleo e da qualidade da programação, o pedido tem tudo para ser realizado.

Ilustrações de caráter bem brasileiro

Josimar Fernandes de Oliveira, o Jô Oliveira, é um artista versátil. Ilustrador de renome nacional, o pernambucano radicado em Brasília ganhou projeção ao retratar um mundo bem brasileiro, com trabalhos em xilogravura que mostram as lendas do nordeste, o misticismo e o cangaço. São dele as ilustrações que compõem esta página. A exposição que começa no dia 14 de fevereiro, no STJ, será uma retrospectiva com as criações do artista. Para promover maior interação com o público, pretende-se, inclusive, organizar uma oficina de xilogravura ministrada pelo próprio Jô Oliveira. Haverá também a apresentação de seus trabalhos para literatura de cordel.

Uma Viagem aos Subterrâneos do Tribunal

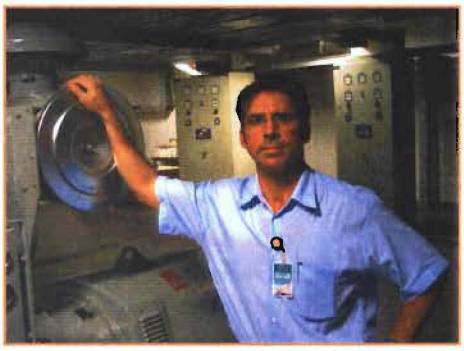
Fotos: CHA

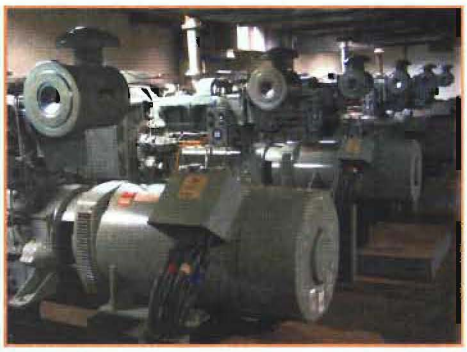
Cabe aos dutos (ao lado) receber a água resfriada a 6° C pelas centrífugas (no detalhe) e distribuí-la pelo imenso sistema de resfriamento do STJ

Difícil não se impressionar com o gigantismo das instalações do STJ. A edificação projetada por Oscar Niemeyer se impõe na paisagem brasiliense com seus quase 140 mil metros quadrados de área construída. Grandiosidade que causa admiração não apenas em quem olha de fora. Internamente, são cerca de 18,5 mil metros quadrados só de corredores – quem nunca se sentiu meio perdido indo de uma área à outra do Tribunal?

A "cidade" STJ, porém, não se resume às áreas de circulação e visíveis à maioria dos servidores. Lá embaixo, nos subterrâneos, existe um local tão grandioso quanto o restante do Tribunal. Um espaço vital para manter a Casa em funcionamento e com um ambiente sempre "fresquinho": a central elétrica.

O local é barulhento – os funcionários do setor trabalham com protetores de ouvido. O primeiro salão é dedicado às três centrífugas responsáveis por resfriar a água que abastece o sistema de ar-condicionado do STJ. O líquido, que chega a 8°C nas centrífugas, é enviado de volta aos dutos a 6°C. Ao lado, existem seis torres externas que enviam água para o resfriamento das máquinas. Cerca de 50% do potencial energético do Tribunal é destinado ao ar-condicionado. "Mas essa energia nunca é utilizada por completo", explica o engenheiro Filipe Sifuentes, um dos responsáveis pela manutenção das instalações do sistema de resfriamento.





Acima, o engenheiro Luiz Henrique. Embaixo, os geradores capazes de manter o Tribunal funcionando por até 17 horas durante um corte de abastecimento

Na área ao lado, encontra-se a sala dos transformadores que recebem a energia enviada pela Companhia Energética de Brasília (CEB) e a redistribuem para todo o Tribunal. O potencial energético do STJ é enorme – mais ou menos a metade do que gasta uma cidade como São Sebastião, que tem cerca de 70 mil habitantes. Para quem acha haver um exagero de consumo, basta imaginar que por aqui circulam mais de seis mil pessoas por dia, são acesas 44 mil lâmpadas e cerca de dois mil computadores estão em constante funcionamento. "Nosso consumo vem diminuindo desde 1996 com um programa de monitoramento e controle de energia que já resultou numa economia de quase R$ 5 milhões para o STJ", conta Vinícius Couto Mota, da Subsecretaria de Engenharia e Arquitetura.

Logo abaixo está o local que garante o fornecimento de energia ao STJ mesmo que a CEB pare totalmente com a transmissão. São sete geradores, acionados automaticamente tão logo se detecte um blecaute. São necessários cerca de 30 segundos para que as máquinas entrem em operação. Cada uma delas é ligada por uma bateria de caminhão, que dá a descarga inicial para que os motores – que têm uma potência equivalente a 50 carros populares – entrem em operação.

Os geradores podem trabalhar com uma potência de 2,5 Kva. "Com isso, temos condições de ficar 17 horas trabalhando com a carga total do Tribunal. Exceto pelo ar-condicionado, que é desligado nos momento de blecaute", explica Luiz Henrique do Amaral, engenheiro eletricista da empresa Instalações Técnicas de Brasília (Itebra). Para alimentar os geradores, o STJ conta com um tanque de combustível com sete mil litros de óleo diesel. "O óleo está lá há muito tempo. Felizmente, os geradores só funcionaram para manutenção", conta Amaral.

A preocupação dos "subterrâneos" com o pleno funcionamento da Casa não acaba por aí. Os 30 segundos necessários para o acionamento dos geradores poderiam ser fatais para trabalhos que estivessem sendo realizados nos computadores na hora do blecaute. Mas duas pequenas salas lotadas de baterias semelhantes preenchem esse vácuo de energia entre o blecaute e o funcionamento dos geradores. São os *no breaks*. Com uma capacidade de 380 Kva, o sistema entra em operação imediatamente após identificar uma falha no abastecimento de energia. Sua função é deixar os computadores ligados. "Mesmo que o abastecimento e os geradores falhem, os *no breaks* podem manter os computadores ligados por até 15 minutos. Tempo suficiente para salvar os trabalhos", explica Amaral.

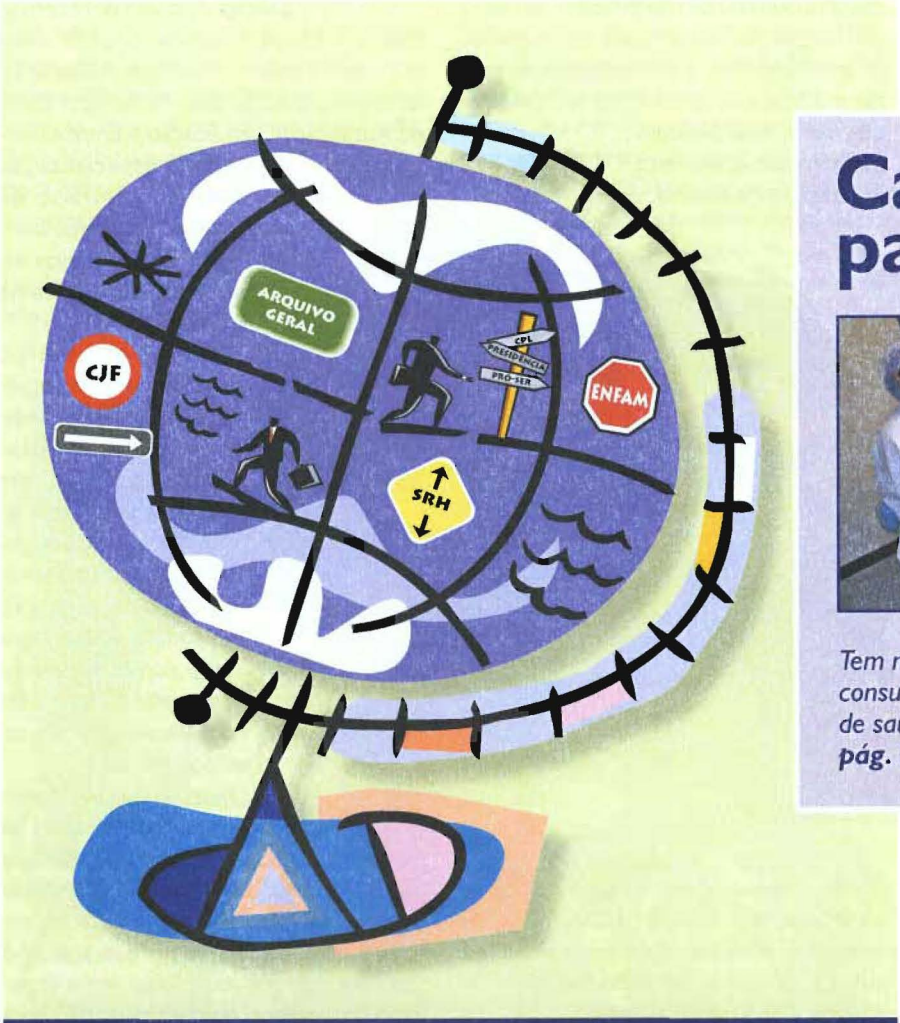
Nº 02
Ano X

PORTE PAGO
CONTRATO
ECT / DR / BSB
STJ Nº 0267

informe-se

Informativo de Comunicação Interna do Superior Tribunal de Justiça

Brasília, fevereiro/2005



Cadê o paciente?

Foto: CHA

Tem muito servidor deixando de ir às consultas agendadas nos serviços de saúde do Tribunal.
pág. 3

A nova geografia do Tribunal

Saiba quais são e o que significam as mudanças que estão ocorrendo no espaço físico do STJ.
págs. 4 e 5

Disciplina é liberdade

Ministro Fux conta como consegue manter uma vida saudável mesmo com a pesada carga de trabalho no STJ.
Pág. 6

Auto-retrato

Projeto vai identificar as características que definem a cultura organizacional do STJ.
pág. 7

A Secretaria Judiciária hoje

Rosângela Silva (*)

A Secretaria Judiciária, de acordo com a atual estrutura do Superior Tribunal de Justiça (Resolução nº 9, de 14/07/2004), está vinculada à Secretaria-Geral da Presidência. Sua finalidade é dar apoio à atividade judicante, preparando o processo para julgamento, dando cumprimento aos despachos, acompanhando e registrando o trâmite processual, bem como prestando informações aos usuários, de modo a contribuir para a efetividade e celeridade da Justiça.

Essa Secretaria abrange dez coordenadorias de órgãos julgadores (seis Turmas, três Seções e a Corte Especial) e três Subsecretarias: Subsecretaria de Protocolo, Informações Processuais e Expedição; Subsecretaria de Autuação, Classificação e Encaminhamento; e Subsecretaria de Taquigrafia, além da Divisão de Execução Judicial e Seção de Apoio aos Advogados.

Contamos com um efetivo de 756 servidores, sendo 251 analistas judiciários e 505 técnicos judiciários. É imprescindível também a colaboração dos 88 estagiários de nível médio e superior.

É importante frisar que, perfazendo um quadro comparativo com o ano de 2003, houve um acréscimo no número de servidores em decorrência de aprovação, pelo Poder Legislativo, de projeto de lei que possibilitou o aumento de cargos e funções neste Tribunal. Contudo, esse acréscimo não acompanhou o ritmo atual de crescimento dos trabalhos.

Todas as metas estabelecidas por esta Secretaria visam a celeridade da prestação jurisdicional, ou seja, a busca por uma Justiça rápida, eficaz e democrática. Nossos esforços estão sempre direcionados à racionalização de procedimentos, à eliminação de desperdícios, ao aumento da produtividade, à transparência da gestão e à busca por inovações tecnológicas que não apenas facilitem, mas também acelerem a prestação jurisdicional.

É preciso sempre aproximar a Justiça da sociedade, reduzindo as distâncias, facilitando o acesso e esclarecendo a opinião pública sobre a real situação dos tribunais e juízos e as exigências legais.

A Secretaria Judiciária apresenta expressiva diversidade nas suas atividades, a cargo das várias unidades que a compõem. Sua atuação abrange desde o atendimento direto ao público, passando pelos registros realizados em cada processo, até o apanhamento das notas taquigráficas, realizado durante as sessões.

Mudanças realizadas recentemente na forma de atuação do setor mostraram-se bastante benéficas. A alteração da estrutura no âmbito da Subsecretaria de Autuação, Classificação e Encaminhamento viabilizou a especialização no processo, ao contrário da especialização na tarefa, bem como valorizou o foco no resultado, em vez de na atividade.

Com novas rotinas, o fluxograma de atividades foi dinamizado – e pôde-se derrotar o atraso, que não nos permitia avançar. Foi uma vitória possível pela alteração estrutural e pela dedicação de toda a equipe, que teve como meta acabar com os estoques em depósitos, colocar o serviço em dia.

Nas diversas atividades desenvolvidas pela Secretaria, há de ser ressaltada a constante dedicação dos servidores e diretores. Da chegada dos feitos ao seu processamento e conseqüente baixa, há sempre o trabalho silencioso, criterioso e muitas vezes abnegado do servidor, que labuta diariamente para o aperfeiçoamento da distribuição da Justiça.

(*) Secretária Judiciária do STJ

Expediente

Boletim Informativo Interno
Superior Tribunal de Justiça
Ministro Edson Vidigal
Presidente
Ministro Sálvio de Figueiredo
Vice-Presidente
Shyrlei Maria de Lima
Secretária-Geral da Presidência
Assessoria de Comunicação Social
Luiz Adolfo Pinheiro - *Assessor-Chefe*
Domingos Sabino Diniz - *Assessor-Adjunto*

Núcleo de Editoria e Imprensa
Roberto Cordeiro - *Chefe do Núcleo*
Comunicação Interna
Roberto Thomaz - *Coordenador*
INFORME-SE
Editor
César Henrique Arrais
Redação
Isabel Tarrisse, Luiz Gustavo Rabelo e Murilo Pinto
Revisão
Mari Lúcia Del Fiaco
Projeto Gráfico
Leonel Laterza

Diagramação
Departamento de Comunicação Interna
Impressão
Seção de Reprografia e Encadernação
Tiragem
5.000 exemplares
Endereços
SAFS Q.6, Lote I, Ed. Plenários - Térreo
CEP: 70095-900 - Brasília/DF
Contatos
(61) 319-8115
comunicacao.interna@stj.gov.br

Marcou a consulta? Então apareça!

O título acima soaria malcriado e redundante, não fosse inspirado por uma estatística espantosa: um em cada cinco servidores falta, sem avisar com antecedência, às consultas agendadas nos serviços de saúde do Tribunal. Resultado: tumulto no sistema e prejuízo a outros pacientes, que deixam de ser atendidos na hora desejada.

A questão que preocupa, na verdade, não é o alto índice de ausências, mas o descuido de muitos servidores em não avisar que desistiram do compromisso agendado. "Desmarcar consultas é imprescindível para dar chance a pacientes eventuais. Do contrário, você acaba prejudicando outra pessoa", afirma a coordenadora do Serviço de Odontologia do STJ, Madalena Borges.

Na Odontologia, o "bolo" dado às consultas contribuiu para agravar uma situação já complicada. Por conta da busca concorrida por horários eventuais e do não-comparecimento às visitas agendadas, o tempo de espera para ser atendido nos consultórios saltou para seis meses. No ano passado, uma média de 146 pessoas por mês faltou ao serviço odontológico sem avisar.

No Atendimento Médico do Tribunal, a situação não é diferente. Além de um índice de faltas que beira os 20%, os profissionais do setor têm de lidar com o atraso de muitos pacientes. Como o cotidiano dos médicos inclui consultas emergenciais, a programação diária acaba ficando comprometida. "O servidor deve entender que a otimização do tempo e a eficácia do serviço também dependem de sua pontualidade", ressalta o subsecretário de Saúde Ocupacional e Prevenção, Andral Codeço Filho.

Não custa muito colaborar com os serviços de saúde do Tribunal. A antecedência exigida para o aviso de faltas e atrasos é de, no mínimo, quatro horas. Ou seja, em muitos casos, o servidor pode desmarcar sua consulta no mesmo dia em que ela seria realizada. Se isso fosse feito rotineiramente, o tempo de espera para ser atendido nos consultórios poderia cair pela metade.

Informar previamente a desistência de uma consulta é fácil. Basta ligar para um dos seguintes ramais: 9589, 9475, 9479 ou 9467. Os números são os mesmos utilizados para agendar as visitas. Dizer que esqueceu, portanto, não vale.

Para não esquecer os compromissos

Pergunte a um servidor do STJ o motivo de ele ter faltado a uma consulta médica no Tribunal e a resposta dificilmente será outra: "Esqueci!"

Foi justamente para ajudar os funcionários da Casa a lembrar esses compromissos que o Portal do Servidor passou a incluir, na intranet, as consultas agendadas nos serviços de Saúde do Tribunal.

A expectativa é que a possibilidade de conferir as consultas *on-line* possa diminuir o alto índice de faltas. Para utilizar o serviço, basta seguir os passos descritos abaixo:

1. Acesse o *link* Portal do Servidor, localizado na barra de navegação principal da intranet

2. Efetue seu *login*, informando nome de usuário e senha.

3. Confira, já na página de entrada, se há alguma consulta agendada nos Serviços de Saúde do STJ. Se houver, serão informados a data, a hora, o tipo de consulta e o nome do profissional de saúde que irá atendê-lo.

Fotos: CHA

Dr. Andral: servidor tem de ser pontual

informe-se

Não vá se perder por aí...

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) iniciou o período regimental com sua estrutura física renovada. Por fora, tudo continua igual. Mas, por dentro, são muitas as mudanças.

Falta de espaço para novos servidores trabalharem, aumento do número de processos analisados, transferência de um órgão e criação de outro nas dependências do Tribunal, diminuição do trânsito de carrinhos com peças processuais... Enfim, não faltaram motivos para a redistribuição espacial iniciada no começo do ano – e ainda não concluída – pela Secretaria de Engenharia e Arquitetura (Sear) a pedido do presidente da Casa, ministro Edson Vidigal.

A demanda de mais espaço, feita pelas coordenadorias das seis Turmas, deu início a todas as alterações da distribuição do espaço físico do STJ. Cada uma praticamente dobrou o número de servidores com o ingresso de novos concursados em agosto. Além disso, houve um acréscimo médio de 30% no número de processos analisados pelas Turmas. Com isso, cada funcionário tinha apenas 5m² para trabalhar. "A situação estava caótica. Consideramos que o espaço mínimo para um servidor desempenhar suas atividades é de 7m²", explica Maria Helena Pereira, chefe da seção de Arquitetura da Sear.

Diante da necessidade, a Sear transferiu todas as coordenadorias do 3° para o 2° andar do prédio da Administração. Com isso, cada uma delas ganhou um espaço extra de 150m², que abriga também os depósitos de processos antes localizados no subsolo. "Já que teríamos de fazer mudanças, aproveitamos para reduzir o trânsito de carrinhos com processos que tanto congestionam os elevadores", diz Maria Helena.

Com as coordenadorias instaladas no 2° andar do prédio da Administração, todas as unidades da Secretaria de Recursos Humanos foram transferidas para o 3° andar. "O RH perdeu um pouco de espaço, mas nenhum servidor ficou com uma área de trabalho inferior a 7m²", ressalta a chefe da Arquitetura.

Outras mudanças importantes serão implementadas em breve. A maior e mais aguardada delas será a transferência de parte do Conselho da Justiça Federal (CJF) para a sede do STJ. No prédio que o CJF ocupa na Asa Norte vão ficar apenas o serviço médico, a informática e o Centro de Estudos Jurídicos.

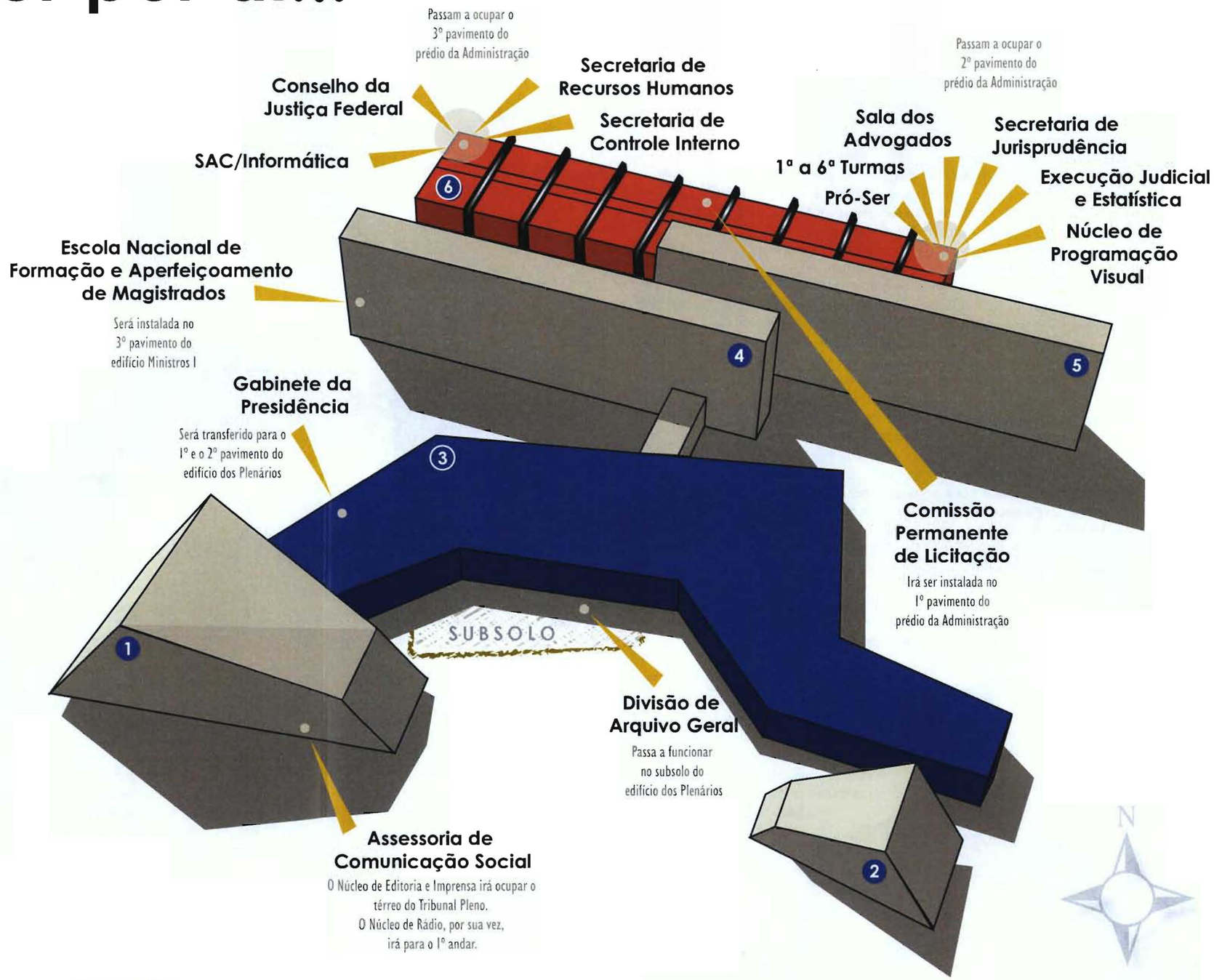
Segundo Maria Helena, a transferência do Conselho para o STJ foi motivada por uma questão de praticidade. "O ministro Edson Vidigal pretende racionalizar o trabalho dos ministros, diminuindo o deslocamento todas as vezes que eles precisam ir ao CJF", conta. Outra vantagem será a economia gerada. Estima-se que, apenas com serviços de conservação e limpeza, vigilância e materiais de manutenção, a redução dos custos irá chegar a quase R$ 1,5 milhão.

O Conselho irá ocupar salas do térreo e do 3° andar do prédio da Administração e dividirá o 3° andar do Ministros I com a futura Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), cujo projeto está sendo implementado. Com isso, a presidência do STJ também vai mudar de lugar, passando para o 2° andar do prédio do Tribunal Pleno.

Existem ainda algumas mudanças que já estão confirmadas, mas não foram implantadas. O Núcleo de Rádio, que hoje está localizado no 3° andar do Ministros I, será transferido para o 1° andar do Tribunal Pleno, ocupando o lugar que é atualmente usado pelo Núcleo de Editoria e Imprensa. Este, por sua vez, será transferido para uma ampla sala no térreo do Tribunal Pleno, transformando-se numa redação geral do STJ, já que também irá agregar a equipe da Comunicação Interna e os profissionais que trabalham na futura Revista Mérito.

Mais alterações vão ser feitas ao longo do primeiro semestre, como a definição das novas áreas onde vão funcionar a Capela e o Espaço Ecumênico do STJ.

Confira, no mapa ao lado, as principais mudanças na geografia interna do Tribunal.



O super Fux

Ele aprecia cerca de 1.400 processos por mês e ainda encontra tempo para lutar *jiu-jitsu*, tocar guitarra e malhar. Quem olha de maneira menos atenta para o ministro Luiz Fux jamais imagina que o homem de terno, gravata e toga é capaz de conjugar tantas atividades. O segredo, ele mesmo revela: disciplina.

O perfil versátil do ministro Fux vem desde a juventude, quando costumava surfar nas praias da Zona Sul do Rio – sua terra natal – e tocar música com os amigos. Durante o curso de Direito na Uerj, foi guitarrista e vocalista de uma banda de rock chamada The Five Thunders. Eram os anos 70, tempo da *Black Music*, do ápice das grande bandas do rock inglês, como o Led Zepellin, e do surgimento de artistas nacionais do calibre de Raul Seixas e dos Novos Baianos.

Em meio a essa atmosfera, Fux e seus colegas de banda tocavam em clubes, festas e bailes do Rio. Mas, embora fossem uma banda de rock, não eram radicais. "Os sucessos da época eram as músicas do Tim Maia, do Sullivam e Massadas. Então, a gente também tocava um pouco de romântico", conta, revelando que chegou também a tocar sambas e *hits* sertanejos. O tempo, no entanto, não apagou a paixão pela música. Ainda hoje, Fux costuma dedilhar sua guitarra Fender e cantar em festas de amigos e confraternizações do trabalho.

Além da música e do surfe, o ministro praticou *jiu-jitsu* durante 15 anos. Nos tatames, atingiu a faixa preta. A luta é uma de suas maiores paixões. Mesmo com o tempo escasso, arranja um jeito de treinar eventualmente.

Quando está no Rio, de vez em quando reúne os velhos companheiros de luta para treinar, e agora já pensa em instalar um tatame em sua casa brasiliense.

O ministro começou a praticar *jiu-jitsu* quando tinha 26 anos, na academia de Osvaldo Alves, a quem considera "o mais técnico" entre os treinadores da arte marcial. Quando praticava o esporte com regularidade, participou de vários competições. E as vitórias? "Eu era mais de treinar do que de disputar campeonatos", disfarça. "Exerço função pública desde os 23 anos e esse fato limitou minha vida pessoal", diz o ministro, que, antes de chegar ao STJ, foi promotor público e juiz estadual no Rio.

Fux diz que a ideologia e a filosofia do *jiu-jitsu* lhe deram um perfil de pessoa aguerrida. "O *jiu-jitsu* tem uma filosofia de coragem que é muito importante para vida em geral", afirma.

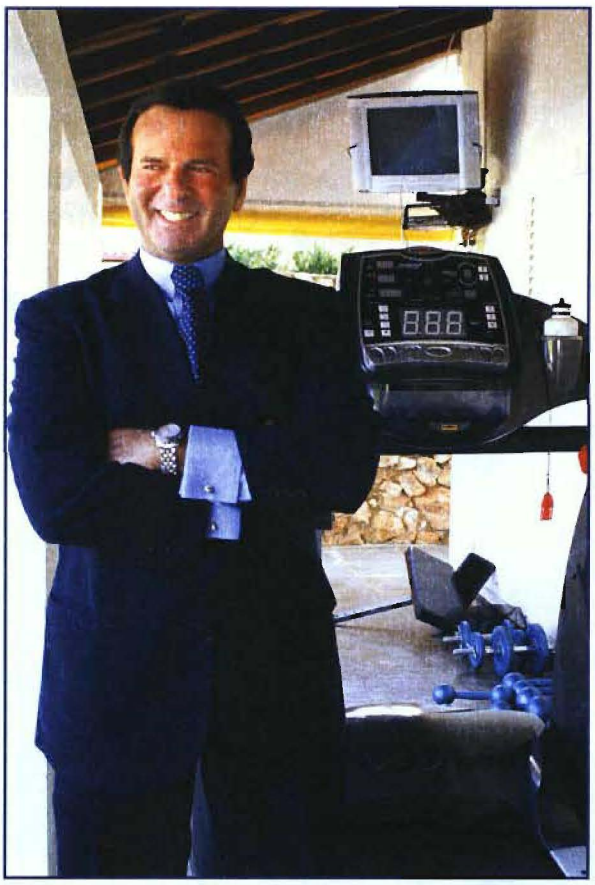


Foto: Sandra Fado

Fux na academia de musculação montada no quintal de sua casa

Rotina saudável

Para não se privar de seus prazeres, Fux procura ser disciplinado. Sua rotina se divide entre o trinômio trabalho-estudo-exercícios. Diariamente, o ministro acorda às 5h e trabalha até às 9h. A partir daí, faz uma hora de corrida e, em seguida, realiza uma série de exercícios nos aparelhos de musculação da sua casa. O resto do dia é dedicado ao trabalho no Tribunal.

Fux costuma dormir cedo. Tem uma dieta balanceada, mas nada radical. Um vez por semana, comete o que chama de "extravagância": reúne amigos para um bate-papo e para tomar uma dose de uísque – sua bebida predileta. Reservado, procura evitar badalações. "Por questão de saúde e para evitar a quebra da minha rotina, que é saudável", diz.

O ministro considera discriminação o espanto que algumas pessoas revelam quando se deparam com o lado humano das autoridades públicas. " Para ter uma reputação ilibada não é necessário deixar de viver como ser humano comum", diz. Por outro lado, Fux argumenta que o preconceito também é causado, em parte, pelas próprias autoridades, que se afastam dos cidadãos. " Esse afastamento gera a percepção de que as autoridades não são homens do povo".

Foto: Jorge Campos

Projeto vai mapear a 'cultura' do Tribunal

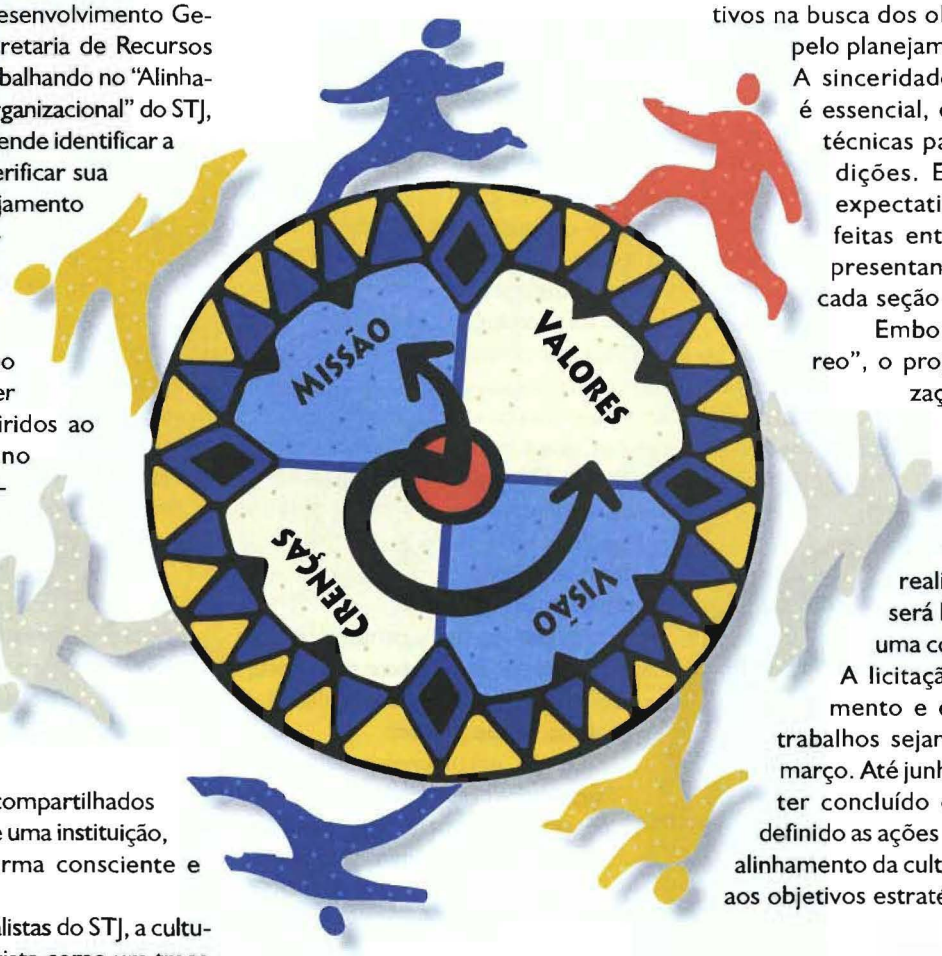
Cada dia mais valorizado no mundo corporativo, o conceito de cultura organizacional está ganhando novo impulso no STJ. E o que é melhor: a partir de um trabalho que irá contar com a participação direta – e decisiva – dos servidores.

A Seção de Desenvolvimento Gerencial, ligada à Secretaria de Recursos Humanos, já está trabalhando no "Alinhamento da Cultura Organizacional" do STJ, um projeto que pretende identificar a cultura da Casa e verificar sua adequação ao planejamento estratégico e à missão institucional do Tribunal.

Se, no senso comum, o termo "cultura" sugere saber e experiência adquiridos ao longo do tempo, no universo das organizações o conceito ganha novos contornos e dimensões. Cultura organizacional é a influência mútua, cotidiana e dinâmica de todas as crenças, valores, normas e práticas compartilhados pelos funcionários de uma instituição, manifestadas de forma consciente e inconsciente.

Para os especialistas do STJ, a cultura organizacional é vista como um traço distintivo das instituições. "Ela permite identificar o Tribunal entre tantos outros. É como um retrato: da mesma forma que um país, em que você identifica a cultura pelo idioma, a culinária, as lendas, no STJ também existem características que o diferem de outras instituições", explica a coordenadora Alessandra Alcedo Garritano, que está à frente do Alinhamento da Cultura Organizacional no Tribunal.

O projeto é amplo. Seus objetivos abrangem desde identificar a tolerância dos servidores às inovações tecnológicas – a proclamada substituição da "cultura do papel" por práticas mais efetivas –, até avaliar o nível de oposição a alterações administrativas. Nos casos em que forem encontradas resistências ou deficiências de conhecimento, o projeto prevê a realização de um plano de ações capazes de reverter a situação.



A primeira ação será o mapeamento de traços que definam essa cultura. "Vamos tentar descobrir, dentro desse conjunto de valores, crenças, 'heróis' etc., o que pode nos ajudar a alcançar os objetivos estratégicos. E o que deve ser feito para nos alinharmos à cultura desejada", afirma Garritano.

A participação dos servidores é fundamental desde o início do processo. A primeira etapa contará com uma pesquisa aberta a todos os funcionários. Com sigilo absoluto, ela vai identificar os pontos positivos e negativos na busca dos objetivos definidos pelo planejamento estratégico. A sinceridade dos servidores é essencial, e serão utilizadas técnicas para evitar contradições. Existe também a expectativa de que sejam feitas entrevistas com representantes sorteados de cada seção do Tribunal.

Embora soe algo "etéreo", o projeto prevê a utilização de indicadores técnicos precisos e mensuráveis para balizar todo o processo e verificar os avanços realizados. A iniciativa será levada adiante por uma consultoria externa. A licitação está em andamento e espera-se que os trabalhos sejam iniciados já em março. Até junho, o Tribunal deve ter concluído o mapeamento e definido as ações necessárias para o alinhamento da cultura organizacional aos objetivos estratégicos.

Foto: CHA

Alessandra Garritano: participação dos servidores é fundamental

A veste da neutralidade

De tecido preto com comprimento que vai do pescoço aos calcanhares. É assim a vestimenta obrigatória dos magistrados quando estão no momento áureo do seu ofício: o julgamento. A toga constitui um símbolo da respeitabilidade e solenidade dos atos judiciais. Lembra ao juiz sua autoridade independente e o zelo que deve ter na nobre função de julgar e processar causas. "É um traje revestido de sentidos, que simboliza, sobretudo, a neutralidade máxima do magistrado dentro de uma corte", explica o juiz Carlos Fernando Mathias, do Tribunal Federal Regional da 1ª Região (TRF1) e professor do curso de Direito da Universidade de Brasília (UnB).

As origens da toga, entretanto, nada têm a ver com o mundo judicial. Foi na Roma Antiga que o traje começou a ser utilizado. Confeccionado geralmente de lã e nas mais diversas cores – notadamente o bege e o branco –, a vestimenta servia para diferenciar os cidadãos (os cives) romanos dos plebeus, que trajavam túnicas. Posteriormente, passou a ser utilizada pelos altos membros da Igreja Católica e, quase no fim da Idade Média, foi adotada pelos catedráticos das incipientes universidades européias.

Segundo o professor Celso Bubeneck, especialista em História do Direito, a toga – do latim *togae* – chegou aos tribunais no século XVII na Inglaterra, época da Revolução Gloriosa, juntamente com aquela peruca de fios brancos e encaracolados, que é utilizada até hoje. Os órgãos judiciais do Império e da República no Brasil também adotaram a vestimenta. Só que, em vez da peruca, os magistrados utilizavam o barrete, um espécie de chapéu, que entrou em desuso nas décadas finais do século passado.

Hoje, praticamente todos os magistrados brasileiros utilizam togas em sessões solenes e de julgamento. A exceção são os ministros militares do Superior Tribunal Militar, que vestem seus uniformes de gala quando estão numa corte. Advogados e membros do Ministério Público também utilizam a vestimenta em determinadas circunstâncias no exercício de suas funções.

De acordo com Magui Nogueira, da Assessoria de Cerimonial e Relações Públicas do STJ, os ministros da Casa – bem como os dos outros tribunais federais – têm duas togas distintas. Uma delas é a completa, que veste o corpo por completo e tem cintos, babados e pregas. "Essa é usada apenas nas sessões solenes, quando há posse de presidente da Corte, de um novo ministro ou uma homenagem em função da aposentadoria de um dos magistrados", explica.

A outra é a toga de serviço, que não passa, na verdade, de uma capa que cobre o magistrado até os calcanhares. "Seria a toga em nível mais prático", define o juiz Carlos Fernando Mathias. Essa vestimenta é utilizada nas sessões cotidianas de julgamento, sejam elas ordinárias ou extraordinárias.

Nos tribunais superiores, não são apenas os ministros que envergam a toga. Cada um dos ajudantes de serviço também é obrigado a usá-la em determinadas situações de trabalho. "Todo mundo que adentra o salão onde está sendo realizado um julgamento tem que estar de toga", explica Magui Nogueira. No STJ, a toga dos servidores é parecida com a dos ministros nas sessões não solenes, com a diferença de que o comprimento só vai até a altura do joelho. Os funcionários que se trajam adequadamente para trabalhar na Corte já ganharam até um carinhoso apelido no Tribunal. São os populares "capinhas".

Mudanças à vista

Apesar do simbolismo e representatividade, nem todo magistrado gosta de trajar a toga. Tanto assim que o presidente do STJ, ministro Edson Vidigal, pretende mudar o estilo da vestimenta. "São tantas pregas, marcas, rendas... Vários símbolos que se perderam na memória. Ninguém mais sabe o que significam", explica a ministra Eliana Calmon, integrante do grupo que estuda a modernização da toga.

Para a ministra, o ideal é que a toga fique mais simples e seja única para todos os membros da Casa. Eliana Calmon confessa que não tem nenhum amor pela toga de gala. "Ela é pesada, quentíssima e nos deixa horrorosos. Só a visto em momentos imprescindíveis", conta. O Tribunal já está entrando em contato com estilistas e confecções de todo o País, para que eles apresentem modelos modernos de toga para os ministros escolherem.

Nº 03
Ano X

PORTE PAGO
CONTRATO
ECT / DR / BSB
STJ Nº 0267

informe-se

Informativo de Comunicação Interna do Superior Tribunal de Justiça

Brasília, março/2005

Nesta Edição:

Para causar boa impressão

Nada de exageros! O **Informe-se** *mostra como usar perfumes na medida certa no ambiente de trabalho*
Pág. 7

Atualize seu currículo!

O Banco de Talentos do STJ oferece oportunidades para quem almeja crescimento profissional
Pág. 3

Consciência cidadã

Idealizadora do Projeto Inclusão, a ministra Nancy Andrighi fala de sua motivação para valorizar os deficientes
Pág. 6

Foto: Thaís Borges

A Casa da inclusão

Servidores deficientes, como Louíze Vieira (foto), terão melhores condições de trabalho no STJ. Novo programa pretende também atrair estagiários portadores de necessidades especiais **págs. 4 e 5**

O STJ e o cidadão comum

Cezar Degraf Matheus (*)

Na segunda semana de maio de 2004, a secretária-geral do STJ, Shyrlei Lima, ligou para meu celular e disse: "O ministro Vidigal escolheu você dentre os entrevistados e ele tem urgência em instalar a Ouvidoria". Combinei minha vinda ao Tribunal para o dia 12 de maio, quando fiquei sabendo que o prazo era curto, pois o ministro Vidigal pretendia instalar a Ouvidoria-Geral no dia 3 de junho. Menos de um mês para desenvolver sistemas e organizar toda a rotina de trabalho.

Os primeiros contatos dentro do STJ foram muito positivos. Fiquei impressionado com o profissionalismo e interesse. Embora o prazo fosse curto, acreditei, logo de início, que seria possível cumprir a tarefa. Felizmente, a instalação foi adiada para o dia 17 de junho. Isso permitiu que até o 0800 estivesse funcionando na data da instalação. Entramos em operação ao meio-dia.

Todo começo é um grande desafio. As expectativas eram muitas: as pessoas vão mesmo entrar em contato conosco? O que elas vão dizer ou pedir? Nossas respostas atenderão aos anseios? Éramos cinco ansiosos: Cida e Nêmora pela manhã; Alberto e Carol à tarde; e eu o dia todo.

Como em qualquer ouvidoria, não faltam histórias pitorescas. Vou narrar uma bem marcante. Combinamos que nós mesmos faríamos o atendimento do 0800, o que diminuiria o custo operacional e possibilitaria um atendimento personalizado. Fechamos um padrão: "Ouvidoria-Geral do STJ, bom-dia" e o nome de quem estivesse atendendo.

Logo as ligações chegaram. Algumas referentes ao STJ e muitas tratando de outros órgãos. Um cidadão se destacou. Ligava todos os dias – até dez vezes numa só jornada. A ordem era atender bem, sem demonstrar contrariedade. Decidimos tentar ajudá-lo, mesmo que só ouvindo seus problemas. Vou chamá-lo de Carlos.

De tanto ligar, o Carlos já reconhecia a voz de todos. Antes de nos identificar, já dizia o nosso nome. Dentre os assuntos trazidos por ele, eu destaco: "Ô Alberto, eu fui na cozinha, e a geladeira está vazia. Não tem nada". "Seu Carlos, esse assunto, o senhor precisa resolver aí na sua cidade, junto à Assistência Social...". E ele dizia: "Mas aí não é o STJ? O ministro Edson Vidigal não é o presidente do STJ?!? Ele tem que me ajudar".

De junho a novembro de 2004, ele ligava diariamente. Falava do problema do cachorro, coisas de casa, da vida difícil de sua mãe. Reclamava que estava sendo prejudicado pelo crime organizado. Mostrava preocupação com a filha do Sílvio Santos. Citava pronunciamentos do ministro Vidigal. Toda vez que o encaminhávamos para outro órgão, ele dizia: "Mas aí não é o STJ? O ministro Edson Vidigal não é o presidente do STJ?!? Ele tem que me ajudar". Acabou ficando amigo da Ouvidoria. Terminava as ligações dizendo "um abraço carinhoso".

Um dia, a mãe dele ligou e contou que ele tinha uma vida normal até os 26 anos. Mas, após um assalto, em que roubaram seus documentos e fizeram compras em seu nome, desestabilizou-se mentalmente e não voltou mais a si.

Sei que a Ouvidoria-Geral foi criada para tratar de assuntos referentes ao STJ, mas nenhuma ouvidoria faz bem o seu papel se não souber respeitar qualquer cidadão, independentemente de sua classe social ou estado psíquico. Hoje, o Carlos não liga mais. E, sabe... sentimos a sua falta.

Até fevereiro de 2005, atendemos a 7.209 manifestações: 3.998 referentes ao STJ e 3.211 a assuntos de outros órgãos. Para não cansá-los, falarei mais sobre a Ouvidoria-Geral em outra oportunidade. Tenho boas histórias: a do chip, a do rap, a da pepita de ouro, a da poesia etc. As ligações, cartas e e-mails vêm de todo o Brasil e até do exterior.

Parafraseando o Carlos, termino dizendo: "Um abraço carinhoso".

(*) Ouvidor-Geral do STJ

Expediente

Boletim Informativo Interno
Superior Tribunal de Justiça

Ministro Edson Vidigal
Presidente
Ministro Sálvio de Figueiredo
Vice-Presidente
Shyrlei Maria de Lima
Secretária-Geral da Presidência

Assessoria de Comunicação Social
Luiz Adolfo Pinheiro - *Assessor-Chefe*
Domingos Sabino Diniz - *Assessor-Adjunto*

Núcleo de Editoria e Imprensa
Roberto Cordeiro - *Chefe do Núcleo*

Comunicação Interna
Roberto Thomaz - *Coordenador*

INFORME-SE
Editor
César Henrique Arrais

Redação
Ana Gleice Queiroz, Fabrício Azevedo, Isabel Tarrisse e Luiz Gustavo Rabelo

Revisão
Reginaldo França

Projeto Gráfico
Leonel Laterza

Diagramação
Departamento de Comunicação Interna

Impressão
Seção de Reprografia e Encadernação

Tiragem
5.000 exemplares

Endereços
SAFS Q.6, Lote I, Ed. Plenários - Térreo
CEP: 70095-900 - Brasília/DF

Contatos
(61) 319-8115 | comunicacao.interna@stj.gov.br

Oportunidade de ascensão profissional

Estão de olho na sua carreira! O Banco de Identificação de Talentos (BIT), coordenado pela Seção de Análise de Potencial e Orientação para a Carreira (Sanpoc), mantém currículos de todos os servidores do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e, a partir desse cadastro, faz seleções para funções comissionadas e outros postos de trabalho. Neste ano, já foram realizadas 11 seleções.

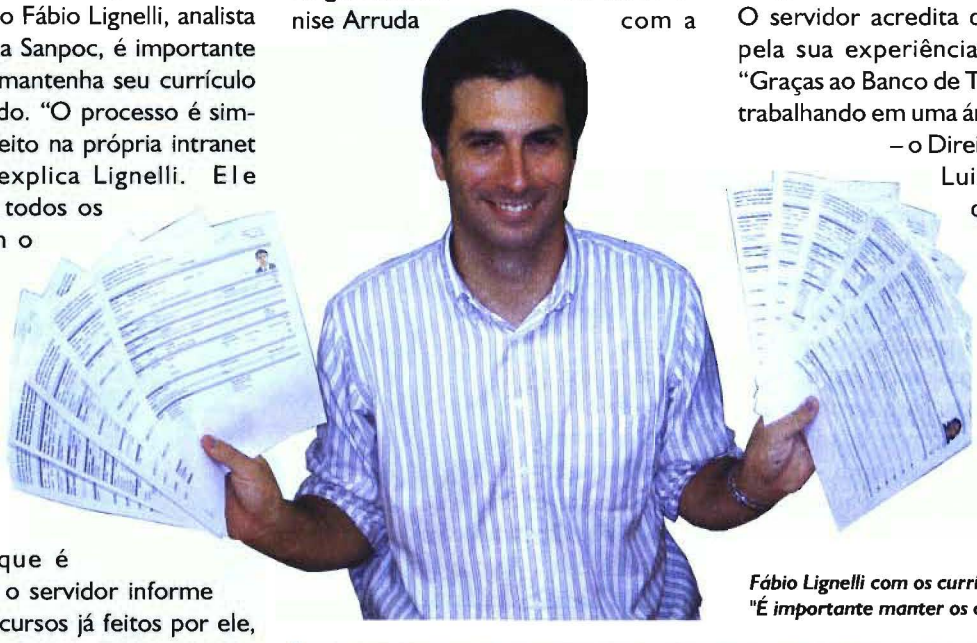
Segundo Fábio Lignelli, analista administrativo da Sanpoc, é importante que o servidor mantenha seu currículo sempre atualizado. "O processo é simples. Pode ser feito na própria intranet do Tribunal", explica Lignelli. Ele acrescenta que todos os servidores com o perfil adequado podem se candidatar às vagas oferecidas – a comunicação das ofertas é sempre feita pela intranet.

Lignelli destaca que é importante que o servidor informe sobre todos os cursos já feitos por ele, mesmo aqueles que parecem sem interesse para as atividades do Tribunal. "Um curso, aparentemente sem grande importância, pode ser o grande diferencial na hora de selecionar o perfil procurado por um gabinete ou uma seção", ilustra. Outro ponto ressaltado por ele é que os dados fornecidos pelos servidores são confidenciais. Apenas os próprios servidores e a Sanpoc têm acesso a eles. "Vale lembrar que o servidor é responsável pela veracidade das informações, que devem ser comprovadas se ele for selecionado para uma vaga", alerta o analista.

Uma das últimas selecionadas pelo BIT foi a técnica judiciária Érica Borges Barros. Ela vai trabalhar no gabinete da ministra Denise Arruda com a Função Comissionada 04 (FC 04). "Acho o BIT uma atitude louvável da administração. É o modo mais democrático de se fazer uma seleção", opina. Com a sua nova função, Érica teve um aumento de cerca de 50% em sua remuneração.

Outro beneficiado pelo BIT é o analista judiciário Luiz Gustavo de Faria, que também exercerá uma FC 04, só que no gabinete do ministro Paulo Medina. O servidor acredita que foi selecionado pela sua experiência na área criminal. "Graças ao Banco de Talentos agora estou trabalhando em uma área que gosto muito – o Direito Criminal", conta.

Luiz Gustavo sugere que o formulário para o currículo seja um pouco mais livre, para facilitar a inclusão de certas experiências que não se encaixam no modelo atual.



Fábio Lignelli com os currículos dos servidores: "É importante manter os dados atualizados"

Fotos: CHA

Érica: currículo selecionado e remuneração maior

Cinco passos para pôr seus dados em dia

1. Acesse a intranet do Tribunal
2. Clique no *link* "Portal do Servidor"
3. Acesse o "Banco de Talentos"
4. Faça o *login* (utilize o nome e senha usuais)
5. Atualize seu currículo e salve

Mais informações – Sanpoc : ramais 9630, 9633 ou 9634

informe-se

Aqui, os deficientes estão em Casa

A exemplo de organizações de vanguarda do mundo inteiro, o STJ se prepara para consolidar uma iniciativa que será referência no trato e respeito com os portadores de necessidades especiais. Trata-se do Projeto Inclusão, conjunto de medidas que têm o objetivo de facilitar o acesso de deficientes às instalações do Tribunal e de melhorar as condições de trabalho daqueles que são servidores.

O Projeto é uma das cinco ações prioritárias da atual gestão do STJ. Considerado estratégico pela direção do Tribunal, a inclusão dos deficientes já tem sido alvo de uma série de iniciativas (ver quadro) que pretendem elevar a Corte infraconstitucional à condição de paradigma no Judiciário brasileiro.

A inclusão será dividida em duas grandes linhas. A primeira visa à adaptação da estrutura física do Tribunal para receber, da melhor maneira possível, os portadores de necessidades especiais. A segunda é voltada para servidores deficientes que integram o quadro de pessoal do STJ – 22 atualmente -, com o objetivo de promover uma adequada ambientação.

Além disso, haverá um trabalho, por meio de palestras e cursos, de sensibilização dos servidores para ajudá-los a lidar, sem constrangimentos, com os colegas deficientes. Os funcionários terão a oportunidade de ser treinados para ajudar no salvamento dos deficientes em situações de sinistro, como incêndios e ameaças de atentados.

Cerca de 200 funcionários, de diferentes setores, já foram qualificados para retirar os portadores de necessidades especiais dos prédios numa emergência. "Todos estariam salvos, inclusive os deficientes, em no máximo 12 minutos, o que é uma boa média. Queremos, em breve, abrir um novo curso para qualificar mais servidores para ações de salvamento", conta Luís César Teixeira, chefe da Central de Segurança.

Ações

Uma das inovações do Projeto é a instalação de equipamentos adaptados aos mais diversos tipos de deficiências na Sala dos Advogados. O recinto contará com impressoras em braile, telefones e televisores para surdos com o sistema *closed-caption* (legendas), entre outros recursos. A sala ficará aberta ao público em geral, permitindo que qualquer deficiente possa utilizá-la.

Também estão previstas medidas de inclusão digital. O Tribunal deverá adquirir *softwares* especiais e adaptar seu *site* às necessidades de cada deficiência. Os deficientes integrantes do quadro também deverão ganhar um canal de informação nos veículos de comunicação interna (Informe-se e intranet), por meio dos quais receberão notícias de seu interesse.

O projeto foi elaborado a partir de uma série de iniciativas que vinham sendo executadas separadamente no Tribunal. A preparação do conjunto de ações, coordenada pelo Núcleo Cultural do STJ, contou com o auxílio dos beneficiários diretos do programa. "As sugestões do pessoal da Casa e dos parceiros, como a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, servem para definir quais serão as prioridades do Projeto", explica a coordenadora Cristina Reis.

O lançamento oficial do Projeto Inclusão acontece às 10h do próximo dia 12 de abril, em cerimônia no salão de recepções do STJ. Na ocasião, o presidente do Tribunal, ministro Edson Vidigal, e o secretário especial de Direitos Humanos da Presidência da República, Nilmário Miranda, assinarão um acordo de cooperação técnica.

Cidadania garantida

Duas normas editadas há pouco pelo STJ instituíram importantes benefícios aos portadores de necessidades especiais. A primeira delas, o Ato n. 41/2004, garantiu a destinação de 5% do total das bolsas de estágio do Tribunal a estudantes deficientes. São 32 vagas destinadas a todos os tipos de deficiências.

Já a Resolução n. 02, de 25 de janeiro deste ano, confere aos deficientes prioridade no julgamento dos processos no âmbito do STJ, desde que a causa em juízo tenha vínculo com a própria deficiência. O texto diz que toda pessoa que se encaixar no benefício e estiver interessada no julgamento prioritário deverá provar a sua condição mediante atestado médico. O interessado deve requerer o benefício diretamente no gabinete do ministro relator da causa.

Metas do Projeto Inclusão

- Treinamento de servidores para lidar com os deficientes
- Adaptação dos ônibus do Tribunal e balcões de atendimento
- Realização de curso em Linguagem Brasileira de Sinais (Libras)
- Implementação de sistema de chamada sonora e de alarme visual
- Instalação de terminais bancários de auto-atendimento adaptados
- Realização de atendimento fisioterápico e psicológico pelo Serviço Médico do STJ a servidores e estagiários com deficiência
- Inclusão digital dos portadores de deficiência do STJ por meio de medidas como adaptação do *site* na internet e adoção de *softwares* especiais
- Troca das torneiras dos sanitários para deficientes com o objetivo de facilitar o manuseio
- Reunião com entidades promotoras do direito dos portadores de deficiência para implementação de parcerias
- Implantação de projeto-piloto dentro do "Projeto de Digitalização do Inteiro Teor do Acórdão" com oferecimento de estágio a portadores de deficiência e com adequação do espaço físico e do mobiliário
- Aquisição de cadeiras de rodas motorizadas para uso de pessoas com deficiência dentro do Tribunal

Histórias de superação

Três exemplos de servidores que venceram suas limitações físicas para alcançar o sucesso profissional no STJ

Louíze Alves Vieira

A técnica Louíze Alves Vieira está no STJ desde que tinha 18 anos. Trabalhou na Central de Segurança e, atualmente, está lotada no gabinete da ministra Nancy Andrighi. Nasceu com uma doença, a atrofia muscular espinhal, que comprometeu os movimentos de sua perna. Andou até os oito anos, mas, a partir daí, passou a se locomover com cadeira de rodas. Louíze, que acaba de concluir o curso de Relações Internacionais, tem uma perícia incomum para guiar sua cadeira motorizada, comprada com a ajuda do Pró-Ser, que chega a 15km/h. "Fiquei conhecida no Tribunal por ultrapassar os limites de velocidade", brinca.

Louíze participou ativamente da elaboração do Projeto Inclusão. Está aliviada com a nova política que vai facilitar o acesso dos deficientes a todos os setores do STJ. "O Tribunal está despertando tardiamente, porque muito do que se propõe já é lei. Estaremos apenas cumprindo", argumenta. Muito conhecida na Casa, Louíze foi fonte inspiradora de boa parte das ações em benefício dos deficientes.

Ana Lúcia Moraes

Oficial de gabinete da ministra Denise Arruda, a analista judiciária Ana Lúcia Moraes começou a desenvolver uma doença – até hoje misteriosa – que lhe prejudicou o movimento das pernas a partir dos sete meses de idade. Bacharel em Direito, Ana Lúcia ingressou no Tribunal em 1995, como técnica, e depois fez mais um concurso para virar analista. Ela conta que sempre se sentiu à vontade no STJ – só queria que houvesse acessos melhores. "Minha deficiência nunca foi empecilho. Também nunca me abriu portas. Sempre me chamaram porque conheciam o meu trabalho", conta. Ana vê muitos avanços no Projeto Inclusão. "Gosto muito da reserva de vagas entre os estagiários porque dá chance aos deficientes em início de carreira".

Luiz Lopes Batista

O analista judiciário Luiz Lopes Batista desenvolveu um glaucoma fulminante quando tinha dois anos de idade. "Não tenho lembrança de quando enxergava", diz. Viveu até os 16 anos no sertão piauiense e só foi estudar quando chegou a Brasília. Ajudado por seus professores, Luiz chegou até a universidade, onde se graduou em Direito. Foi o primeiro servidor cego a ingressar no STJ, em 1990. "Nunca tive problemas aqui. Acho que algumas pessoas não sabiam direito o que fazer quando lidavam comigo. Mas não era preconceito. Era mais falta de informação", conta. Cedido atualmente para o Conselho da Justiça Federal, Luiz considera louvável a iniciativa de inclusão do STJ. "As medidas são obrigações constitucionais, mas, sem dúvida, o STJ está saindo na frente".

O que já é feito no Tribunal

- Instalação do corrimão das rampas do térreo e do túnel do Tribunal
- Colocação de guarita com acesso para portadores de necessidades especiais próxima ao novo estacionamento
- Instalação de rampa de acesso à mesa da sala de conferências
- Mudança do *layout* da Seção de Apoio aos Advogados, com adaptações*
- Adaptação da sala de trabalho para o projeto "Digitalização do Inteiro Teor do Acórdão", do gabinete do ministro-diretor da Revista*
- Estudo da proposta do Termo de Cooperação Técnica entre o STJ, o CJF e a Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (Corde), da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência*
- Adaptação dos banheiros do Espaço Cultural

** Em andamento*

Ministra engajada

Idealizadora, mentora, madrinha. Por trás do Projeto Inclusão do STJ está a ministra Fátima Nancy Andrighi. Em entrevista ao **Informe-se**, *a ministra conta as razões de sua dedicação à defesa dos direitos dos portadores de necessidades especiais.*

Informe-se: *A senhora tem alguma motivação especial para ser tão dedicada à defesa dos deficientes?*

Nancy Andrighi: É inevitável que o ser humano seja influenciado pelo ambiente que vivencia. Não sou diferente. Minha esfera de convivência tem sido, ao longo de minha vida privada e profissional, abençoada pelo convívio com pessoas especiais.

I: *Os deficientes têm condições de oferecer trabalho de igual ou maior qualidade que as chamadas pessoas "normais"?*

NA: As pessoas acometidas de alguma deficiência ao longo da vida, ou que assim nasceram, foram, ao meu ver, dotadas de capacidades que suplantam suas dificuldades. O perfil do deficiente é o da superação diária, da ruptura dos parâmetros ditos "normais" para sobrelevar-se a um pináculo que sobrepuja a vitória do comum. Tenho como visão inarredável aquela do deficiente que luta incansavelmente em busca do aprimoramento de sua condição. Dessa forma, o deficiente imprime à sua vida profissional a mesma garra que lhe é peculiar na jornada diária dos pequenos afazeres.

I: *A senhora citaria exemplos dessa superação?*

NA: Quantos gênios existiram e existem em corpos imperfeitos? O inglês Stephen Hawking, com esclerose lateral amiotrófica, que lhe paralisou os movimentos e emudeceu-lhe as cordas vocais, é um testemunho perfeito, pois, mesmo assim, continua produtivo e é considerado o mais brilhante físico teórico desde Albert Einstein. "Eu poderia viver recluso numa casca de noz e me sentiria o Rei do Universo". Exemplo digno de nota é o de Beethoven, o maior gênio da música de todos os tempos que, mesmo depois de ficar surdo em plena atividade musical, continuou compondo, produzindo sua obra mais importante: a Nona Sinfonia.

Outro exemplo, brasileiro, é o de Cláudio Drewes Siqueira, que ficou tetraplégico por causa de um mergulho em águas rasas quando era adolescente. Mesmo assim, por méritos próprios em concursos públicos, ascendeu ao cargo de Procurador do Estado de Goiás e, em seguida, ao de Procurador da República.

Há de se reconhecer o valor do deficiente como força de trabalho capaz e qualificada

I: *A senhora acredita que os deficientes têm seus direitos respeitados no Brasil? O preconceito ainda é uma realidade?*

NA: A sociedade não sabe e não foi educada para conviver com as pessoas que apresentam limitações físicas. Ainda não conseguiu entender que o maior potencial humano é a mente e, se essa está ilesa ou parcialmente ativa, a vida é possível, e o trabalho é digno e eficiente dentro da capacitação.

Contudo, não é esse o quadro que se vê. Ante uma limitação física adquirida, o que geralmente primeiro se pensa ou se impõe é a aposentadoria ou o remanejamento do trabalhador. Trata-se da cultura do "descartável".

I: *Como o programa de inclusão vai ajudar efetivamente os deficientes dentro do Tribunal?*

NA: Apesar de não ser detentor de movimentos físicos, ou de percepções visuais ou auditivas, o deficiente não pode ser alijado do convívio social e profissional. Há de se reconhecer o seu valor como força de trabalho capaz e qualificada.

Fotos: Jorge Campos

É pacífico que toda e qualquer pessoa torna-se mais vívida e feliz quando pode ser útil e prestar algum serviço à sociedade. Não é e nem poderia ser diferente com o deficiente, porém, com uma diferença fundamental: suas vitórias com os afazeres básicos da vida cotidiana são vivificadas quando, por meio de suas próprias ações, podem, ainda que limitados fisicamente, propiciar a prestação de um serviço em benefício a outras pessoas.

I: *Que ganhos terá o STJ após a implantação do programa?*

NA: Além da cristalização da imagem de Tribunal da Cidadania, que no contexto é efeito secundário, seremos contagiados, como instituição, pela capacidade daqueles que lograram superar suas limitações e, por isso mesmo, usualmente destacam-se dentro do conjunto de servidores. E esse disseminar perfaz-se com a apreensão dessa nova cultura e a conseqüente difusão de um novo matiz de solidariedade e fraternidade.

Você sabe usar perfume?

A pergunta parece simples, mas não é. A química entre a fragrância e a pele faz do uso do perfume uma arte, mas que pode acabar num desastre. A escolha depende da personalidade, do estilo, do estado de espírito, da ocasião e das intenções do usuário. Os modismos podem até tentar se impor, mas a escolha deve ser pessoal e independente. Aqui no **Informe-se**, o servidor(a) vai aprender como poderá transitar pelos corredores do Tribunal causando a melhor impressão possível.

Pouca gente sabe que a oleosidade da pele interfere na fixação do perfume. Pessoas com tez oleosa retêm o fixador por mais tempo, por isso devem evitar o excesso. Já a pele seca acelera a evaporação do álcool, tornando mais difícil a fixação. Essas pessoas devem optar por perfumes sem álcool.

Segundo a consultora da Lancôme Coraci Pereira, o perfil genético, os hábitos alimentares, o grau de transpiração e até a temperatura do corpo afetam o aroma do produto. Nunca se deve comprar perfume baseando-se apenas no cheiro que você sentiu em outra pessoa. É fundamental testar a fragrância na própria pele.

É importante saber em que locais do corpo deve-se usar perfume. Os especialistas dizem que as melhores partes são as áreas onde a circulação é mais intensa. Entre os seios, atrás dos joelhos, nos pulsos, no triângulo do nariz, na nuca, nas frontes ou atrás das orelhas. Não é aconselhável passar perfume nas mãos, pois há o risco de impregnar uma pessoa ao cumprimentá-la.

Cuidado para não exagerar na quantidade. "Não mais do que duas gotas em ambiente de trabalho", sentencia a coordenadora da Ouvidoria-Geral do STJ, Moema Póvoas. Nesse caso, a água de toalete (eau de toillete) é ideal. A servidora, dona de uma coleção de mais de 70 frascos, alerta para o risco de se acostumar com o próprio perfume e perder a sensibilidade em relação ao olfato. "Deve-se evitar a mistura de cheiros. Dê preferência a um desodorante inodoro quando for usar um perfume mais acentuado", orienta.

Um perfume muito forte pode provocar reações de antipatia. Nada pior, por exemplo, do que entrar num elevador com uma pessoa exageradamente perfumada. "O perfume é para você, não para os outros", lembra o técnico judiciário do STJ Ricardo Silva. "Afinal, não é agradável ter que passar o dia ao lado de pessoas as quais sentimos a presença à distância", completa.

Além disso, não é recomendável aplicar os perfumes diretamente em roupas ou antes de se expor ao sol, pois, em ambos os casos, há riscos de manchas na pele. No caso de irritação com a aplicação do perfume, o melhor é deixá-lo de lado. A reação indica alergia à fragrância ou a algum de seus componentes.

É bom lembrar que os perfumes possuem prazo de validade. É preciso armazená-los corretamente. O ideal é local fresco sem luz solar, umidade e calor, pois as matérias-primas se alteram quando expostas a esses agentes. As embalagens em *spray* oferecem naturalmente mais proteção, pois evitam o contato com os dedos, impedindo a contaminação por bactérias, o que pode comprometer o perfume. Em geral, por até dois anos, os perfumes se mantêm em perfeitas condições.

Fotos: Thaís Borges

Use corretamente

- **Dias mais quentes** – usar fragrâncias mais frescas, leves e confortáveis, com concentrações mais baixas. Perfumes cítricos, florais verdes e transparentes e que têm jasmin e flores brancas na composição
- **Dia-a-dia ou trabalho** – opte pelas fragrâncias cítricas e refrescantes (como o banho que acabou de ser tomado)
- **Noite** – perfumes amadeirados são mais fortes e sensuais
- **Festas glamorousas** – perfumes mais sensuais, intensos e voluptuosos como os orientais ou florais mais doces
- **Momentos românticos** – sugestão de um perfume floral
- **Inverno** – aproveite para usar as essências mais fortes, como as orientais. Já no verão, opte pelo mais leve, os cítricos por exemplo, afinal a transpiração intensifica o odor exalado

Quem somos nós?

Afinal, qual é o perfil médio do servidor do STJ? Ele vive bem, alimenta-se bem, estuda, diverte-se, tem uma vida financeira estável? A Secretaria de Saúde do Tribunal foi atrás das respostas. Realizou um estudo sobre o perfil social dos funcionários com 30% do pessoal concursado entre 2000 e 2002 – atualizado no ano passado. "Esses dados são fundamentais para direcionar os programas de prevenção do Tribunal. Com eles, nós sabemos o quê e como falar com o servidor", explica o subsecretário de Saúde Ocupacional e Prevenção, Andral Codeço Filho. É bom lembrar que o estudo não contempla as informações dos funcionários que ingressaram por meio do concurso público realizado em 2004. Portanto, em breve saberemos ainda melhor quem somos nós.

Gostamos de lazer

- Cinema (vídeo) é a atividade de lazer predileta dos servidores (73%)
- 62% apreciam a leitura
- Entre os que praticam esportes, 50% preferem a corrida, 15% a ginástica e 14% o futebol

Temos boa escolaridade

- 67% dos servidores do STJ têm curso superior completo
- 26% estão cursando faculdade
- 34% têm pós-graduação ou especialização

Temos casa própria

- 87% dos servidores residem em casa própria (ou dos pais)
- 78% vêm para o STJ no próprio carro
- 14% têm outra atividade profissional além do STJ

Somos saudáveis

- 68% dos servidores praticam atividade físicas regularmente
- Apenas 11% são fumantes. A média nacional é de 23%
- Só 23% têm colesterol alto, 9,26% são hipertensos e 2,12% apresentam diabetes

Somos jovens

- 63% dos servidores têm entre 19 e 39 anos
- 52% são homens e 48% são mulheres
- 56% são casados ou mantêm relacionamento estável e 31% são solteiros

MAS...

- 44% dos servidores dizem ser usuários de algum tipo de droga, lícita ou ilícita
- 45% têm excesso de peso. Destes, 11% são considerados obesos
- Apesar da boa situação econômica, os problemas financeiros são o maior fator gerador de estresse entre os funcionários do Tribunal

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

informe-se

O STJ bem perto de você!

Ano X - nº 4 ABRIL 2005

EXPOSIÇÃO

Evento montado pelo STJ no Parque da cidade reforça intenção do Judiciário de se aproximar da sociedade

A Justiça que chega a todos

Aplicação da marca feita em computador

Pavilhão de 576 m² montado no Parque: mais de 2 mil atendimentos em 30 horas de exposição

"Queremos nos expor, nos mostrar. Não podemos ficar mais de olhos fechados, escondidos nos gabinetes e palácios. A sociedade não pode perder a esperança no Judiciário. Pois a sociedade, por meio do Judiciário, está fazendo a si própria." Foi assim que o presidente do STJ, ministro Edson Vidigal, saudou a abertura da primeira exposição já realizada por um tribunal superior fora das suas dependências, a "Justiça para Todos".

Foi no verde do Parque da Cidade que o STJ montou a superestrutura de 576m² onde 40 servidores, durante 30 horas, atenderam cerca de 2 mil pessoas ávidas por informações sobre os procedimentos do Tribunal. A exposição, que fez parte das comemorações pelos 45 anos de Brasília, também teve a participação do Tribunal Federal da 1ª Região (TRF1).

Sete áreas do STJ foram representadas com estandes. No do Núcleo Cultural, os visitantes puderam conhecer um pouco mais da história do Tribunal. O da Ouvidoria-Geral foi dos mais movimentados. Segundo o ouvidor, Cezar Degraf, nenhuma queixa sobre o STJ foi registrada. "As pessoas estavam muito interessadas em saber como exercer os seus direitos. As demandas eram sobre assuntos variados, envolvendo, inclusive, a Justiça do DF e a Justiça do Trabalho. Tivemos o cuidado de esclarecer todas as dúvidas", conta Degraf. No total, a Ouvidoria fez 38 registros.

No estande do Protocolo, foi dada entrada num pedido de habeas-corpus em favor do empresário Wladimir Bilotta Duarte, acusado pela polícia de ser membro de uma quadrilha de tráfico de drogas. Foi a primeira vez que o Protocolo recebeu uma ação longe da sede do STJ.

"Cumprimos nossa missão de aproximar a sociedade do STJ", avaliou Luiz Adolfo Pinheiro, assessor-chefe de Comunicação Social do Tribunal. Em maio, a exposição deverá aterrissar no Aeroporto de Brasília. Também poderá ir para as cidades que sediam os outros TRFs do País – Rio, São Paulo, Porto Alegre e Recife. ▪

Da Redação – informe-se@stj.gov.br

O que os visitantes disseram

O mundo está precisando de paz e justiça. Quando vejo um evento desses, me encho de esperanças, pois sinto que estamos no caminho certo.

Joaquim Roriz, governador do DF que prestigiou a exposição

É bom para mudar a imagem de sisudez. O Judiciário fica mais simpático. Mas ainda há um longo caminho para aproximar essas instituições da população.

Ricardo Cury (Pipo), ator da Cia "Os Melhores do Mundo"

A imagem do Judiciário é muito distante. Parece que seus membros estão sempre acima de nós. O evento é um bom começo para quebrar esse estereótipo.

Luiz Nascimento, psicólogo

FAMÍLIA

Curso prepara servidoras para a maternidade

Mamães e bebês saudáveis e felizes

Nos próximos dias 18, 19 e 20 de maio, as futuras mamães do Tribunal estão convidadas a participar do 2º Grupo de Gestantes do STJ. Serão duas horas diárias de palestras sobre cuidados com o bebê e com a saúde da gestante.

Uma equipe composta de pediatras, obstetras, enfermeiros, psicólogos, psiquiatras, nutricionistas, fisioterapeutas e odontopediatras estará à disposição para esclarecer as principais dúvidas que surgem nesse período.

Não só as gestantes servidoras, mas dependentes e pais de crianças menores de um ano também podem participar. Nos últimos 5 anos, em média 46 mulheres entraram de licença-maternidade no STJ.

Quem pretende utilizar o serviço do berçário está intimado a comparecer. Durante o curso será explicado o funcionamento e a filosofia desse local que tanto tranqüiliza as mamães que trabalham no STJ e, às vezes, até as incentiva a engravidar.

É o caso de Marta Beizzo, que espera o terceiro filho – uma menina já batizada de Natália. Marta diz que optou por ter mais um filho por causa do berçário. "É uma tranqüilidade incomparável", ressalta.

Os interessados podem se inscrever pelos ramais 9445 e 9442, ou procurar a recepção da Secretaria de Saúde. ▪

Facilidades no STJ incentivaram a taquígrafa Marta a engravidar

Thaís Borges – tfarias@stj.gov.br

COMUNICAÇÃO

Jornal interno do Tribunal renova o visual e investe em novo conceito editorial

Informe-se completa 10 anos

Seis folhas de papel A4, impressas de um só lado, grampeadas umas às outras, diagramadas no programa *Word* de computação. Foi assim que, em 1995, nasceu a primeira edição do jornal de Comunicação Interna do STJ, o Informe-se.

A edição de número um trazia as notícias sobre as primeiras transferências de setores do STJ para a nova sede, que foi inaugurada em definitivo em 1998. Desde então, foram cerca de 130 edições: bicolores, coloridas; com fotografias, sem imagens; com uma, duas, quatro ou oito páginas; semanal, quinzenal, mensal... "O importante é que, mesmo aos trancos e barrancos, o jornal manteve seu nome e sempre circulou. Sobreviveu a todas as mudanças ocorridas no Tribunal", diz Sebastiana.

Para celebrar seus dez anos de existência, o **Informe-se** se renovou. A partir desta edição, todos os servidores receberão a publicação num novo formato, com mais notícias e uma moderna organização gráfica. "Queremos fazer um jornal cada vez mais atrativo, interessante e útil para os nossos servidores", explica o coordenador da Comunicação Interna, Roberto Thomaz. Todos os profissionais envolvidos na produção do **Informe-se** ao longo desta década agradecem a fidelidade dos funcionários da Casa. Que venham os 20 anos, 30, 40, 50... ▪

César Arrais – carrais@stj.gov.br

Novas regras para o auxílio farmácia

Se você é beneficiário do auxílio farmácia, fique atento. As regras para o reembolso dos valores gastos com remédios mudaram. Em casos de tratamento contínuo ou com duração acima de um ano, você deve apresentar um novo laudo médico a cada 12 meses. Até então, era preciso apenas um único laudo no início do tratamento. Vale lembrar que somente portadores de doenças crônicas graves ou incuráveis têm direito ao benefício. Mais informações nos ramais 9671 e 9689. ▪

Proibido baixar arquivos da Internet

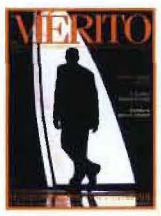
A Secretaria de Tecnologia da Informação adotou uma medida drástica para aumentar o nível de segurança da rede de computadores do Tribunal. A partir de agora, serão bloqueadas todas as tentativas de se efetuar *download* de programas pela Internet. O objetivo é evitar que o computador do usuário seja contaminado por vírus ou *spywares* – programas que ficam "espionando" as atividades dos internautas ou capturam informações sobre eles. Para evitar a ameaça, o STJ adotou o uso de um filtro que bloqueia imediatamente qualquer tentativa de *download*. A transferência de programas de *sites* do governo, porém, continua permitida. ▪

Modificada estrutura orgânica do Tribunal

Resolução promulgada pelo presidente Edson Vidigal no dia 18 de março instituiu uma série de mudanças na Casa. Foram criadas três novas seções, entre elas a Divisão de Processamento dos Feitos do Presidente, que cuidará do processamento das cartas rogatórias e sentenças estrangeiras. Já a Seção de Atendimento aos Magistrados, subordinada à Subsecretaria de Suporte Técnico, foi extinta. Outras 13 seções mudaram de nome. ▪

Mérito será relançada

Seguindo a política de aproximar o público cada vez mais do Tribunal, o STJ está relançando, em maio, a revista "Mérito". O objetivo da revista, que não circulava desde 1999, é alcançar operadores do Direito, como juízes, promotores, advogados e estudantes. A revista tem periodicidade bimestral e tiragem de 30 mil exemplares, distribuídos para todo o Brasil. A nova edição destaca, entre outras, matéria sobre a reforma do Judiciário. ▪



SAÚDE

Há servidores com excesso de gordura no sangue e acima do peso. Falta de cuidados leva a doenças cardíacas

Cuide do seu amigo do peito

Os males cardiovasculares são os maiores responsáveis pelas mortes que ocorrem a cada ano no Brasil. Em média, são 300 mil óbitos anuais – mais que acidentes de trânsito, assassinatos e cânceres. No STJ, dados levantados pelo Serviço de Saúde indicam que os servidores devem redobrar seus cuidados com o coração.

Apesar de apenas 11% se declararem fumantes – contra 23% da média nacional – e de 68% serem praticantes regulares de atividades físicas, boa parte dos servidores, sobretudo os homens, tem potencial para desenvolver males cardíacos. Entre eles, 58% estão acima do peso, sendo que 11% são obesos. Além disso, 49% deles têm seu perfil de gordura no sangue, colesterol (LDL) e triglicérides, elevado.

Entre as mulheres, 30% têm sobrepeso e 44% estão com as gorduras alteradas no sangue. Mesmo com esses indicadores, menos de 10% dos funcionários têm hipertensão diagnosticada. A explicação é a juventude do quadro – 63% têm entre 19 e 39 anos. Em função disso, o serviço de saúde resolveu priorizar o combate à hipertensão e demais males cardiovasculares.

No Tribunal, os servidores podem fazer controle de peso, pressão arterial, reeducação alimentar e participar de terapia psicológica. "Os fatores emocionais podem aumentar em até quatro vezes o risco de infarto. Para ter um bom coração, é importante ter boas pernas e uma boa cabeça", diz o cardiologista Bonfim Tobias, chefe do Serviço Médico do STJ.

O ex-presidente do STJ Paulo Costa Leite, 56 anos, é um ótimo exemplo de quem espantou o risco de uma morte precoce por conta de problemas cardíacos. Em junho de 2004, já aposentado da Casa, o ex-ministro estava com 18 kg acima do peso e com níveis elevadíssimos de triglicérides, glicose e colesterol. "Vivia sempre muito estressado, ainda mais quando era presidente do STJ. Cuidar da saúde não era minha prioridade. Percebi que tinha que mudar", conta.

Costa Leite controlou sua alimentação tipicamente gaúcha – carne vermelha, massas e vinho – e passou a caminhar quatro quilômetros diariamente. Em dois meses, o ex-ministro perdeu o excesso de peso e derrubou seus índices de colesterol, glicose e, sobretudo, triglicérides – uma redução de mais de 80%. "Hoje me sinto muito mais saudável e disposto para trabalhar", confessa Costa Leite. "Ele foi o exemplo mais drástico de mudança de hábitos em 2004. Bom para ele", diz Aldemir Mangabeira, chefe da Seção Nutricional do STJ. ▪

Costa Leite caminha 4 km por dia: redução abrupta de gordura no sangue

Da Redação – informe-se@stj.gov.br

Previna-se das doenças do

- Faça exames regulares para aferir se seu sistema circulatório vai bem.
- Se tiver cardiopatas na família, procure fazer os exames o quanto antes.
- Não fume. Evite o álcool. Desista do sedentarismo e vá fazer alguma atividade física.
- Trate seus problemas emocionais, como depressão e ansiedade. Convença-se de que viver estressado não vale a pena.
- Não consuma alimentos fritos e gordurosos mais de uma vez por semana.
- Quando comer em *self-service*, observe bem os alimentos e não coloque no prato tudo o que gosta. Não exagere nas carnes – um bife médio é suficiente para um adulto.

INFORMÁTICA

STJ adota *software* livre

Os *softwares* livres não são um passatempo para fanáticos por informática ou sinônimo de aplicativos de baixa qualidade. Na verdade, podem ser uma alternativa tecnológica mais barata, independente e mais segura. Para estudar a ampliação do uso dessa tecnologia no STJ, foi formada uma comissão com servidores da área de informática do Tribunal.

O coordenador da comissão, Antônio Justiniano, explica que um *software* livre é um programa que tem código de fonte aberto, ou seja, pode ser alterado e personalizado pelo usuário. Atualmente, o STJ usa um programa aberto, o Linux, nos servidores da Internet.

Segundo Justiniano, a mudança para os programas abertos deve ser gradativa e demandará treinamento de pessoal. O coordenador lembra que a implantação desse programa não é gratuita. "Mas, a longo prazo, há uma compensação pela baixa de custos", destaca.

O professor de Ciências da Computação da UnB Pedro Rezende exalta a adoção do *software* livre pelo STJ. Ele acredita que a informatização da Justiça ficará mais segura com os programas abertos. "Uma grande empresa garante os programas dela... Mas quem garante a empresa? Ela pode simplesmente falir e deixar os usuários sem nenhum tipo de suporte", alerta. ▪

Fabrício Azevedo – fcortes@stj.gov.br

PROJETO INCLUSÃO

Secretário de Direitos Humanos participou do lançamento de programa pró-deficientes

Nilmário: "STJ virou paradigma"

Desde o último dia 12 de abril, os deficientes físicos ganharam *status* de prioridade no STJ. Foi o lançamento do Programa Inclusão, que tem a meta de assegurar os direitos dos portadores de necessidades especiais nas dependências do Tribunal. O ministro Nilmário Miranda, da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, participou do evento e, em entrevista ao Informe-se, falou sobre a iniciativa:

Informe-se – ***Qual o valor simbólico desta iniciativa do STJ?***

Nilmário Miranda – Desde o ano passado, nós já temos o decreto nacional de acessibilidade para os deficientes. No dia em que foi assinado, o presidente do Conselho Nacional da Pessoa com Deficiência, professor Adílson Ventura, disse que aquilo era como a "Lei Áurea" dos portadores de necessidades especiais. Aparentemente, parecia um exagero, mas não era. A verdade é que o direito de ir e vir determina o usufruto dos demais: o estudo, o trabalho, o lazer, o entretenimento, o esporte. O direito à locomoção em condições adequadas é fundamental, ainda mais para a pessoa com deficiência. E o STJ está fazendo isso. A reformulação completa de suas instalações. A importância vai mais além: por ser um Tribunal Superior, vira um paradigma para os 27 Tribunais de Justiça, para a Justiça Federal e para outros órgãos.

Informe-se – ***Mais do que acessibilidade, o STJ está procurando dar mais oportunidades aos deficientes, como o programa de recrutamento de estagiários. Qual sua opinião sobre isso?***

Nilmário – O programa é de acessibilidade e de inclusão: inclusão digital e inclusão no seu quadro. Isso está avançando no Brasil, felizmente. Durante muito tempo houve um preconceito de que as pessoas com deficiência, além de ter a mobilidade reduzida, também teriam sua capacidade reduzida – o que não confere com a realidade. Os servidores com deficiência desenvolvem outras aptidões e habilidades e, muitas vezes, superam as pessoas sem deficiência. Isso é um dado conhecido no mundo inteiro. Agora, se não há acessibilidade, os locais não podem receber a aptidão dessas pessoas.

Informe-se – ***O Programa Inclusão se pauta pelo simples fato de cumprir a lei. Aqui no Brasil, quando se trata da questão do deficiente, cumprir a lei já é um avanço?***

Nilmário – Lamentavelmente, esse é um processo lento. Tudo começou em 1981, que foi o ano internacional da pessoa com deficiência. Daí houve uma conscientização no país de que os portadores de deficiência não eram coitadinhos, não eram pessoas a serem tuteladas, objeto da caridade pública ou privada. A partir daí, foram 24 anos de conquistas. A conquista mais expressiva foi a Constituição de 1988. As pessoas com deficiências fizeram emendas populares em todo o país que asseguraram direitos que se desdobraram em leis. Então, do ponto de vista do direito, já está assegurada a igualdade. Agora é da implementação que devemos cuidar. Esta é uma caminhada nova. Vinte anos de história é pouco tempo, mas os deficientes se organizaram... também, se não tivesse sido assim, não teriam ocorrido tantas mudanças. A gente aprendeu com a história que os direitos só são efetivados quando há organização, há luta... daí deixa de ser direito e passa a ser cidadania. ▪

Da Redação – informe-se@stj.gov.br

Informe-se • Jornal de Comunicação Interna do Superior Tribunal de Justiça (STJ)

Presidente: ministro Edson Vidigal • **Vice-presidente:** ministro Sálvio de Figueiredo • **Secretária-geral da Presidência:** Shirley Maria de Lima • **Diretor-geral:** Alcides Diniz • **Assessor chefe de Comunicação Social:** Luiz Adolfo Pinheiro • **Assessor adjunto:** Domingos Sabino Diniz • **Chefe do Núcleo de Editoria e Imprensa:** Roberto Cordeiro • **Coordenador de Comunicação Interna:** Roberto Thomaz • **Editor do Informe-se:** César Henrique Arrais • **Revisora:** Mari Lúcia Del Fiaco • **Projeto Gráfico e Fotografia:** Thaís Borges • **Estagiária:** Fabiana Derzié • **Colaboração:** Beatriz Ribeiro, Joalcy Roberto dos Santos e Simone Vidigal • **Impressão:** Seção de Reprografia e Encadernação • **Tiragem:** 5 mil exemplares • **Contatos:** (61) 319-8115 / informe-se@stj.gov.br

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

informe-se

O STJ bem perto de você!

Ano X • nº 5 MAIO 2005

FINANÇAS

Mesmo com juros mais baixos, empréstimo em consignação pode se transformar num problema se houver abuso

A ilusão do dinheiro fácil

***O fim dos seus problemas** financeiros, as menores taxas do mercado, sem avalista, sem SPC, realize seus sonhos...* Olhando a publicidade das instituições financeiras que fazem empréstimos em consignação para servidores públicos, parece até que eles nos oferecem o melhor dos mundos, que dinheiro nunca mais será problema. Não é bem assim! Essa modalidade de crédito tem até suas vantagens, mas, como define o consultor financeiro Rogério Olegari: "Não existe empréstimo bom. Bom mesmo é não precisar de empréstimo".

Os empréstimos com desconto em folha são populares, até demais, entre os servidores do STJ. A grande vantagem desse tipo de crédito são os juros, bem abaixo dos carrascos cartão de crédito e cheque especial que, respectivamente, tiveram média de 10,13% e 8,43% em março último. Na consignação, os juros variam entre 1,75% e 2,55% – há também o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e as taxas administrativas –, com até 60 meses para pagar.

O que permite o benefício é o baixo risco do empréstimo, já que as dívidas são descontadas no contracheque do servidor, antes dele ver a cor do dinheiro. Sete instituições são conveniadas ao STJ para oferecer o crédito (ver quadro). No Tribunal, cerca de 3,6 mil pessoas, entre servidores e pensionistas, estão aptos a contrair esse tipo de empréstimo.

O problema, que tem preocupado o Recursos Humanos e até a Seção de Assistência Psicológica (leia abaixo), é o excesso de empréstimos que têm sido contraídos. Segundo dados da Subsecretaria de Legislação e Pagamentos, mais de 1,5 mil servidores e pensionistas têm parte do seu contracheque – o máximo é 30% – comprometida com o pagamento dos créditos. Muitos deles têm de quitar mais de um empréstimo, já que, no mês de maio, estavam cadastradas 3.169 dessas operações. Só em 2005, 1.421 créditos em consignação foram autorizados pelo STJ.

"Tem servidor que só vê o dia de hoje. Aparece aqui pedindo aumento da margem de consignação. Nós não podemos autorizar. As pessoas devem aprender a controlar suas finanças", diz Sílvio Gabriel da Silva, subsecretário de Legislação e Pagamento. A gerente da agência do Banco Real no STJ – onde há cerca de mil dessas operações –, Maria Célia Flores, conta que, muitas vezes, não concede o crédito ao servidor. "O empréstimo tem que ser um benefício, não um problema. Não podemos alimentar o ciclo de se pegar um crédito em cima do outro", explica.

O servidor Edmílson Lima usou o crédito em consignação para quitar uma dívida que se arrastava por quase uma década. Em 1995, ele decidiu comprar uma sala comercial como investimento e foi confiar logo no cheque especial para honrar as prestações. Em pouco tempo, as parcelas quadruplicaram de valor e Lima teve que recorrer a outros cinco empréstimos para ir rolando a dívida.

Quando, em 2003, recorreu ao empréstimo em consignação para quitar o que devia, Lima já havia gasto acima de R$ 20 mil só em juros – mais da metade do valor do imóvel. "Só suportei a pressão porque sou muito tranqüilo", diz. Como o aluguel da sala não cobre nem um terço do valor cobrado em seu contracheque todo mês, Lima pretende vender a propriedade para se livrar de vez das dívidas. "Quero meu salário integral de volta, pois assim vou poder poupar. Se pudesse voltar no tempo, jamais teria feito o financiamento. ▪

César H. Arrais - carrais@stj.gov.br

Empréstimos com desconto em folha

Instituições conveniadas ao STJ

BANCO	PRAZO	JUROS**
Caixa Econômica*	até 06 meses	1,75%
	de 07 a 36 meses	1,88%
Banco Real*	até 48 meses	1,85%
Sudameris*	até 48 meses	1,8%
Banco Alfa*	até 36 meses	1,75%
	de 37 a 48 meses	1,85%
Banco Oboé*	até 36 meses	1,98%
Cruzeiro do Sul*	até 06 meses	1,89%
	de 07 a 60 meses	2,3%
Credisutri	até 12 meses	2,1%
	de 13 a 24 meses	2,25%
	de 25 a 36 meses	2,35%
	de 37 a 48 meses	2,55%

** Instituições nas quais o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) incide no valor das parcelas*

*** Por mês*

Quando fazer empréstimos

- Para pagar, de preferência quitando, débitos com taxas de juros maiores, como o cheque especial e o cartão de crédito
- Para finalizar a construção da casa própria ou terminar uma reforma que venha se arrastando há tempos
- Para trocar seu automóvel caso ele esteja dando despesas demais ou colocando em risco você e sua família
- Em casos de problemas graves e repentinos de saúde na família, quando um grande aporte de dinheiro poderá ser necessário para dar melhores condições de recuperação ao enfermo
- **DICA:** Ao solicitar um empréstimo em consignação, utilize seu salário básico como parâmetro. Esqueça da função comissionada, afinal ela não é eterna e a cobrança poderá ser impiedosa com seu contracheque se você perdê-la

EDUCAÇÃO

Ensinamentos de economia doméstica

A preocupação do Tribunal com a vitalidade das finanças de seus servidores levou o Núcleo de Programas Organizacionais (NPO) a criar um curso para ajudá-los a lidar melhor com dinheiro. Desde 2002, já foram oferecidas sete turmas do projeto Saúde Financeira – as datas das turmas deste ano deverão ser divulgadas em breve. "Procuramos ensinar como fechar os 'ralos' por onde escorrem nossas finanças. Tem muito servidor que está perdendo dinheiro e nem percebe", explica Leonardo Rodrigues, do NPO.

O servidor Valmir Vargas participou do projeto no ano passado e aprovou a iniciativa. "Passei a ter uma visão mais aberta sobre como tratar as finanças. Parei de trabalhar pelo dinheiro e coloquei o dinheiro para trabalhar por mim", conta. Enquanto não se definem as datas das novas turmas do projeto Saúde Financeira, o NPO disponibiliza para os servidores – ramal 9636 – um guia prático sobre como controlar as finanças domésticas. (CHA) ▪

Guia de saúde financeira pode ser solicitado pelo ramal 9636

COMPORTAMENTO

Dívidas são fonte de estresse

Os problemas financeiros têm esquentado a cabeça dos servidores. Segundo levantamento feito pelo Seção de Assistência Psicológica do STJ com 300 funcionários, as dívidas foram apontadas como a maior fonte de estresse. Excesso de trabalho – muitos arrumam um segundo emprego para dar conta dos débitos – vem em segundo lugar. Os dois itens ficaram bem à frente de quesitos como problemas de saúde (pessoal e na família), insegurança e sexualidade.

"Existem pessoas em situação dramática. Muitos, incitados pelo marketing das financeiras, passam a viver realmente uma fantasia, na qual o objeto de desejo se torna possível, apesar de não ser uma conquista pessoal. É o dinheiro na mão que permite tudo. Só que depois vem a conta, muito alta, porque as dívidas geram problemas que vão além do aspecto financeiro", explica o psicólogo Fábio Angelim.

Para o consultor financeiro Rogério Olegari, a situação vivenciada por parte dos servidores do STJ é bastante comum no Brasil. "Segundo o IBGE, cerca de 82% das famílias brasileiras, de todas as classes sociais, não conseguem chegar ao fim do mês com todos os seus débitos quitados", conta. "Isso é um problema cultural no País. Somos muito mais devedores que poupadores. Isso leva à somatização de doenças, alcoolismo, destruição de famílias... É preciso que as pessoas adotem uma nova atitude com relação às suas finanças", complementa.

Se os problemas financeiros, além de esvaziar o seu bolso, estão lhe trazendo angústias que dificultam o cotidiano, não hesite em procurar orientação na Seção de Assistência Psicológica do STJ. (CHA) ▪

Foto: RTS

Angelim: "Incitados pelo marketing, muitos passam a viver uma fantasia"

Segurança quer apoio dos servidores

A Secretaria de Segurança Institucional do STJ está elaborando uma nova cartilha com procedimentos para se evitar casos de furtos na Casa. A iniciativa foi motivada pelo recente flagrante de terceirizados que, desde dezembro, vinham roubando cartuchos de impressoras de gabinetes de ministros. Os funcionários foram afastados e responderão a inquérito na Polícia Federal. Para o secretário Antônio Nascimento, a colaboração dos servidores é imprescindível. "O STJ é uma cidade e a ajuda dos funcionários facilita nossa atuação. É fundamental que todos estejam atentos, tanto em relação aos seus bens, quanto aos do seu ambiente de trabalho, para que a ação dos ladrões seja frustrada", diz. ▪

Novos critérios para o uso de e-mail

Para ajudar os servidores a controlar sua caixa postal e inibir o uso indevido de e-mail no Tribunal, a Subsecretaria de Tecnologia está investindo na formulação de regras para orientar a utilização do correio eletrônico no ambiente de trabalho. A nova política irá definir o que é permitido, proibido e tolerado nessa área, a fim de preservar a segurança da rede e prover uma contínua melhoria no uso desta ferramenta de colaboração, afirma André Ricardo Chiaratto, subsecretário de Tecnologia do STJ. As novas normas deverão ser divulgadas ainda no primeiro semestre do ano. ▪

Mostra de esculturas em madeira no STJ

A obra da artista plástica Rosilene Horta será a próxima atração do Espaço Cultural STJ. O acervo compreende uma série de 24 relevos em madeira feitos com técnica de talha. A artista define seu trabalho como "um processo alquímico de valorização da forma orgânica da vegetação". Rosilene começou a trabalhar com madeira há três anos. A artista é graduada em Artes Plásticas pela Universidade de Brasília (UnB) e já expôs em galerias do Brasil, França, África do Sul e Áustria. A mostra "Alma Branca" ficará em cartaz entre os dias 06 e 20 de junho. ▪

JUDICIÁRIO

Magistrados lideram campanha para diminuir o uso do "juridiquês", aproximando a Justiça dos cidadãos

Mutatis mutandis, in verbis*

Uma campanha a ser iniciada este ano pretende revolucionar o modo como se fala e se escreve nos tribunais brasileiros. A iniciativa, encabeçada pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), pretende combater os abusos do chamado "juridiquês" – aquela linguagem recheada de termos rebuscados e obscuros que dificultam a compreensão dos processos.

Para os fluentes nesse dialeto, expressões em latim como *periculum in mora* e *fumus boni iuris* são corriqueiras. E o uso de palavras simples, como gorjeta ou cadeia, soa pouco inspirado quando se pode substituí-las por espórtula e ergástulo.

O presidente do STJ, ministro Edson Vidigal, vê com bons olhos a intenção de tornar a Justiça mais compreensível. Para ele, o juridiquês é como latim em missa: serve apenas para ampliar a distância entre a fé e o religioso – ou, no caso do Judiciário, entre a lei e o cidadão.

O filólogo Evanildo Bechara, por sua vez, acha fundamental que a iniciativa resguarde os termos jurídicos sem sinônimo na linguagem comum. Autor da "Moderna Gramática Portuguesa" – amplamente adotada nas escolas brasileiras –, Bechara é um crítico flexível do juridiquês. "O Direito, como toda ciência, encontra dignidade em sua nomenclatura. Termos rebuscados são aceitáveis, desde que se tratem de palavras técnicas", afirma o gramático, que é membro da Academia Brasileira de Letras.

A campanha da AMB vai atuar em duas frentes. Num primeiro momento, serão promovidas palestras e debates em universidades para mostrar aos alunos de Direito que a linguagem técnica e formal é necessária, mas precisa ser acessível à maioria da sociedade se quiser cumprir bem sua função.

Posteriormente, a entidade pretende simplificar a comunicação do Poder Judiciário com o cidadão, tornando mais clara a redação dos editais e comunicados destinados ao público. "Precisamos promover uma mudança cultural se quisermos aproximar a Justiça do cidadão comum", afirma o presidente da AMB, Rodrigo Colaço.

Enquanto a campanha não vem, o **Informe-se** elaborou um teste para avaliar sua fluência em juridiquês. Os itens foram escolhidos com a ajuda de cinco servidores que trabalham na elaboração de peças jurídicas no Tribunal. Para responder o teste, basta associar a coluna da direita com a coluna da esquerda, indicando as afirmativas correspondentes. Chame a família para ajudar e boa sorte! ▪

Roberto Thomaz - thomaz@stj.gov.br

Teste o seu Juridiquês

I. Não se configura nos autos a alegada cizânia jurisprudencial	a) O processo não revela divergência quanto ao entendimento da lei
II. Com supedâneo no Digesto Obreiro	b) O processo tem alguma pendência que deve ser saneada
III. Aduz sobre quantum debeatur exarado na sentença	c) Baseado na Consolidação das Leis do Trabalho
IV. Chamo o feito à ordem	d) Analisou o valor fixado na sentença
V. Exsurge dessa situação a hipótese da culpa in eligendo	e) Pode ter havido negligência, na licitação, na escolha do contratado

Respostas: I-a, II-c, III-d, IV-b, V-e.

* "Mude-se o que deve ser mudado, textualmente"

ASCENSÃO PROFISSIONAL

Se você sonha em integrar a equipe de um ministro, prepare-se para se dedicar muito

O desafio de trabalhar em gabinete

O trabalho é de tirar o fôlego. Classificar processos, organizá-los, fazer uma análise minuciosa de cada caso, redigir decisões, discutir teses com colegas e com o ministro, estudar, estudar, estudar... O profissional de gabinete encara, diariamente, desafios intelectuais e numéricos. É preciso ter boa memória e muita disposição. E isso não basta.

Trabalhar diretamente com os processos exige constante atualização do servidor e um bom jogo de cintura para lidar com as pressões políticas. É preciso ter uma visão global dos assuntos, estar sempre antenado ao que acontece no mundo, saber trabalhar em grupo e, principalmente, com metas, já que os gabinetes divulgam, todos os meses, relatórios de produtividade.

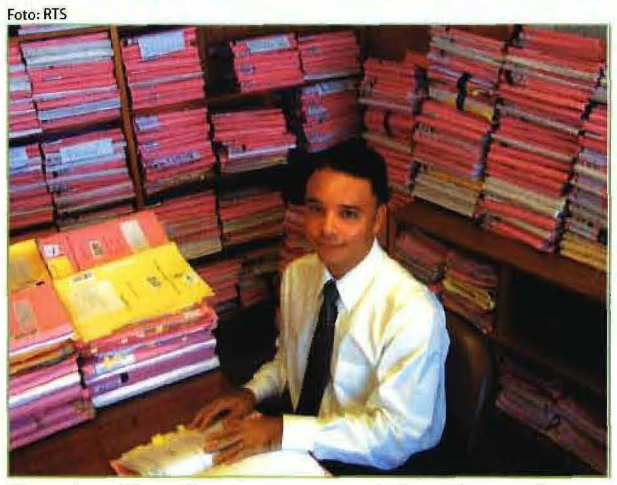
Ricardo Silva, um dos assessores da ministra Eliana Calmon, compara o gabinete a uma orquestra na qual o ministro é o regente. "Funciona de acordo com o ritmo do maestro, e o da ministra Eliana é frenético", brinca. Ricardo analisa uma média de 100 processos por semana. Alguns deles – com teses novas e complexas – levam dias. Os mais simples consomem pelo menos meia hora.

O assessor, apaixonado confesso pelo seu ofício, diz que quem se forma em Direito não quer mais trabalhar em gabinete. "Nos outros poderes a responsabilidade é menor, e o salário, maior", afirma. E completa: "Estamos perdendo bons profissionais. Muitos ministros não sabem quanto ganham os seus assessores e assistentes".

Ricardo, que é professor do primeiro módulo de um curso que capacita servidores para atuar em gabinetes, transmite a experiência de quem há 16 anos trabalha com a ministra Eliana. Ele tenta mostrar aos alunos como é a rotina de trabalho e, principalmente, a conduta ética que se deve ter ao lidar com processos. "Não pode ser aplicação de técnica fria. É preciso ter em mente que, por trás dos processos, existem vidas, instituições e, por isso, a responsabilidade social é imprescindível na realização desse trabalho", ressalta.

O curso, idealizado pela Seção de Soluções em Educação (Seeduc), treina 23 servidores, desde o dia 26 de abril, para preencher as vagas que surgem nos gabinetes – 32 foram oferecidas só nos primeiros cinco meses deste ano. Segundo Giovane Araújo, funcionário da Seeduc, o curso surgiu para esclarecer os servidores que almejam um cargo em gabinete sobre as atribuições da função – muitos dos selecionados tiveram dificuldades para se adaptar à nova realidade. "Isso vai evitar os longos períodos de treinamento nos gabinetes", diz Araújo.

Foto: RTS



Ricardo: pilhas de processos e paixão pelo que faz

O aparecimento das vagas é reflexo do êxito do processo seletivo que vem sendo realizado pela Secretaria de Recursos Humanos (SRH). "É uma forma democrática de ascensão profissional, que privilegia a qualificação do servidor", afirma Simone Pinheiro, funcionária da SRH. "Uma prova disso é o surgimento, pela primeira vez, de uma vaga de assessor, um cargo tradicionalmente ocupado por meio de indicação dos próprios ministros", acrescenta.

Os interessados nas vagas devem manter atualizado o currículo no Banco de Talentos (BIT) e enviar uma mensagem eletrônica para segesc@stj.gov.br. O currículo será consultado e, caso atenda aos requisitos mínimos exigidos para o cargo, enviado aos gabinetes, onde a seleção será feita. ▪

Thais Borges - tfarias@stj.gov.br

COMUNICAÇÃO

Tribunal mais integrado

O STJ contará, em breve, com uma política integrada de Comunicação Social. Pela primeira vez, o Tribunal terá um conjunto de princípios que orientarão suas ações nessa área. Um grupo de 13 servidores de departamentos diversos, coordenado pela Assessoria de Comunicação Social, vem trabalhando há dois meses no projeto, que tem o objetivo de organizar e aprimorar o relacionamento institucional do STJ com seus públicos-alvo.

A política resultará numa série de benefícios para o Tribunal, como a reformulação dos canais de comunicação, internos e externos. Também será redefinida a identidade institucional, com a elaboração de um manual de normas para utilização da nova logomarca e das cores que simbolizam o STJ.

Para embasar o trabalho, deverá ser realizada uma pesquisa de opinião que vai mensurar a percepção sobre os serviços prestados pelo STJ e captar as expectativas da sociedade em geral e de públicos estratégicos.

No final de abril, servidores visitaram empresas como a Petrobrás e Vale do Rio Doce, no Rio de Janeiro, para conhecer práticas modernas e bem-sucedidas de Comunicação que servirão de referência para o STJ.

A definição da política de Comunicação deverá contribuir de maneira significativa para a missão institucional do Tribunal, que é a de garantir uma Justiça célere, acessível e efetiva – ou seja, cidadã. ▪

Luiz Gustavo Rabelo - lrabelo@stj.gov.br

Informe-se • Jornal de Comunicação Interna do Superior Tribunal de Justiça (STJ)

Presidente: ministro Edson Vidigal • **Vice-presidente:** ministro Sálvio de Figueiredo • **Secretária-geral da Presidência:** Shirley Maria de Lima • **Diretor-geral:** Alcides Diniz • **Assessor chefe de Comunicação Social:** Luiz Adolfo Pinheiro • **Assessor adjunto:** Domingos S. Diniz • **Chefe do Núcleo de Editoria e Imprensa:** Roberto Cordeiro • **Coordenador de Comunicação Interna:** Roberto Thomaz • **Editor do Informe-se:** César Henrique Arrais • **Projeto Gráfico:** Thais Borges • **Revisão:** Reginaldo França • **Estagiária:** Fabiana Derzié • **Colaboração:** Beatriz Ribeiro, Joalcy dos Santos e Simone Vidigal • **Ilustração:** Marcelo Tibúrcio, gentilmente cedida pela Infraprev (RJ) • **Impressão:** Seção de Reprografia e Encadernação • **Tiragem:** 5 mil exemplares • **Contatos:** (61) 319-8115 / informe-se@stj.gov.br

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

informe-se

O STJ bem perto de você!

Ano X • nº 6 JUNHO 2005

SERVIDORES

Projeto do novo Plano de Cargos e Salários prevê colocações mais consistentes e atrativas no Judiciário

Carreira sólida e valorizada

Você pode nem ter percebido, mas a última parcela do Plano de Cargos e Salários (PCS) de 2002 foi incorporada aos vencimentos no início deste ano. Apesar de alguns avanços remuneratórios, o atual PCS deixou muito a desejar em termos de estruturação da carreira e equiparação salarial com outras carreiras do Estado. Em função disso, desde junho de 2004, representantes dos principais órgãos e entidades representativas do Poder Judiciário da União vêm trabalhando num novo plano que pretende valorizar as carreiras do Judiciário, tornando-as mais atrativas e consistentes.

O novo PCS está na reta final de preparação antes de seguir para o Congresso Nacional. Após cinco meses de debates, foi elaborado um anteprojeto, que já foi analisado pelos diretores-gerais dos tribunais superiores. A última etapa, antes da apreciação dos parlamentares, será a aprovação formal da proposta pelos ministros presidentes (*veja quadro abaixo*).

Segundo o técnico Jean Carlo de Oliveira, um dos representantes do STJ na elaboração do anteprojeto, o PCS nasce com a missão de deixar as carreiras judiciárias melhor estruturadas e mais niveladas com as de outros órgãos federais (*veja comparativo ao fim da página*). "A disparidade é excessiva, principalmente se considerarmos que os trabalhos têm responsabilidades equivalentes", comenta Roberto Policarpo, coordenador-geral do Sindjus-DF. Os reajustes previstos na proposta, para os vencimentos básicos, deverão ficar em torno de 37%, podendo ser parcelados. A proposta prevê também aumento da Gratificação de Atividade Judiciária (GAJ) e reajuste do valor pago pelo exercício de cargos em comissão e funções comissionadas (*veja no quadro à esquerda*).

Ainda assim, a isonomia salarial com carreiras equivalentes da União deverá ficar distante. Isso porque, além de volumosos – são cerca de 100 mil cargos, dos quais 82 mil preenchidos –, os quadros do Judiciário são onerosos em função do elevado percentual de servidores em final de carreira (quase 70% entre técnicos e analistas). "Qualquer reajuste causa um impacto muito grande, o que dificulta as negociações", explica Rubens Gonçalves Dusi, representante do STF na discussão sobre o PCS.

Como a remuneração não deverá ser a ideal, a proposta a ser enviada ao Legislativo prevê uma série de iniciativas compensatórias, que prometem deixar a carreira judiciária mais sólida. Entre elas estão o adicional de especialização e a exigência de qualificação para exercer cargos e funções de natureza gerencial. Pretende-se também transformar as colocações do Poder Judiciário da União em carreiras típicas de Estado.

"O plano pode não ser perfeito, mas contém inúmeros avanços em relação à situação atual", diz Amarildo Vieira, servidor do STF e presidente do grupo de trabalho do PCS. Não há previsões sobre quando o anteprojeto chegará ao Congresso. As melhores expectativas dão conta de que isso ocorrerá já neste segundo semestre de 2005. A tramitação vai depender muito do clima do Parlamento, que se vê em meio à realização de CPIs, de denúncias contra deputados e votações de um sem-número de medidas provisórias.

Mas, para o senador Edison Lobão (PFL-MA), a demanda é justa e deverá ser bem acolhida no Congresso. "Ter um Judiciário fortalecido é garantia de previsibilidade jurídica e de marcos legais bem definidos, possibilitando a atração de investimentos que gerarão empregos e a promoção do desenvolvimento econômico e social. Para tanto, o Poder Judiciário precisa que os seus servidores sejam contemplados com um sólido plano de carreira." ▪

César H. Arrais e Roberto Thomaz

As metas do projeto

- 50% dos cargos em comissão deverão ser exercidos por servidores do próprio órgão
- Somente servidores com nível superior poderão exercer CJ de natureza gerencial
- Será preciso curso de desenvolvimento gerencial para exercer FC e CJ de natureza gerencial
- Os concursos públicos poderão prever programas de formação como uma de suas etapas
- Poderá haver progressão funcional durante estágio probatório
- Instituiçao de adicional de qualificação, variando de 1% a 12,5%, para servidores com doutorado, mestrado, especialização, curso superior (quando não for requisito para o ingresso no cargo).
- Servidores cedidos para fora do Poder Judiciário da União não receberão a GAJ
- A carreira judiciária será considerada típica de Estado
- O vencimento básico terá aumento médio de 37%. Com isso, a remuneração inicial de um analista deverá ir para R$ 6.551,52; a de técnico judiciário para R$ 3.993,09; e a de auxiliar, para R$ 1.988,19.
- Os servidores efetivos com FC/CJ vão receber 65% do valor total da gratificação, caso optantes pelo cargo efetivo

O caminho da aprovação

Para virar realidade, o novo PCS precisa vencer várias etapas até ser sancionado pelo presidente da República. Confira, abaixo, o longo ritual de tramitação da proposta.

1 Uma comissão composta por representantes do STJ, STF, TST, TSE, STM, TJDFT, CJF, Fenajufe e Sindjus-DF elabora o anteprojeto do PCS e o encaminha aos diretores-gerais dos tribunais superiores. Uma vez analisada, a proposta é submetida à apreciação dos presidentes dos Tribunais.

2 Depois de aprovada pelos presidentes dos tribunais superiores, a proposta vira projeto de lei, que é encaminhado à apreciação do Legislativo pelo presidente do STF.

3 No Congresso Nacional, a discussão e a votação do projeto de lei iniciam na Câmara dos Deputados.* Lá, o projeto tramita por três comissões: Trabalho, Administração e Serviço Público; Finanças e Tributação; e Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Depois, ele vai a Plenário para aprovação em turno único. Uma vez aprovado na Câmara, o projeto é submetido ao Senado para análise da CCJ e nova votação em Plenário. Se for modificado pelos senadores, o projeto terá que voltar à Câmara para análise.

4 Aprovado no Senado (ou em votação final na Câmara, se modificado pelos senadores), o projeto de lei segue, enfim, para sanção presidencial.

* Dependendo das negociações políticas, o projeto pode tramitar em regime de urgência, para abreviar o processo legislativo. Nesse caso, a remessa ao Legislativo pode ser feita tanto na Câmara quanto no Senado

O tamanho da disparidade

Comparativo com carreiras equivalentes do Executivo e do Legislativo mostra distorções sofridas no Judiciário*

	Analista do Banco Central	Analista de Finanças e Controle / Gestor	Analista legislativo (Senado Federal)	Analista do Tribunal de Contas da União	Analista judiciário (Justiça Federal)
Remuneração inicial (vencimentos + gratificações)	R$ 6.384,12	R$ 6.805,02	R$ 7.949,00	R$ 7.977,00	R$ 3.724,27**
Adicional percebido por função comissionada ou cargo em comissão	100% do valor total	De 65% a 75% do valor total	50% do valor total	100% do valor total	Cerca de 40% do valor total
Adicional de qualificação/ especialização	Sim	Não	Sim	Não	Não

Fontes: Sindjus e departamentos de RH dos órgãos citados
(Os valores informados são cálculos aproximados e estão sujeitos a variações)

* Carreiras de nível superior
** A partir de novembro, o valor passará para R$ 4.034, 63

Bacharéis em Direito proibidos de advogar

A partir de agora, os servidores do STJ com bacharelado em Direito terão de assinar uma declaração informando que não exercem a advocacia, mesmo que em defesa do próprio interesse. A determinação está contida num ato assinado pelo presidente do STJ, ministro Edson Vidigal, no início de junho. O ato toma por base a Lei nº 8.806/94, que considera incompatível o exercício da advocacia com a ocupação de cargo ou função vinculados a qualquer órgão do Poder Judiciário. A medida abrange todos os servidores do STJ bacharéis em Direito, efetivos ou não, inclusive os cedidos e requisitados. ▪

Mudanças no Exame Periódico de Saúde

Um ato da presidência do STJ, no final de maio, instituiu uma série de alterações nas regras do Exame Periódico de Saúde (EPS). A principal mudança trata da elevação da idade – de 45 para 50 anos – dos servidores que são obrigados a fazer o EPS anualmente. Agora, em função disso, os funcionários com até 49 anos têm que fazer os exames a cada dois anos. Outra mudança foi a retirada de dois exames hepáticos, o TGP e o TGO, do EPS de todos servidores. Já os com idade acima de 50 anos também não precisarão mais fazer testes de ácido úrico, uréia e creatina. Além disso, o ato prevê que as mulheres com idade entre 35 e 39 anos só deverão fazer mamografia e o TSH (exame de hormônio tireiodiano estimulante) uma única vez nesse período. A partir dos 40 anos, esses testes deverão ser realizados a cada dois anos. ▪

Credisutri oferece empréstimo a 1%

A Cooperativa de Crédito Mútuo dos Servidores do Judiciário no DF (Credisutri) oferece empréstimos pessoais com juros de 1% a todos aqueles funcionários que têm dinheiro investido na instituição. O crédito pode ser descontado na conta corrente do cooperado ou no seu contracheque, no esquema de consignação. A Credisutri, que tem 1,6 mil cooperados – cerca de 850 só do STJ –, estabelece uma única restrição: que o valor máximo a ser emprestado seja equivalente a 50% do valor que o servidor tem na cooperativa. Exemplo: um funcionário que aplicou R$ 5 mil na Credisutri tem direito de pegar empréstimo de até R$ 2,5 mil com juros de 1%. ▪

QUALIDADE DE VIDA

Combate ao uso de drogas no STJ tem a missão de trazer saúde para os dependentes e para as finanças públicas

Hábitos que podem virar doença

"Bebo quando quero, paro quando quero", dizia o servidor J.A. sempre que questionado sobre o hábito de consumir bebidas alcoólicas. Costumava dormir com uma garrafa de pinga sob o travesseiro para aliviar as tremedeiras que o acometiam à noite. Em casa, via sempre a esposa e os filhos chorando quando chegava embriagado. No trabalho, chegou a sofrer um processo administrativo por conta dos freqüentes atrasos.

Após uma noite de sono ruim, J.A. acordou tremendo e foi direto para o boteco. A bebida desceu "quadrada" e acabou voltando do estômago. Foi nesse dia que o servidor se deu conta de que estava doente, de que era um alcóolotra. Naquele mesmo dia, foi procurar ajuda profissional no Tribunal.

Neste mês de junho, J.A completou 15 anos longe do álcool – além de três sem fumar. Com a vida familiar reestruturada e o emprego garantido no STJ, ele se emociona ao lembrar do alcoolismo. "Perdi a infância dos meus filhos". J.A. reconhece que hesitou em aceitar que tinha um problema de saúde. "O que hoje foi reconhecido como doença, na época era considerado sem-vergonhice", diz.

A Secretaria de Serviços de Saúde não tem dúvidas de que os vícios por drogas, lícitas ou ilícitas, são doenças que devem ser tratadas. Uma equipe formada por médicos, psicólogos, psiquiatras, assistentes sociais e profissionais da área de Recursos Humanos desenvolve um trabalho para evitar que histórias como a de J.A. se repitam.

O problema teve que deixar de ser tabu para ser encarado de frente, afinal as drogas podem comprometer a produtividade de um funcionário no trabalho. Para o subsecretário de saúde ocupacional e prevenção do STJ, Andral Codeço, até hábitos considerados inocentes podem descambar para o vício. "Mesmo a cervejinha do fim de semana pode vir a se tornar uma doença", conta.

Andral chama atenção para a perigosa relação entre o perfil médio do servidor do STJ – 72% tem entre 20 e 40 anos, idade na qual os hábitos sociais são intensos – com o consumo de drogas lícitas e ilícitas. Em estudo realizado pela Secretaria sobre o perfil dos servidores no ano passado, 44% dos funcionários do STJ se declararam ser usuários de drogas lícitas ou ilícitas.

O principal projeto de prevenção e tratamento de dependência química do STJ, o Programa Alvorecer, atua principalmente no incentivo à reflexão sobre qualidade de vida. Além de ajudar os dependentes, o Programa tem a missão de trazer economia para o setor público.

Mesmo sem dados consolidados, a assistente social Fátima Regina, uma das responsáveis pelo Alvorecer, diz que o consumo de drogas entre os funcionários custa caro ao Tribunal. As internações dos dependentes em recuperação, os problemas clínicos causados pelo uso continuado da substância e os desgastes gerados no ambiente de trabalho somam valores maiores que os utilizados para manter o Projeto. Além disso, há uma vantagem comparativa para a aplicação desses programas nos locais de trabalho. "Indivíduos com problemas de dependência química podem até abandonar família e amigos, mas tendem a preservar o emprego, necessário para se manter", diz.

No último dia 27, em celebração ao Dia Internacional de Luta contra o Abuso e o Tráfico Ilícito de Drogas, a Secretaria de Serviços de Saúde realizou uma mobilização para conscientizar os servidores sobre o perigo dos entorpecentes. Segundo o escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime (Unodoc), 4,7% da população mundial com mais de 15 anos faz uso de drogas ilícitas. Entre as lícitas, o consumo é bem maior: 30% fuma tabaco e 60% bebe álcool. ▪

Thaís Borges

COMUNICAÇÃO

Radiojornalismo acessível a todo o país pela internet

O caminho é simples: é só entrar na página do STJ, acessar o *link* Notícias no menu principal e procurar o serviço de rádio. De qualquer lugar do planeta, por meio da internet, é possível escutar o noticiário produzido pela equipe de radiojornalismo do Tribunal da Cidadania.

Mídia eletrônica mais antiga e popular no Brasil, o rádio chega aos rincões mais longínquos do país. Foi com o objetivo de atingir exatamente as populações isoladas que o STJ colocou o serviço de rádio na internet.

Foto: TBF

Marcos Tavares, Mara Martinez e Edson Vitorino: notícias da rádio do STJ em todo o Brasil

Isso porque o material disponibilizado na rede virtual é retransmitido por emissoras regionais de menor porte.

Só no mês de abril, primeiro de funcionamento do serviço, houve mais de 1,2 mil acessos aos *links* de rádio. A analista Andréa Vieira, do Núcleo de Rádio, avalia como satisfatória a popularização do serviço. "Com a facilidade do rádio de chegar a qualquer lugar, as ações do STJ ficam melhor difundidas", diz.

O chefe do Núcleo, o jornalista Lima Rodrigues, promete intensificar o relacionamento com as rádios que utilizam o serviço do STJ. "Precisamos de um *feedback* para otimizar nossas ações", conta.

Além do rádio, o *site* disponibiliza o noticiário *Visão Geral*, produzido pelo Núcleo de TV semanalmente. O jornal apresenta, por meio de uma linguagem dinâmica e moderna, as principais decisões tomadas pelas diversas cortes da Casa.

Segundo a chefe do Núcleo de TV, Edilma Neiva, o público-alvo do noticiário é o cidadão comum, interessado nos acontecimentos do STJ. "Os outros núcleos são focados em fomentar os demais órgãos de imprensa", diz.

A página do STJ na internet existe desde 1996. Atualmente, funciona como uma agência de notícias, responsável por 22% das informaçoes acerca do Judiciário publicadas na mídia impressa nacional. ▪

Fabiana Derzié - fabianaf@stj.gov.br

OPORTUNIDADE

STJ quer servidores da Casa atuando como instrutores

Procuram-se professores

Se você tem boa bagagem em alguma área do conhecimento e vocação para lecionar, não perca tempo! A Seção de Soluções em Educação está muito interessada nos seus serviços. Responsável pela elaboração de cursos de qualificação para os servidores, o setor disponibiliza na intranet – dentro da Seção Recursos Humanos – um cadastro no qual todos os que querem atuar como professores podem se inscrever.

Os selecionados são chamados conforme a demanda do Tribunal por treinamentos específicos. De acordo com o servidor Romildo Luiz Langamer, responsável pelos cursos voltados para os gabinetes e as coordenadorias, as aulas ministradas por servidores da Casa, além de saírem mais em conta do que contratar um especialista externo, costumam ser mais eficientes.

"Os servidores conseguem aliar a teoria à prática. Afinal, eles já conhecem a cultura da Casa e trabalham diariamente com aquilo que estão ensinando", explica Romildo. Atualmente, são 30 os servidores inscritos no cadastro. Entre realizados e a realizar, são 27 os cursos previstos para 2005. Neste primeiro semestre, cerca de 360 funcionários do Tribunal freqüentaram as salas de aula para se qualificar.

Servidora desde outubro último, a analista Mônica Schwartz teve que deixar a docência quando se transferiu do Rio, onde morava, para Brasília. Graduada e mestra em Direito Tributário pela UFRJ, Mônica está com saudades das salas de aula. "Sempre achei interessante ser professora. A gente ensina, mas também aprende muito com os alunos", conta. Já inscrita no Cadastro de Instrutores, ela não vê a hora de ser chamada. "Será um ótimo desafio", diz.

Foto: TBF

Mônica quer voltar às salas de aula

Desde 1998, o STJ prevê incentivos para os funcionários que ministrarem aulas. O benefício varia de 1% a 4% do salário de analista em final de carreira por hora/aula, conforme a qualificação do instrutor. A única restrição é para que os servidores selecionados não lecionem em horários que coincidam com sua jornada diária de trabalho. "Como o Tribunal funciona durante 12 horas corridas atualmente, fica fácil equacionar esse problema. Queremos muito que os servidores se cadastrem, pois temos certeza de que existem grandes instrutores na Casa, só não sabemos onde", conta Romildo. ▪

Redação - informe-se@stj.gov.br

Informe-se • Jornal de Comunicação Interna do Superior Tribunal de Justiça (STJ)

Presidente: ministro Edson Vidigal • **Vice-presidente:** ministro Sálvio de Figueiredo • **Secretária-geral da Presidência:** Shirley Maria de Lima • **Diretor-geral:** Alcides Diniz • **Assessor chefe de Comunicação Social:** Luiz Adolfo Pinheiro • **Assessor adjunto:** Domingos S. Diniz • **Chefe do Núcleo de Editoria e Imprensa:** Roberto Cordeiro • **Coordenador de Comunicação Interna:** Roberto Thomaz • **Editor do Informe-se:** César Henrique Arrais • **Projeto Gráfico:** Thaís Borges • **Revisão:** Mari Lúcia Del Fiaco • **Estagiária:** Fabiana Derzié • **Colaboração:** Beatriz Ribeiro, Joalcy dos Santos e Simone Vidigal • **Ilustração:** Zé Dassilva, cedida pelo Sindjusc (SC) • **Impressão:** Seção de Reprografia e Encadernação • **Tiragem:** 4,1 mil exemplares • **Contatos:** (61) 319-8115 / informe-se@stj.gov.br

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

informe-se

O STJ bem perto de você!

JULHO 2005

Ano X • nº 7

SERVIDORES

STJ ganhará companhia de outros tribunais, como o TST, na consolidação do Setor de Administração Federal Sul

Nossos vizinhos estão chegando

O STJ é um desbravador. Ao dar início, no final dos anos 80, à construção de sua nova sede, o Tribunal da Cidadania começou a ocupação de uma das áreas, até então, mais inóspitas de Brasília: o Setor de Administração Federal Sul (Safs). Segundo informações da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (Seduh) do Distrito Federal, o Safs está previsto desde o projeto original da capital do país, concebido pelo urbanista Lúcio Costa.

Mas o setor só passou a estar integrado pra valer à cidade depois que o STJ iniciou os trabalhos em sua nova sede, a partir de 1995. Desde então, o Tribunal da Cidadania ganhou alguns vizinhos ilustres, como a Procuradoria Geral da República e o Instituto Rio Branco. Mesmo assim, o Safs permaneceu com a característica de ser uma área isolada.

A partir do fim ano, entretanto, o Safs deverá se consolidar em definitivo como um dos setores mais importantes da capital federal. No 16 de dezembro, está prevista a conclusão das obras da nova sede do Tribunal Superior do Trabalho (TST). A construção, iniciada em 1998, está em fase de acabamento e finalizando as instalações da central de ar-condicionado e da sub-estação de energia. "Esperamos iniciar a mudança assim que começar o recesso de final de ano. A previsão é que o primeiro julgamento de 2006 aconteça já na nova sede", diz Luiz Marques, diretor de Engenharia do TST.

Hoje, o TST ocupa a sede no Setor de Autarquias Sul (SAS) – inaugurada em 1971 – e mais três prédios alugados no SAAN, próximo ao Palácio do Buriti. A nova sede vai aglutinar todos os 1.920 funcionários num mesmo local. Cerca de 850 operários trabalham nas obras do complexo, composto de dois prédios projetados por Oscar Niemeyer, um de seis e outro de cinco andares, com um total de 96 mil m² de área construída, distribuídos numa área de 57 mil m².

* Foto de satélite retirada do programa "Google Earth"

Engarrafamento

Apesar de ter quase 2 mil servidores, e de ser um local onde são protocolados 100 mil processos a cada ano, o TST contará apenas com 498 vagas em subsolo e outras 328 externas. "Estamos pleiteando junto ao governo a cessão de áreas adjacentes ao Tribunal para fazer estacionamentos", afirma o engenheiro Luiz Marques. A escassez de vagas e os engarrafamentos poderão ser transtornos constantes no futuro do Safs.

Isso porque, além do TST, deverão ocupar o setor no futuro o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) e a Justiça Federal de 1ª Instância. Também há a previsão da Safs abrigar as sedes dos partidos políticos – só o PDT já está instalado na região – e de mais um anexo, o quinto, da Câmara dos Deputados. A Gerência do Plano Piloto da Diretoria de Estudos e Projetos da Seduh já prevê aumento de tráfego na área e estuda maneiras de evitar o caos no trânsito do local.

"Para que os problemas de tráfego não aconteçam, deverão ser tomadas medidas abrangentes que extrapolem o Safs", explica a secretária de Desenvolvimento Urbano e Habitação do GDF, Diana Meirelles. Duas iniciativas, já previstas, poderão desafogar o trânsito no Safs do futuro. A via AFS2, que passa ao lado do STJ e segue até o Anexo IV da Câmara, deverá ser inteiramente duplicada. Outra modificação poderá ser a ampliação da via S3, que partiria da Praça Portugal, passaria pela AFS2, cortaria uma área prevista para bosques no setor e desembocaria ao lado da Procuradoria Geral da República. A pista terminaria num viaduto que passaria sobre a L4, dando acesso a esta mesma via no sentido que segue para a Ponte JK.

O TSE, com seus 1.040 servidores, deverá ser o próximo Tribunal a vir para a Safs. O arquiteto Oscar Niemeyer, sempre ele, já está trabalhando no projeto arquitetônico e deverá entregá-lo até novembro. As obras devem começar em 2006 e durar cinco anos. "O TSE cresceu muito depois da automação do voto em 1996, com investimentos em equipamentos e novos servidores. A atual sede ficou pequena", conta Athayde Fontoura, diretor-geral do TSE.

O TRF1, que há dez anos ocupa a antiga sede do STJ no SAS, e a Justiça Federal, sediada em três prédios no SAS, devem iniciar seus projetos para se transferirem para o Safs no início de 2006. Ambos órgãos já contam com orçamento previsto para a mudança. ▪

César H. Arrais - carrais@stj.gov.br

O que haverá de novo na vizinhança

A - Tribunal Superior do Trabalho

As obras da nova sede do TST, localizada na quadra 08 da SAFS, devem ser concluídas em 16 de dezembro. A mudança deve ocorrer nos períodos de recesso do final do ano e de janeiro. A expectativa é que a primeira sessão de 2006 do Tribunal aconteça nas novas edificações.

B - Tribunal Superior Eleitoral

O TSE já conta com um terreno vizinho ao do TRF 1ª Região numa área de 59 mil m² situada na quadra 07 da SAFS. O arquiteto Oscar Niermeyer está elaborando o projeto arquitetônico da edificação, que deve estar concluído até o final do ano. A expectativa é de que a nova sede do TSE esteja em funcionamento em 2011.

C - Tribunal Regional Federal 1ª Região

De acordo com a Diretoria-Geral, o TRF1 já conta com verba orçamentária para desencadear os projetos arquitetônico e de engenharia. A previsão é que a obra comece a ser feita em 2006.

D - Justiça Federal

A Diretoria-Geral do órgão informou que a transferência da sede – que hoje está dividida em três prédios do Setor de Autarquias Sul – já está em estudos. Recursos para a execução dos projetos de arquitetura e engenharia, bem como para a obra em si, deverão estar previstos no orçamento de 2006.

E - Duplicação da AFS2

A via que passa ao lado do STJ, que também dá acesso ao Instituto Rio Branco, será duplicada no futuro para facilitar o escoamento do pessoal dos tribunais e demais órgãos localizados na Safs.

F - Nova via S3

Há a previsão da construção de uma via, duplicada, que facilitará o acesso dos trabalhadores da Safs à ponte JK. A pista cortará a área localizada atrás da Procuradoria Geral da República (PGR) e do Tribunal de Contas da União (TCU). Vai ligar a Praça Portugal, próxima à Embaixada dos EUA, até a L4 Sul. Deverá ser construído um viaduto para ligar a S3 à L4 para não causar mais transtornos ao já conturbado trânsito desta última via.

G - Anexo V da Câmara dos Deputados

A área que, atualmente, funciona como estacionamento atrás do Anexo IV deverá, no futuro, abrigar mais um prédio administrativo do Parlamento.

H - Áreas non aedificandi

Apesar de toda a ocupação prevista, a Safs deverá permanecer com a característica de ser uma área bucólica, bem arborizada. Grandes faixas de verde ao lado da L4, onde são proibidas construções, irão garantir isso.

I - Partidos Políticos

A quadra 02 da Safs é destinada aos partidos políticos para construírem suas sedes em Brasília. Atualmente, só o PDT conta com um prédio na região.

Bacharéis em Direito proibidos de advogar

A partir de agora, os servidores do STJ com bacharelado em Direito terão de assinar uma declaração informando que não exercem a advocacia, mesmo que em defesa do próprio interesse. A determinação está contida num ato assinado pelo presidente do STJ, ministro Edson Vidigal, no início de junho. O ato toma por base a Lei nº 8.806/94, que considera incompatível o exercício da advocacia com a ocupação de cargo ou função vinculados a qualquer órgão do Poder Judiciário. A medida abrange todos os servidores do STJ bacharéis em Direito, efetivos ou não, inclusive os cedidos e requisitados. ▪

Postais do Tribunal

As linhas e traços que compõem o complexo arquitetônico do STJ viraram, literalmente, cartões-postais. Por iniciativa da Assessoria de Cerimonial do Tribunal, foram impressas seis mil unidades de postais com imagens feitas pelos fotógrafos Gervásio Baptista, Orlando Brito, André Dusek e Jorge Campos que retratam diferentes ângulos da obra concebida por Oscar Niemeyer. As fotografias serão distribuídas nos diversos projetos de visitação do STJ promovidos pelo Cerimonial e pelo Núcleo Cultural. Também serão ofertados aos que visitarem a exposição multimídia itinerante do STJ, que deve desembarcar no Aeroporto Internacional Juscelino Kubitschek em agosto. ▪

Internautas aprovam serviços do site do STJ

Não se pode melhorar o que não se avalia. Foi a partir desse princípio que a Ouvidoria-Geral do STJ começou a medir, em março deste ano, a satisfação do público com os serviços online oferecidos pelo Tribunal. De acordo com os primeiros resultados, obtidos por meio de uma enquete publicada no site do STJ, 77% dos usuários estão contentes com os serviços disponíveis na internet. O destaque fica para a criação do Diário da Justiça on-line, aprovado por 82,51% dos usuários. Desde que foi criada, há pouco mais de um ano, a Ouvidoria do STJ já recebeu mais de 10 mil manifestações. ▪

SAÚDE

Dias quentes e secos e noites frias transformam o inverno de Brasília numa época perigosa para o organismo

Clima de deserto na capital

Uns se queixam da pele e dos lábios ressecados. Outros, de ardência nos olhos, falta de ar, cansaço e até sangramento no nariz. Raro encontrar alguém que não tenha sofrido os efeitos da seca que castiga Brasília nessa época todos os anos. O tempo hostil à saúde é uma combinação de falta de chuvas, sol forte, ventos constantes, variações excessivas na temperatura e muita poeira.

Foto:TBF

Rosângela não abre mão do creme hidratante nessa época

O inverno árido do Planalto Central é marcado por dias quentes e noites frias – tal como acontece no deserto. Isso porque a umidade, muito baixa por aqui nesses tempos, é que mantém a temperatura constante.

Segundo o meteorologista Hamilton Carvalho, do Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), a taxa ideal de umidade do ar é de 80%. No mês de agosto, em Brasília, ela costuma baixar a 15% nas horas mais quentes do dia. Pelas previsões do Inmet, a seca só deve dar um refresco à população no final de setembro.

Apesar de nascida em Brasília e de ter enfrentado várias secas, a servidora Rosângela Lima, da Assessoria de Comunicação, sempre sofre nessa época do ano. "Minha pele fica rachada, os cabelos ressecados e o nariz obstruído", conta. Para aliviar os sintomas, ela faz hidratação semanal nos cabelos e carrega na bolsa creme hidratante, descongestionante nasal e protetor para os lábios. "Não consigo mais sair de casa sem eles", ressalta.

Com quem vem de longe, sobretudo de regiões úmidas, a seca é ainda mais implacável. Segundo dados da Seção de Provimento e Vacância do STJ, pelo menos 96 servidores chamados no último concurso do Tribunal vieram de outros estados. Um deles é o analista judiciário Cidinei Chatt, lotado na Corte Especial, que trouxe a família de Joinville, norte de Santa Catarina. "No começo, eu sentia a pele áspera e a garganta irritada. Este ano, meu nariz já sangrou."

Chatt não sabe, mas teve sorte de não desenvolver problemas mais sérios. "Quem não está acostumado com o clima da cidade pode apresentar reações mais intensas, como crises de coceira, dermatite e descamação", explica a dermatologista Gladys Campbell. Segundo a especialista, a perda de água atrapalha na produção de uma proteção invisível – o chamado manto lipídico – que resguarda a pele das agressões externas. "Os cuidados devem ser maiores justamente nessa fase de adaptação, já que os efeitos tendem a amenizar com o tempo", explica.

As vias aéreas também são muito agredidas pela seca. "O excesso de poeira na atmosfera, combinado ao frio, podem levar ao desenvolvimento de doenças respiratórias e de alergias", diz o pneumologista Andral Codeço Filho, subsecretário de Saúde Ocupacional e Prevenção do STJ.

Além disso, quem bebe pouca água corre o risco de deixar o sangue mais denso, o que aumenta a pressão nos vasos sangüíneos, resultando em fortes dores de cabeça. Já os rins tendem a eliminar menos líquidos e concentrar urina, o que pode formar cálculos renais.

Beber muito líquido, principalmente água, é obrigatório para prevenir os males da seca. Confira outras dicas no quadro abaixo: ▪

Roberto Thomaz - thomaz@stj.gov.br

Para aliviar os efeitos da seca

- Evite o sol forte entre 10h e 15h. Se você pratica exercícios físicos, beba água a intervalos regulares para compensar a perda de líquido.
- Diminua o tempo de banho (principalmente com água quente) e use sabonetes com fórmulas mais suaves e menos detergente, para preservar a proteção natural da pele.
- Tenha sempre à mão cremes hidratantes, ideais para aliviar a sensação de pele repuxada nos joelhos, cotovelos, pés, pernas, mãos e braços, sobretudo após o banho.
- Para proteger a boca, recorra aos protetores labiais, de preferência os que contêm filtro solar em sua fórmula. No nariz, pingue água, soro fisiológico ou descongestionante nasal, para evitar o ressecamento da mucosa.
- Evite respirar pela boca, para prevenir a entrada de ar frio e seco nas vias aéreas.

PRÓ-SER

Cobertura maior fora do DF

Se sua carteira da Unimed já está vencida e você não recebeu uma nova, não se preocupe. Todas as que expiraram em 31 de julho último continuarão valendo indeterminadamente até que os exemplares atualizados sejam entregues aos funcionários do Tribunal. Além disso, os conveniados que vivem ou estão fora do Distrito Federal contam com novas opções de atendimento.

O Pró-Ser firmou parceria com o Pró-Social, o programa de assistência à saúde dos servidores do Tribunal Federal Regional da 1ª Região. Isso garante aos funcionários do STJ atendimento em unidades hospitalares nos 14 estados que estão sob jurisdição do TRF1: Minas Gerais, Goiás, Bahia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Pará Amazonas, Rondônia, Acre, Rorraima, Amapá, Piaí e Maranhão.

Além disso, o Pró-Ser estabeleceu um convênio com um dos hospitais mais tradicionais do país: o São Vicente de Paulo, no Rio de Janeiro, fundado em 1930. Localizado na rua Dr. Satamini, 333, no bairro da Tijuca, Zona Norte da cidade, a instituição conta com 120 leitos para internação, centro cirúgico com sete salas para operações e Unidade de Terapia Intensiva(UTI) neonatal e pediátrica.

Mais informações sobre os convênios do Pró-Ser podem ser obtidas pelo telefone (61) 3319-9099 ou pelo e-mail proser@stj.gov.br. ▪

Fabiana Derzié - fabiana@stj.gov.br

QUALIDADE

Inovações garantem maior precisão e rapidez na prestação de informações ao público

Informação ao alcance de todos

Que é pela Subsecretaria de Protocolo, Informações Processuais e Expedição que entram todos os processos e documentos endereçados ao STJ, todo mundo sabe. O que muitos talvez desconheçam é que, dentro dela, existe uma unidade responsável por manter todo mundo (servidores, ministros, advogados, cidadãos...) informado sobre quase tudo o que é feito aqui dentro. Trata-se da Seção de Informação Processual (Sinpro), que tem usado e abusado da criatividade para dar conta de tamanha responsabilidade.

E haja trabalho! Diariamente, são dezenas de cartas, e-mails e telefonemas vindos de todas as partes do país, além dos atendimentos pessoais - feitos via balcão. Para dar conta de uma demanda tão grande e diversificada, a unidade, que hoje conta com apenas 16 funcionários, tem investido no desenvolvimento de soluções tecnológicas e na gestão de pessoas.

Para oferecer algo a mais aos advogados que buscam informações sobre andamento processual, a Seção instalou um aplicativo paralelo ao sistema push – aquele que envia por e-mail a última movimentação sofrida pelo processo. A diferença é que o novo sistema fornece um histórico processual completo, e na periodicidade definida pelo cliente.

O atendimento telefônico também passou por modificações. Com a criação de um banco de dados e uma ferramenta de acesso aos tópicos, o que antes precisava ser pesquisado em extensos fichários está agora a apenas alguns cliques do mouse. "Com o uso do aplicativo, mesmo que o servidor não tenha as respostas na ponta da língua, ele as encontra com facilidade", diz o subsecretário de Protocolo, Informações Processuais e Expedição, Benedito Maranhão.

Foto:TBF

Servidores treinados para atender com agilidade e cortesia

Além de evitar que o cidadão seja transferido de ramal incontáveis vezes, o aprimoramento no atendimento telefônico diminuiu sensivelmente a rotatividade e o nível de estresse dos servidores. "Ninguém ficava muito tempo no cargo, já que se sentia frustrado por não conseguir responder aos pedidos", conta a chefe da Seção de Informação Processual, Letícia Lima.

Agora, os servidores passam por freqüentes treinamentos em atendimento ao público, pesquisa na internet e intranet, e estão sempre por dentro das novidades em legislação, jurisprudência, notícias e decisões do STJ e de outras Cortes do país. Como a Simpro é uma espécie de cartão de visitas, e às vezes o único contato do cidadão com o Tribunal, a unidade tem investido na qualidade do atendimento.

O resultado pode ser medido pelo entusiasmo dos servidores, além dos freqüentes elogios feitos pelos usuários. Contudo, Letícia chama a atenção para um aspecto importante que pode comprometer o trabalho: "É preciso que todos, dentro do Tribunal, estejam conscientes da importância de se manter o fluxo interno de informações. Do contrário, corremos o risco de ver as conseqüências que um dado incorreto ou impreciso pode acarretar". ▪

Thaís Borges - tfarias@stj.gov.br

Informe-se • Jornal de Comunicação Interna do Superior Tribunal de Justiça (STJ)

Presidente: ministro Edson Vidigal • **Vice-presidente:** ministro Sálvio de Figueiredo • **Secretária-geral da Presidência:** Shirley Maria de Lima • **Diretor-geral:** Alcides Diniz • **Assessor chefe de Comunicação Social:** Luiz Adolfo Pinheiro • **Assessor adjunto:** Domingos S. Diniz • **Chefe do Núcleo de Editoria e Imprensa:** Roberto Cordeiro • **Coordenador de Comunicação Interna:** Roberto Thomaz • **Editor do Informe-se:** César Henrique Arrais • **Projeto Gráfico:** Thaís Borges • **Revisão:** Mari Lúcia Del Fiaco • **Estagiária:** Fabiana Derzié • **Colaboração:** Joalcy dos Santos e Simone Vidigal • **Impressão:** Seção de Reprografia e Encadernação • **Tiragem:** 4,1 mil exemplares • **Contatos:** (61) 319-8115 / informe-se@stj.gov.br

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

informe-se

O STJ bem perto de você!

Ano X • nº 8 AGOSTO 2005

FUTURO

STJ faz parceria com instituições bancárias para facilitar a compra de imóveis pelos servidores

A realização da casa própria

Olhando as estatísticas da Seção de Assistência Social do STJ, parece até que a casa própria não é o "grande sonho" dos servidores do Tribunal. Estudo de 2002, com cerca de um terço dos funcionários concursados à época, demonstrou que 67% não precisavam pagar aluguel. Outra pesquisa, feita com aproximadamente 250 servidores no ano passado, não apenas confirmou, mas realçou o indicador: 87% declararam viver numa casa própria.

Os dados, entretanto, não refletem exatamente a realidade. "Boa parte dos que declaram viver numa casa própria moram ainda com os pais. Há muita gente jovem e solteira no Tribunal", conta a assistente-social Ângela Teixeira. A pesquisa de 2002 indica que 63% dos servidores têm entre 19 e 39 anos.

Diante dos fatos, o STJ procurou as instituições financeiras que atuam no Tribunal para propor parcerias. "Como a maioria dos servidores já cumpriu o objetivo de ter um emprego estável, decidimos facilitar a necessidade seguinte: ter uma casa própria", diz Jean Carlo de Oliveira, da Subsecretaria de Legislação e Pagamento.

O Banco Real foi o primeiro a responder à demanda. A instituição criou uma linha de financiamento específica para os servidores, com juros de 11,5% ao ano – 1% a menos que o cobrado do público em geral – mais a Taxa Referencial (TR).

O financiamento do Real pode ser pago em até 15 anos (180 meses) e a redução do saldo devedor se dá pelo Sistema de Amortização Constante (SAC), o que garante que o comprador não ficará devendo nada quando quitar suas parcelas. O banco empresta até 70% do valor do imóvel, que deve ter um valor máximo de R$ 350 mil. O pagamento do empréstimo no Real é feito por débito em conta-corrente.

Apesar de não oferecer linhas de financiamento de imóveis, o Banco do Brasil também vai dar uma força aos servidores. A instituição vai oferecer o convênio com a poupança do Exército, a Poupex, que opera desde 1981 no mercado imobiliário. A parceria com a entidade, que utilizará o sistema de consignação para a cobrança, está em vias de ser concluída. Entre as vantagens oferecidas, está o prazo de 144 meses para pagar no sistema SAC e o financiamento de até 75% do valor do imóvel. Os juros propostos são de 10,89% ao mês e o FGTS pode ser utilizado desde que o comprador não tenha imóveis no Distrito Federal. A Poupex não cobra taxas administrativas, mas quem recorrer ao seu empréstimo tem de pagar 2% do valor total do contrato na hora da sua assinatura.

Foto: TBF

Ana Cláudia Nascimento fez um financiamento de 15 anos: "Não perdi o controle em momento algum"

Tradição

Lotada na Presidência do STJ, a analista Ana Cláudia Nascimento, 34, recorreu à instituição mais tradicional no ramo de financiamento imobiliário para comprar seu primeiro apartamento. Em 1998, ela procurou a Caixa Econômica Federal (CEF) e fez um empréstimo para aquisição de um imóvel na SQN 303. Prazo de pagamento: 180 meses.

Ana acredita que poderia até ter se empenhado para economizar e efetuar a compra à vista. Mas ela não se arrepende do financiamento. "Hoje em dia o sistema é mais simples e o valor das prestações não oscila muito. Não perdi o controle em nenhum momento e sei que não haverá saldo devedor quando acabar de pagar", conta a servidora.

Pouco depois de comprar o apartamento, Ana se casou e, há cerca de quatro meses, deu à luz a serelepe Valentina. Com a família maior, a servidora resolveu sair do seu imóvel e alugar um apartamento mais amplo na SQN 212. "Estou pagando minha qualidade de vida, mas não me arrependo da compra que fiz", diz.

Em função de ser um banco estatal, a CEF já trabalha com taxas subsidiadas para o financiamento imobiliário. A instituição oferece diversas modalidades para a aquisição de imóvel e também para a construção. Para a compra financiada, o prazo é de 240 meses, amortizado no sistema SAC, com juros de 12,5% ao ano. "São muitas as opções. Um mês depois de entregar toda a documentação, o empréstimo é concedido", diz Fernando Cúrcio, gerente-geral da CEF no STJ.

Para o diretor-geral da Associação Brasileira de Mutuários da Habitação (ABMH), José Geraldo Tardim, deve-se ter cautela ao se optar pelos financiamentos. "Por mais que as parcelas variem pouco, o custo de vida tem aumentado e um financiamento mal planejado pode levar o comprador à ruína. Isso vale para os servidores públicos, que não têm tido aumentos que compensem a desvalorização de suas rendas", explica. ▪

Fabrício Azevedo - fcortes@stj.gov.br e
César H. Arrais - carrais@stj.gov.br

Comparação entre as modalidades de compra de imóveis

Meio de aquisição	Prós	Contras
Compra à vista	Preços são melhores e não há pagamento de juros. Pode-se utilizar o FGTS para efetuar a compra.	Exige-se disciplina. Capital fica imobilizado por longo períodos - geralmente de 4 a 5 anos.
Compra de imóvel na planta	Preço do imóvel é dividido em parcelas mensais, geralmente 60. O imóvel é comprado com deságio e, depois de pronto, vale mais que o preço de mercado. Pode haver desconto em caso de antecipação de pagamentos.	Há o risco de a construtora falir antes da conclusão da obra. O cálculo da parcela muitas vezes é complexo e deixa resíduos a pagar. Deve-se verificar se a empresa no Procon.
Consórcio	A administração do consórcio recebe parcelas mensais, geralmente 120, e os participantes vão sendo sorteados para receber um valor para compra do imóvel. A vantagem vai para quem é sorteado no começo, que paga apenas 15% a mais do valor de mercado.	A desvantagem é ser sorteado no fim do contrato, pois pagam-se todas as mensalidades antes de usufruir o imóvel. Há o risco do consórcio quebrar por inadimplência dos participantes. Nesse caso o dinheiro pode ser resgatado.
Sistema Financeiro Imobiliário (SFI)	Foi regulamentado pela Lei nº 9514/97. Os financiamentos são feitos com recursos dos bancos. Geralmente é mais empregada para a compra de um segundo imóvel ou de imóvel comercial. Os prazos de operação são menores que em outras modalidades.	Os juros dos bancos costumam ser altos e se tornam mais pesados em contratos longos. Num contrato de mais de 3 anos, o mutuário pode pagar o equivalente a dois apartamentos. Além disso, se o comprador ficar inadimplente, pode perder todo o valor empregado.

Fonte: ABMH. Mais informações sobre as modalidades de compra de imóveis podem ser obtidas nos sites www.caixa.gov.br, www.bancoreal.com.br e www.poupex.com.br

PCS prestes a ir para o Congresso

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Nelson Jobim, comprometeu-se a enviar ao Congresso Nacional, o quanto antes, o anteprojeto de lei do novo Plano de Cargos e Salários (PCS) dos servidores do Poder Judiciário da União. A promessa foi feita pelo ministro em um encontro com representantes do Sindjus e da Fenajufe no início de agosto. Jobim havia se comprometido a priorizar o PCS após a aprovação, também no Congresso, da proposta de reajuste dos subsídios da magistratura – o que já aconteceu. De acordo com a assessoria de imprensa do STF, a Corte está levantando dados nos tribunais para elaborar planilhas com o impacto orçamentário do PCS, o que deverá ser analisado pelo Ministério do Planejamento antes de o anteprojeto chegar ao Parlamento. ▪

Servidores antenados com o software livre

Uma comissão de especialistas em informática do STJ trabalha num projeto de expansão da tecnologia de software livre no Tribunal. Para aferir o nível de conhecimento dos servidores acerca do assunto, foi feita uma enquete na Intranet e ela revelou que quase 80% já tinham ouvido falar em software livre.

O estudo indicou também que cerca de 50% dos servidores sabem que esses softwares podem ser modificados conforme as necessidades de quem o utiliza. Para esclarecer ainda mais o público da Casa, será promovido um seminário sobre o tema na primeira quinzena de setembro. Fique atento aos Notícias Internas, na Intranet, para saber as datas e os horários do evento. ▪

Brasões familiares em exposição no STJ

A simbologia das insígnias ou distintivos de família nobre – os chamados brasões – estarão em destaque a partir do próximo dia 12/9 no STJ. Mais de 100 brasões cedidos pelo pesquisador e escritor Henrique Arthur de Souza poderão ser apreciados na exposição "Arte heráldica – histórias de famílias", que ficará montada até o dia 16 de setembro, das 9h às 19h, no mezanino – situado no 2º andar do edifício dos Plenários. Henrique Arthur de Souza é autor do livro "Entrelaços de Famílias", que traz a história e a genealogia de indivíduos de quase 2.000 famílias. ▪

CARREIRA

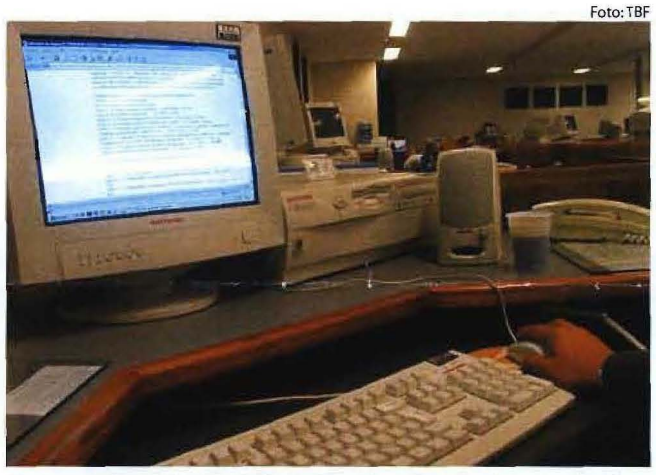
Horas e horas de trabalho e produtividade quase nula. Esse é o diagnóstico das pessoas que sofrem de presenteísmo, mal psicológico pouco conhecido que começa a ser decifrado pela ciência

Muito tempo para pouco resultado

Você costuma chegar bem cedo ao trabalho e sair ao apagar das luzes? Sempre se oferece para participar daquela reunião que não tem hora para acabar? Cuidado. Você pode sofrer de uma síndrome profissional ainda pouco conhecida: o presenteísmo. "Quem tem o mal acredita que está dando o melhor de si e faz questão de dizer a todo mundo que trabalha muito", diz a psicóloga e consultora em carreira Rosângela Casseano.

O presenteísta passa um grande número de horas no trabalho, sem que isso seja necessário para o cumprimento de suas tarefas diárias. Não se pode confundi-lo com um workaholic – que sente prazer em estar sempre em ação. O presenteísta é inseguro em relação à própria performance e acredita que, ao se fazer sempre presente, vai transmitir aos outros uma imagem de eficiência. Ele teme ser descoberto como um profissional pouco necessário nos períodos em que está ausente. "Muitas vezes deixa a vida pessoal de lado, perde até o contato com os filhos por estar sempre disposto a ficar até mais tarde", conta Rosângela Casseano.

Foto: TBF



Presenteísta: chega cedo, sai tarde e tem baixa produção

O grande problema é que, apesar do tempo que dedicam ao trabalho, essas pessoas normalmente têm uma produtividade baixa. A psicóloga explica que os presenteístas são naturalmente desorganizados e sentem dificuldade de estabelecer prioridades e, por isso, deixam muito serviço por terminar. Para Rosângela Casseano, o fato de essas pessoas passarem muito tempo no trabalho não significa que são dedicadas. Na verdade, demonstra que elas estão fora de foco. "Eles precisam provar para si mesmos e para os outros que são tão bons ou melhores que os colegas, vivem reclamando do salário e fazendo propaganda de si", diz a psicóloga.

Para o coordenador do laboratório de psicologia do trabalho da UnB, Wanderley Codo, o problema deve-se ao esquema de trabalho nas organizações. Ele explica que 99,9% dos trabalhos não se medem em tempo, mas que algumas empresas ainda operam dentro da antiga concepção taylorista, na qual o contrato era baseado na venda de horas. "Você pode levar dez minutos para fazer um trabalho brilhante ou levar uma semana para entregar um serviço de má qualidade", diz o professor.

Segundo ele, o problema é amenizado quando a instituição tem metas de produtividade bem definidas e leva ao conhecimento de todos os funcionários os seus objetivos. "Isso evita que o indivíduo fique sem saber aonde a empresa quer chegar e aonde ela quer que ele chegue", diz Codo. Além do impacto positivo que pode ser gerado pelo conhecimento dos resultados da própria atividade, o professor aponta uma outra questão crucial na relação das pessoas com o emprego: a importância de apreciar aquilo que faz. "O corpo é programado para fazer o que dá prazer. Se o trabalho não dá prazer, não é feito direito", diz.

A receita para se livrar do problema é investir em qualidade de vida dentro e fora do trabalho e fazer dele uma atividade prazerosa. "Planejar melhor o próprio tempo, usar mais a criatividade, ser pró-ativo e disciplinado garante tanto uma produtividade maior como um estilo de vida mais saudável", afirma a psicóloga Rosângela.

Então, na próxima vez que decidir ficar além do expediente, analise se realmente há necessidade – e se isso vai fazer com que você alcance melhores resultados – ou se é apenas para marcar presença. ▪

Thaís Borges - tfarias@stj.gov.br

PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Uma nova proposta

O colegiado do Conselho da Justiça Federal (CJF), que se reuniu no início de agosto em Florianópolis (SC), decidiu pela elaboração de um substitutivo ao anteprojeto de lei que trata da instituição do Regime de Previdência Complementar para o pessoal do Poder Judiciário da União.

A apreciação do anteprojeto foi suspensa devido às ponderações feitas pelo presidente do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, desembargador Francisco de Queiroz Cavalcante. Ele manifestou sua preocupação com a existência de uma ação direta de inconstitucionalidade (Adin) no Supremo Tribunal Federal (STF) movida pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) contra a lei que regulamenta os fundos de previdência do setor público.

Cavalcante, que ficou encarregado de apresentar uma nova redação ao anteprojeto, mostrou-se apreensivo quanto à criação de um fundo previdenciário específico para o Judiciário, sem contemplar o Legislativo e o Executivo. Além disso, o desembargador quer que o anteprojeto contenha uma referência explícita à situação dos servidores que ingressaram após a entrada em vigor da reforma da previdência, emenda 020/2003, que modificou as regras e estabeleceu normas de transição para a aposentadoria. O TRF 5 informou que não há previsão para o desembargador Francisco Cavalcante apresentar o substitutivo. ▪

Joalcy dos Santos - joalcy.santos@stj.gov.br

MÍDIA

Novo meio de comunicação do STJ, o Jornal Mural nasce com a missão de democratizar a informação entre todo o público que freqüenta o Tribunal

'Ouça' o que as paredes têm a dizer

A partir da segunda quinzena de setembro, todo o público que freqüenta o STJ ficará mais bem informado. Isso porque será inaugurado um novo meio de comunicação voltado para servidores, terceirizados, advogados e cidadãos que circulam pelas dependências do Tribunal. Trata-se de um jornal de periodicidade semanal, com editorias focadas nos assuntos cotidianos da Casa. O diferencial dessa mídia é que ela estará afixada na parede, em pontos estratégicos, onde há maior circulação de pessoas.

Não será um quadro de avisos a mais. Será, sim, um periódico: o Jornal Mural. Experiência de sucesso nas mais conceituadas organizações públicas e privadas de todo mundo, o Jornal Mural nasce para ser um canal de comunicação ágil com os funcionários – não apenas fornecendo informações relevantes para o seu dia-a-dia, mas também recebendo deles sugestões e reclamações.

O Jornal Mural estará disposto em oito dos locais de maior circulação do Tribunal, como as entradas do Protocolo, do edifício da Administração e o edifício do Tribunal Pleno, de modo que todos os freqüentadores tenham fácil acesso a um deles. Os painéis foram feitos em aço polido e escovado. Cada um deles tem 90 cm de altura e 1,50m de largura. Área que será dividida em editorias que tratarão de temas como a vida funcional dos servidores, decisões administrativas, eventos e saúde. Haverá também um local destinado aos classificados do STJ, onde os funcionários poderão vender, comprar ou trocar bens e serviços.

Foto: TBF

O Jornal Mural será afixado nos oito locais de maior movimento do Tribunal.

Além disso, o Jornal Mural terá uma urna, onde os funcionários poderão depositar registros com dúvidas, sugestões e críticas acerca do Tribunal, e um display no qual serão disponibilizadas as edições do Informe-se e outros impressos de caráter institucional. O jornal será sempre atualizado às segundas-feiras – regra que não será seguida se houver uma notícia urgente.

A manutenção do Jornal Mural ficará a cargo da Comunicação Interna do Tribunal. O responsável pelo setor, jornalista Roberto Thomaz, acredita que a nova mídia tornará ainda mais democrática a difusão da informação no STJ. "Nem todo mundo trabalha com computador, por isso não lêem a intranet, e não são todos que recebem o Informe-se. Com o Jornal Mural é diferente, pois ele estará à disposição de todos os que circulam na Casa", explica.

Segundo Thomaz, as mídias da Comunicação Interna serão complementares. "Tanto o Jornal Mural, quanto a Intranet e o Informe-se têm suas especificidades em termos de forma e conteúdo. Com isso, servidores e o público em geral terão acesso a uma ampla gama de informações", diz. ▪

Redação - informe-se@stj.gov.br

Informe-se • Jornal de Comunicação Interna do Superior Tribunal de Justiça (STJ)

Presidente: ministro Edson Vidigal • **Vice-presidente:** ministro Sálvio de Figueiredo • **Secretária-geral da Presidência:** Shyrlei Maria de Lima • **Diretor-geral:** Alcides Diniz • **Assessor chefe de Comunicação Social:** Luiz Adolfo Pinheiro • **Assessor adjunto:** Domingos S. Diniz • **Chefe do Núcleo de Editoria e Imprensa:** Roberto Cordeiro • **Coordenador de Comunicação Interna:** Roberto Thomaz • **Editor do Informe-se:** César Henrique Arrais • **Projeto Gráfico:** Thaís Borges • **Revisão:** Mari Lúcia Del Fiaco • **Estagiária:** Fabiana Derzié • **Colaboração:** Amália Ribeiro, Joalcy dos Santos e Simone Vidigal • **Impressão:** Seção de Reprografia e Encadernação • **Tiragem:** 4,1 mil exemplares • **Contatos:** (61) 3319-8115 / informe-se@stj.gov.br

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
informe-se
O STJ bem perto de você!
Ano X • nº 9 SETEMBRO 2005

SAÚDE

STJ investe na prevenção e detecção das doenças típicas de homens, como o câncer de próstata

Sem vergonha de se cuidar

Preguiça, falta de informação, vergonha, medo, tempo escasso, temor de ficar "meio estranho"... o que não faltam são desculpas para marmanjos de todas as idades evitarem um consultório médico, sobretudo se não estão tendo sintomas aparentes de nenhuma doença. Se esse consultório for de um urologista então, geralmente, o sujeito só vai em caso de extrema necessidade.

O que, na maioria da vezes, afasta os homens de um consultório urológico é o pavor de ter de se submeter a um tipo de exame revestido de mitos: o exame digital da próstata ou, simplesmente, toque retal. Mesmo com toda a evolução tecnológica da medicina, esse tipo de teste continua a ser imprescindível para a detecção de uma enfermidade que mata cerca de oito mil homens a cada ano no Brasil: o câncer de próstata (veja infografia).

"O exame é rápido, indolor, não deixa traumas nem a pessoa afeminada. Todas essas histórias não passam de preconceito", conta o presidente da Sociedade Brasileira de Urologia no DF, Rômulo Maroccolo. Segundo o urologista, o toque é eficiente porque o médico pode aferir a existência de um tumor com base na sensibilidade. Para uma prevenção ideal, de acordo com Maroccolo, é necessário também se submeter aos testes de PSA (antígeno prostático específico), que detecta pelo sangue a presença do tumor.

Foto: TBF

Aroldo com a mulher, Rosana, e a filha Bárbara: servidor descobriu que tinha câncer na próstata durante um exame periódico de saúde

SAÚDE MASCULINA – OS GRANDES VILÕES

PRÓSTATA
Trata-se de uma pequena glândula, com um formato que lembra uma noz, que produz secreções e enzimas essenciais à formação do esperma. Pelo órgão passa a uretra, canal pelo qual a urina é eliminada do corpo.

CÂNCER DA PRÓSTATA
Surgimento, geralmente sem produzir sintomas, de um tumor maligno dentro da glândula. Doença evolui lentamente e pode atingir outros órgãos, sobretudo os gânglios linfáticos e os ossos. Caso haja a expansão, a possibilidade de cura é bem remota.

TRATAMENTO
O procedimento mais utilizado é a extração total da próstata, que pode estar associada a sessões de radioterapia.

CONSEQÜÊNCIAS
- Com a remoção da próstata, é certo que o paciente fique estéril
- Incontinência urinária e impotência sexual, geralmente transitória, também podem acometer o paciente após a cirurgia

PREVENÇÃO
- Realizar, a cada 12 meses, os exames PSA e do toque retal a partir do 45 anos de idade. Indivíduos de etnia negra e aqueles que tiveram histórico de câncer de próstata na família devem se submeter aos testes a partir dos 40 anos. Quanto antes se descobrir a doença, maiores são as possibilidades de cura.
- Minimizar o consumo de alimentos à base de gordura animal (carne vermelha, leite, manteiga).
- Diminuir o consumo de bebidas alcoólicas e parar de fumar.
- Realizar exercícios físicos com freqüência e se manter dentro do seu peso ideal
- Consumir vegetais carotenóides (tomate e cenoura) e leguminosas (feijão, ervilha e soja)

Rins
Bexiga
Próstata
Uretra
Próstata
Testículo

TESTÍCULO
Os testículos compõem o sistema reprodutor masculino, sendo os responsáveis pela produção dos espermatozóides.

CÂNCER DOS TESTÍCULOS
É um tumor menos freqüente, que atinge, sobretudo, homens com idade entre 15 e 50 anos. A incidência é de cinco casos a cada 100 mil indivíduos. A doença é facilmente curada se detectada precocemente. O sintoma mais comum é o aparecimento de um nódulo duro - lembra uma ervilha - indolor.

TRATAMENTO
Se for confirmado o câncer, deve-se se fazer uma cirurgia de extração do testículo doente. Depois deve-se se fazer uma pesquisa no organismo do paciente para saber se é necessário outros tratamentos, como a radioterapia e a quimioterapia.

CONSEQÜÊNCIAS
A extração de um testículo não afetará a fertilidade do paciente, caso o outro não tenha sido atingido pela doença.

PREVENÇÃO
O auto-exame dos testículos é a melhor forma de prevenção do câncer. Ele deve ser realizado mensalmente por todos os homens com mais de 15 anos segundo as instruções ao lado:

1- Tome um banho quente, que relaxa o saco escrotal e facilita o apalpamento.

2- Use as duas mãos para analisar cada um dos testículos. Verifique se os dois têm mesmo tamanho e consistência - um não deve estar mais duro que o outro.

3- Verifique se algum dos testículos dói ao ser apalpado.

4- Perceba se há a presença de pontos rígidos ou caroços. Podem ser nódulos cancerígenos. Se perceber a presença de qualquer tipo de massa estranha nos testículos, procure imediatamente um urologista.

Infografia: Rubens Paiva

"Os dois exames devem ser associados para se ter segurança no diagnóstico. Pelo menos 25% dos homens com PSA negativo acabam apresentando o tumor. Daí porque é essencial o toque retal", explica o urologista. O Instituto Nacional do Câncer (Inca) estima que cerca de 47 mil novos casos de câncer de próstata serão detectados no Brasil este ano. Estudos dão conta de que aproximadamente 400 mil homens, ou 2% da população masculina com mais de 45 anos, têm a doença. Como se trata de uma moléstia assintomática em seus estágios iniciais, boa parte dos enfermos nem sabe que tem o tumor.

No STJ, que tem 350 servidores homens com mais de 45 anos (sem contar os aposentados), há preocupação do serviço médico em detectar precocemente os casos de doença na próstata - além do câncer, existe a prostatite e a hiperblasia prostática benigna (HPB), enfermidades que causam infecções no aparelho urinário. Por isso, todos os servidores homens com mais de 50 anos devem se submeter ao teste do PSA a cada 12 meses, junto com exame periódico de saúde.

Com a aplicação do exame, foram detectados 21 servidores com PSA alto em 2003 e outros 21 em 2004 – todos foram encaminhados para tratamento – o que significa menos de 2% dos examinados. Neste ano, como parte das atividades do dia da Saúde do Homem no STJ, 27 de setembro, será disponibilizada aos funcionários com mais de 45 anos a possibilidade de fazer o exame digital da próstata (toque retal) em toda rede credenciada ao Pró-Ser. "Não haverá custo nenhum para os servidores", conta o médico Daily Margoto, chefe da Seção de Medicina Preventiva do Tribunal. Os funcionários interessados em se submeter ao exame gratuito devem procurar o Serviço de Saúde para pegar uma guia de autorização até o próximo dia 7 de outubro.

Foi se submetendo a um exame periódico de saúde, quando fez o teste do PSA, que o servidor aposentado Aroldo Ramos, 51, descobriu que tinha um tumor maligno na próstata. O toque retal confirmou a constatação. O diagnóstico, feito em 2002, foi uma surpresa para ele e a família – casado, ele tem três filhos. "Eu não tinha nenhum tipo de sintoma. Mas não entrei em desespero porque sabia que a doença estava em estágio inicial, quando as possibilidades de cura são altas", conta.

Aroldo, que teve um avô com câncer de próstata, fez uma cirurgia de extração da glândula. O procedimento foi um sucesso e a única seqüela da operação foi uma leve incontinência urinária nos três primeiros meses de pós-operatório. "É um pouco angustiante não ter controle sobre a urina. Mas isso não é nada, perto da sensação de se livrar de um tumor", lembra. Com a ajuda da família, da medicina ortomolecular, de orientação espiritual, de uma alimentação saudável e de exercícios físicos diários, o servidor está em franca recuperação.

Aroldo espera que seus próximos exames demonstrem que sua doença está sob controle. Para ele, o preconceito é o maior inimigo do homem na luta contra o câncer de próstata. "Tem que relaxar e pensar que o mais importante é a nossa saúde. Não se pode deixar que mitos bobos comprometam nossa qualidade de vida e a convivência com a família", ressalta. ▪

César H. Arrais - carrais@stj.gov.br

Benefícios reajustados

Dois atos assinados pelo presidente do STJ, ministro Edson Vidigal, vão beneficiar os estagiários e os servidores pais de crianças pequenas. As bolsas de estágio de nível médio tiveram seus valores reajustados para R$ 358. Já as de nível superior subiram para R$ 600. Outra decisão elevou o valor do auxílio pré-escolar de R$ 340 para R$ 450. Todos os servidores que têm dependentes de até seis anos de idade têm direito ao benefício, exceto aqueles que estejam utilizando os serviços do lactário. Os aumentos valem a partir de 1º de setembro. ▪

Pró-Ser renova com a Unimed por mais um ano

A administração do Pró-Ser vai manter, até julho de 2006, o contrato para atendimento médico dos servidores por meio da Unimed Brasília. O convênio vale para a realização de procedimentos em todo o território nacional. A Unimed está providenciando novas carteirinhas para distribuir aos servidores. Quem ainda não recebeu o documento poderá utilizar os serviços da rede conveniada normalmente. Para isso, basta usar a carteirinha antiga junto com um documento de identidade. ▪

O cordel do presidente

Poeta e chefe do Núcleo de Rádio do STJ, o jornalista Lima Rodrigues lançou, no último dia 21, uma coletânea de poesias de cordel que contam a trajetória de vida do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O livro conta com ilustrações do artista plástico Jô Oliveira. A obra de Lima Rodrigues está à venda na Livraria Entre Livros, na 406 norte, e custa R$ 25,00. Pessoas de outros estados podem solicitar a obra pelo e-mail limarodrigues@terra.com.br. ▪

Informática sem complicação

Que atire o primeiro teclado quem nunca teve dúvidas de informática. Para ajudar os servidores com mais dificuldade no assunto, a Subsecretaria de Tecnologia da Informação do STJ passou a veicular, na intranet, uma cartilha com dicas para os problemas mais comuns. O material aborda desde o uso efetivo do correio eletrônico até recomendações para navegar com segurança na internet. Para acessar a página, basta escolher o item "Informática" no menu "Mais links" e, por fim, clicar em "Dicas de Informática". ▪

TRIBUNAL

Conheça os servidores que ajudam o trabalho dos ministros nas duas mais importantes cidades do país

O STJ que não fica em Brasília

A ampla maioria dos servidores do STJ cumpre sua jornada de trabalho em algum dos edifícios do complexo arquitetônico localizado no Setor de Administração Federal Sul (SAFS). Uma pequeníssima parte deles, no entanto, dá expediente bem longe da sede. Bem longe até de Brasília. Nas duas mais importantes cidades do país, São Paulo e Rio de Janeiro, um grupo de funcionários dá duro para ajudar os ministros a cumprir suas atribuladas agendas quando estão nessas metrópoles.

O expediente do servidor Kleyton Ferreira da Costa não tem horário muito certo para começar nem para acabar. Funcionário cedido pela Justiça Federal do Piauí, Kleyton chegou a São Paulo em 2001 na expectativa de conciliar o trabalho na representação do STJ com uma segunda graduação – já formado em Direito, hoje cursa Economia na USP. A jornada de trabalho do servidor depende do horário em que os ministros chegam ao aeroporto de Congonhas ou Guarulhos, seja em trânsito para outra cidade ou para participar de atividades na capital paulista.

"Nós fazemos o traslado oficial do ministro por São Paulo. Também cuidamos de todos os procedimentos de aeroporto, como check in e despacho de bagagens", conta Kleyton. Ele comanda uma equipe de mais três funcionários, cedidos pela Guarda Civil paulistana, que têm de dar conta dos transportes dos ministros na capital paulista. "Já tivemos sete ministros ao mesmo tempo em São Paulo. Não dá para atender todo mundo. Aí a prioridade são os magistrados mais antigos", diz.

Foto: CHA

Milene Souto e Kleyton Ferreira representam o STJ na capital paulista

Quando não está circulando pelo trânsito caótico de São Paulo, Kleyton cumpre expediente na representação do STJ. São 365 m² que ocupam quase que a totalidade do 11º andar do prédio da Justiça Federal, localizado na Avenida Paulista. Com vista privilegiada para o MASP e o Parque Trianon, a representação conta com um gabinete, onde qualquer ministro pode despachar, um salão de eventos, que já foi usado pelo presidente Edson Vidigal para conceder entrevistas, e dois escritórios. As instalações são cedidas gratuitamente para o STJ.

Num dos escritórios trabalha Milene Souto. Paulistana, ela trabalhou por nove anos na Seção de Arquitetura e Engenharia do STJ em Brasília e há seis conseguiu transferência para retornar a sua terra natal. Além de cuidar dos trâmites administrativos do STJ – desde o início dos anos 90 o protocolo de lá foi extinto –, ela serve de guia para quem necessita dos serviços do Tribunal. "Liga muita gente com dúvidas sobre como proceder junto ao STJ. Nós sempre tentamos encaminhar as demandas da melhor maneira possível", explica.

Menos glamorosa, mas não menos atribulada, é a representação do STJ no Rio de Janeiro. Uma única sala no sétimo andar da sede do Tribunal Regional Federal da 2º Região, na rua do Acre, centro da cidade. Lá, a equipe de cinco policiais militares requisitados, comandados pelo Major Wagner Cristiano Moretzsohn, se reveza para conseguir atender ao grande fluxo de ministros que freqüentam a cidade maravilhosa. "Muitas vezes eu durmo no sofá da representação porque não vale a pena voltar para casa. Nossa agenda é muito cheia", conta o agente Júlio César Gollcher.

Além do pessoal encarregado dos traslados dos ministros, a representação conta com seis funcionárias do quadro do STJ, responsáveis pela parte administrativa e o atendimento. Uma delas é Fabíola Holanda, funcionária há sete anos do Tribunal – há dois está no Rio. "Trabalhamos muito com a orientação das pessoas que ligam aqui solicitando ajuda. Também atendemos pessoas revoltadas com o Estado, tentando consolá-las de alguma maneira", conta. ▪

César H. Arrais - carrais@stj.gov.br

DINHEIRO

Câmbio no BB do STJ

O servidor que pretende adquirir moeda estrangeira para viajar, ou quer vender sobras de uma antiga viagem, ganhou mais facilidade para efetuar suas transações. A agência do Banco do Brasil no Tribunal começou, em setembro, a realizar operações de câmbio, com vantagens especiais para quem é correntista.

A agência compra e vende dólar americano e euro, tanto em papel moeda quanto em *traveler´s check*. Os *traveler's* funcionam como uma espécie de cheque pré-pago, pelo qual o cliente troca uma quantia em reais por valores em moeda estrangeira de acordo com a cotação do dia. Eles podem ser descontados em bancos e casas de câmbio e são reembolsados em caso de perda ou roubo.

As tarifas para compra e venda na agência do BB variam. Correntistas do banco pagam uma taxa de 3% sobre valor adquirido em moeda estrangeira. Já quem não é correntista paga uma tarifa de 4%. Quando o cliente, correntista ou não, é que tem interesse em vender moeda estrangeira, a tarifa cobrada é de 15 dólares.

Para adquirir moeda estrangeira, basta apresentar identidade, passagem ou nota fiscal que comprove a viagem. Compras acima de 2.500 dólares (ou euros) precisam ser comunicadas à agência com dois dias úteis de antecedência, para que seja realizada a reserva do valor. Mais informações podem ser obtidas no ramal 8253, com Emmanuelle ou Polliana. ▪

Roberto Thomaz - thomaz@stj.gov.br

CULTURA

STJ se inspira no sucesso do CCJF, no Rio, para se transformar num centro cultural

Exemplo a ser seguido

Com apenas quatro anos de existência, o Centro Cultural Justiça Federal (CCJF) já figura como um dos principais ambientes de irradiação de cultura na cidade do Rio de Janeiro. Ligado ao Tribunal Regional Federal da 2º Região, o CCJF, mesmo sem contar com recursos próprios, consegue atrair grandes exposições e espetáculos que são sucesso de público – em 2004, mais de 50 mil pessoas visitaram os eventos do CCJF.

O CCJF surgiu quase que por acaso quando, no final dos anos 90, foi preciso definir uma destinação para o recém-restaurado prédio onde, até 1960, funcionou a sede do Supremo Tribunal Federal (STF). Edificação de estilo clássico erguida em 1909, o prédio foi transferido para a Justiça Federal após a inauguração de Brasília. Teve que ser fechado em 1988 devido a um avançado estágio de deterioração.

Foi o apreço às artes do desembargador Paulo Barata, do TRF 2, somado ao empenho de servidores da Justiça Federal que acabaram por dar vida ao CCJF em 2001. O centro funciona com cerca de 20 funcionários do Judiciário que resolveram se engajar no projeto. Sem verba para captar atrações, eles contam com a beleza e a boa localização do prédio – na Cinelândia, centro do Rio, próximo ao Teatro Municipal – para cooptar os artistas.

O resultado é que o CCJF já faz parte do circuito cultural do Rio, com uma agenda de programação cheia todos os meses para as 14 galerias e o teatro de 150 lugares. Apresentações musicais, exposições temáticas sobre temas jurídicos, artes plásticas, teatro – quase 22 mil expectadores em 2004 – e fotografias têm sido os grandes expoentes do CCJF. "Hoje já somos a principal referência em espaço para exposições fotográficas do Rio", conta Paula Rita Mesquita, uma das fundadoras e atual diretora-executiva do CCJF.

Foto de divulgação do CCJF-RJ

Apresentações teatrais atraíram 21 mil pessoas ao CCJF em 2004

Além das atividades culturais, o CCJF também edita uma revista de artes, a Atrium. Para otimizar ainda mais a qualidade do centro, os servidores foram em busca de um convênio que permita ao CCJF ter recursos para promover eventos – por ser ligado a um órgão público, o centro não pode captar recursos diretamente. A parceira veio com a UniverCidade, instituição de ensino superior do Rio, que fará a captação de verbas junto à iniciativa privada e, em contrapartida, poderá expor as obras de seus alunos no CCJF.

"Já estamos em busca de investidores", conta Paula Rita. Animado com o sucesso do CCJF no Rio, o STJ, por meio do seu Núcleo Cultural, quer seguir os mesmos passos para ter o seu próprio centro cultural. A idéia é também buscar parcerias que permitam a captação de recursos. "Além disso, estamos elaborando um convênio com o CCJF para que possamos trazer a Brasília muitas das exposições promovidas pelo centro no Rio", conta Domingos Sabino, assessor-adjunto de Comunicação Social do STJ. ▪

Redação - informe-se@stj.gov.br

Informe-se • Jornal de Comunicação Interna do Superior Tribunal de Justiça (STJ)

Presidente: ministro Edson Vidigal • **Vice-presidente:** ministro Sálvio de Figueiredo • **Secretária-geral da Presidência:** Shyrlei Maria de Lima • **Diretor-geral:** Alcides Diniz • **Assessor chefe de Comunicação Social:** Luiz Adolfo Pinheiro • **Assessor adjunto:** Domingos S. Diniz • **Chefe do Núcleo de Editoria e Imprensa:** Roberto Cordeiro • **Coordenador de Comunicação Interna:** Roberto Thomaz • **Editor do Informe-se:** César Henrique Arrais • **Projeto Gráfico:** Thaís Borges • **Revisão:** Mari Lúcia Del Flaco • **Estagiária:** Fabiana Derzié • **Colaboração:** Amália Ribeiro, Joalcy dos Santos e Simone Vidigal • **Impressão:** Seção de Reprografia e Encadernação • **Tiragem:** 4,1 mil exemplares • **Contatos:** (61) 3319-8115 / informe-se@stj.gov.br

Edição Extra!

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

informe-se

O STJ bem perto de você!

Ano X • nº 10 Edição Especial

RECURSOS HUMANOS

Até o próximo dia 28, o STJ quer saber de cada servidor o seu nível de satisfação com o ambiente de trabalho

Sua opinião faz a diferença

Responda rápido: quais fatores mais motivam você no trabalho? Se o salário não é o que lhe vem primeiro à cabeça, então você está com a maioria. "Um número cada vez maior de estudos tem comprovado que, hoje em dia, o grau de satisfação dos funcionários é outro", garante o especialista Mauro Silveira, coordenador do guia As Melhores Empresas para Você Trabalhar, da revista Exame, da Editora Abril. Segundo Silveira, autor do livro "O emprego ideal existe", itens como condições de trabalho, comunicação eficiente e oportunidades de desenvolvimento são os que têm determinado a felicidade – ou a infelicidade – de muitos no ambiente profissional.

Para medir todos esses fatores, organizações públicas e privadas têm recorrido a um instrumento valioso: a Pesquisa de Clima Organizacional. Trata-se de um levantamento com perguntas sobre processos e comportamentos que são considerados imprescindíveis para a criação e manutenção de um ambiente de trabalho vencedor.

No STJ, a Pesquisa de Clima Organizacional vem sendo aplicada anualmente desde 2003 e já começa a apresentar seus primeiros resultados. A partir dos dados colhidos em 2004, por exemplo, o Tribunal promoveu este ano a volta do Prêmio Servidor, que contempla idéias e propostas para aprimorar rotinas de trabalho no STJ. O prêmio é uma das ações que estão sendo implementadas na Casa para corrigir os pontos frágeis identificados no ano passado (ver texto no verso).

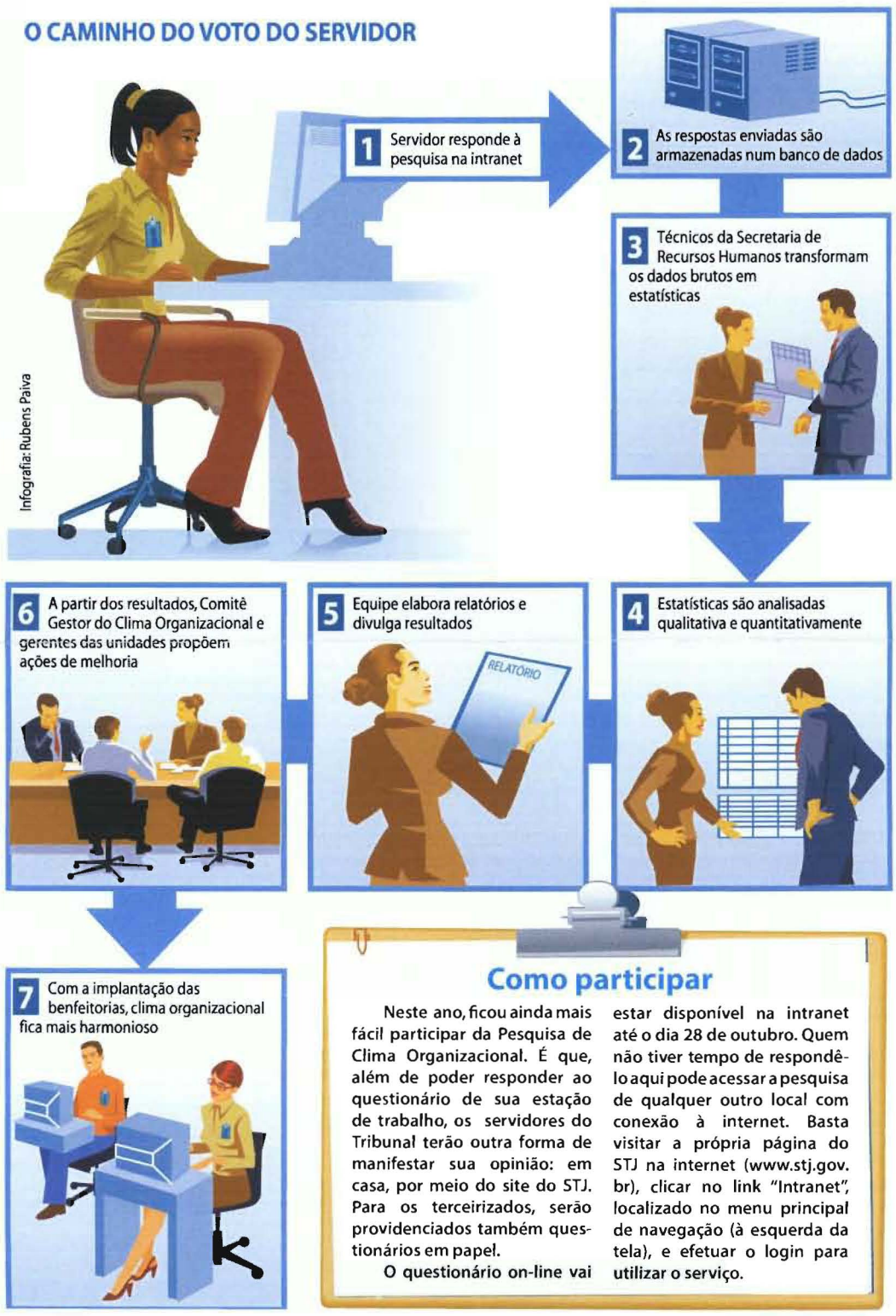
Outro indicativo dos avanços alcançados é o grau de satisfação dos servidores. Em 2003, primeiro ano de realização da Pesquisa de Clima no STJ, 69,9% dos servidores disseram estar satisfeitos em trabalhar no Tribunal. No ano passado, o índice de satisfação saltou para 75,5%. Segundo a chefe da Seção de Gestão de Desempenho e Pesquisas, Alda Silva, a meta é fazer com que, até o final de 2005, o índice de servidores satisfeitos atinja 80%.

Para tanto, além de atuar com base nas questões mais críticas detectadas na pesquisa anterior, a Secretaria de Recursos Humanos do STJ (unidade responsável pela condução da pesquisa) tem investido em ações destinadas a fortalecer a própria gestão do clima organizacional na Casa.

Em maio deste ano, foi criado o Comitê Gestor do Clima Organizacional, que prevê reuniões sistematizadas para tratar de questões relativas ao ambiente de trabalho do Tribunal. A iniciativa tem envolvimento da alta administração, do corpo gerencial e de analistas de diferentes unidades do STJ. "Não vemos o clima organizacional apenas como uma ferramenta de diagnóstico, mas como alicerce de sustentação da nossa própria cultura organizacional", afirma o diretor-geral do STJ, Alcides Diniz, que preside o Comitê.

Este ano, a Pesquisa de Clima no STJ será realizada entre os dias 10 e 28 de outubro. Serão 62 perguntas, que vão medir até que ponto as expectativas dos servidores estão sendo atendidas (dentro de sua unidade de lotação) a partir de sete indicativos: comunicação, gestão de processos, liderança, recursos e condições do ambiente de trabalho, relacionamento, satisfação e visão sistêmica. Salário, bem se vê, não entra na pesquisa. E precisa? ▪

Roberto Thomaz - thomaz@stj.gov.br



Como participar

Neste ano, ficou ainda mais fácil participar da Pesquisa de Clima Organizacional. É que, além de poder responder ao questionário de sua estação de trabalho, os servidores do Tribunal terão outra forma de manifestar sua opinião: em casa, por meio do site do STJ. Para os terceirizados, serão providenciados também questionários em papel.

O questionário on-line vai estar disponível na intranet até o dia 28 de outubro. Quem não tiver tempo de respondê-lo aqui pode acessar a pesquisa de qualquer outro local com conexão à internet. Basta visitar a própria página do STJ na internet (www.stj.gov.br), clicar no link "Intranet", localizado no menu principal de navegação (à esquerda da tela), e efetuar o login para utilizar o serviço.

ENTREVISTA

"A participação dos servidores é vital"

Com 15 anos de Casa, a secretária de Recursos Humanos, Maria Raimunda Mendes da Veiga – ou simplesmente Rai – tem o desafio de tornar cada vez mais harmônico o ambiente de trabalho no STJ. Para isso, tem na Pesquisa de Clima Organizacional uma grande aliada. Em entrevista ao **Informe-se**, Rai destacou a importância do estudo:

Informe-se – A Pesquisa de Clima Organizacional é um instrumento muito utilizado por grandes organizações. Por que se resolveu adotá-la no STJ?

Maria Raimunda Veiga – Inicialmente, a SRH identificou a necessidade de conhecer o nível de satisfação dos servidores com determinados aspectos da Instituição para, assim, direcionar a política de pessoal e também fornecer subsídios à Administração quanto aos temas que não eram de RH. Com a implantação do Planejamento Estratégico, esse assunto passou a ser de interesse da cúpula da Instituição e não mais apenas da área de RH. Com a pesquisa podemos monitorar o ambiente de trabalho e o quanto as pessoas estão satisfeitas com a gestão de processos, a liderança, a forma de motivação e incentivo, o relacionamento, entre outros aspectos relevantes para a vida funcional no STJ.

Informe-se – Como a SRH trabalha ao ter conhecimento dos resultados da pesquisa?

Rai – Assim que os dados são processados, a SRH leva ao conhecimento do titular de cada unidade o respectivo relatório. Com cada um deles é feita uma avaliação dos pontos fortes e das formas de mantê-los, assim como dos pontos fracos e das maneiras de superá-los. Nesse momento, a SRH também se coloca à disposição para auxiliar no que for pertinente a questões como liderança, relacionamento, motivação e incentivo.

Informe-se – Por que é tão importante que os servidores participem da iniciativa?

Rai – A importância é vital, pois este é o momento que a Instituição reserva ao servidor, para que ele seja ouvido e possa expor, de forma segura e tranqüila, seu ponto de vista sobre variados aspectos do Tribunal, numa postura de crítica construtiva, ou seja, apontando o que deve ser melhorado para que o nosso ambiente de trabalho seja cada vez melhor. Afinal, ele já é muito bom, com 75% de satisfação registrados na última pesquisa. Queremos fazer daqui um lugar melhor ainda, chegando ao índice de 80% na pesquisa de 2005. ▪

Foto: TBF

Rai espera um índice de satisfação de 80%

Os servidores e a pesquisa

"Sempre participei da pesquisa, pois acredito que ela seja uma forma de a gente se expressar, de mostrar à organização o que esperamos dela e de dizer que estamos atentos às respostas que ela oferece a esses desafios. Este ano, vou participar mais motivado, por causa da criação do Comitê de Gestão do Clima Organizacional."

Luiz Otávio
Assessor do Núcleo de Planejamento Estratégico

"Há muitas pesquisas no Tribunal e é difícil responder a todas elas. Acho importante que o Tribunal avalie o clima organizacional, mas é preciso dar atenção a todos os problemas detectados, mesmo que o clima geral da unidade seja favorável. Senão, esses problemas se tornam muito maiores depois."

Teresa Basevi
Subsecretária em exercício da Biblioteca

"Na correria do dia-a-dia, a gente acaba deixando de responder à pesquisa, que é muito longa. Seria ótimo se ela pudesse ser reduzida. Pretendo participar este ano, porque acho importante o retorno que a pesquisa dá para o nosso trabalho. Mas acho fundamental que a gente receba um retorno dos resultados, para orientar nossas ações."

Lucimar Dantas
Chefe da Seção de Almoxarifado

"A Pesquisa de Clima é uma das poucas maneiras que temos de nos manifestar sem nenhuma pressão. É ótima para falarmos do ambiente em que trabalhamos, para identificar o que pode ser melhorado. A gente só consegue melhorar algo quando sabe o que precisa mudar. Acho a pesquisa longa, mas pretendo sempre participar."

Daniel Aragão
Técnico da Seção de Desenvolvimento Web

RESULTADO

A partir dos dados da pesquisa, SRH elabora ações para aprimorar a qualidade do ambiente de trabalho

Retorno em benefícios

Muitos servidores do STJ já puderam comprovar o quanto vale a pena utilizar alguns minutos do seu dia para responder à Pesquisa de Clima Organizacional. Um deles é o analista José Jesus de Oliveira, da Seção de Apoio Administrativo da Secretaria de Saúde e Benefícios. Ele e os colegas da área foram responsáveis, na pesquisa do ano passado, pelo mais baixo índice de concordância da afirmativa *Na minha unidade de lotação, existem equipamentos de informática em quantidade suficiente.* Enquanto 75,9% dos servidores de todo o Tribunal concordavam com a assertiva, no setor de Oliveira, apenas 52,9% dos funcionários se mostraram satisfeitos.

"Os computadores estavam obsoletos, constantemente davam problemas e ocasionavam muitas chamadas para o atendimento de informática", lembra o servidor. Seis meses após a realização do estudo, cerca de 30 computadores da Seção de Apoio Administrativo haviam sido substituídos por outros mais modernos e eficientes. "Agora está muito melhor. Esse tipo de pesquisa é importante porque às vezes desperta as unidades para as suas próprias necessidades e ajuda a aumentar a eficácia do setor", conta Oliveira.

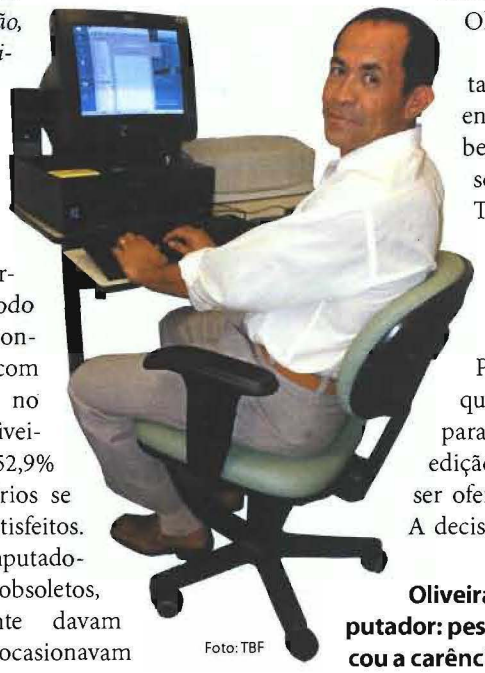


Foto: TBF

Oliveira no novo computador: pesquisa identificou a carência na unidade

As respostas à pesquisa, entretanto, não beneficiam apenas setores isolados. Toda a Casa pode receber melhorias. Um exemplo disso foi o retorno do Prêmio Servidor, que volta este ano para a sua quarta edição, depois de não ser oferecido em 2004. A decisão de retomar a premiação, iniciativa da Assessoria de Planejamento, surgiu após o baixo índice de concordância, 64,3%, na assertiva *Tenho a oportunidade de contribuir com novas idéias, visando à melhoria do STJ.*

As inscrições para a edição 2005 do Prêmio Servidor estão abertas até o dia 14 de outubro. É o momento certo para todos os funcionários expressarem suas idéias para melhorar a rotina de trabalho do STJ. Entre outras ações já desenvolvidas, a partir da premiação, está a criação do sistema de malote digital, que evita o trabalho de se cadastrar todos os dados de um processo quando ele migra de um tribunal para o outro.

Outra medida tomada a partir dos resultados da pesquisa de Clima Organizacional foi a introdução de temas para serem debatidos nos encontros dos Clubes de Líderes. O clube existe desde 1999 e consiste em encontros periódicos de gerentes e gestores do STJ para debaterem assuntos de relevância para o dia-a-dia funcional do Tribunal.

Um dos encontros do Clube de Líderes – que acontece entre setembro e outubro – está debatendo o tema "Gestão Inovadora", que surgiu a partir do baixo índice de concordância na assertiva *Tenho a oportunidade de participar das decisões tomadas na minha unidade de lotação.* "Os resultados da pesquisa são fundamentais na escolha dos assuntos a serem debatidos pelos gerentes", explica Cláudia de Oliveira, chefe da Seção de Solução em Educação do STJ, responsável pela programação do Clube de Líderes. ▪

Foto: TBF

Pesquisa pautou as reuniões do Clube de Líderes

César H. Arrais - carrais@stj.gov.br

QUALIDADE

Em unidades do Tribunal, como o Controle Interno, quase todos os servidores estão satisfeitos com o clima de trabalho

Ambientes vencedores

Se o índice geral de satisfação dos servidores do STJ é bom, em algumas unidades da Casa ele é de dar inveja. Enquanto, em média, 75% dos servidores do Tribunal dizem estar satisfeitos com seu ambiente de trabalho, na Secretaria de Controle Interno (SCI) esse índice é de 89%, segundo a Pesquisa de Clima realizada no ano passado. A SCI, porém, não está só no rol de "unidades-modelo" da Casa. Em diferentes setores do Tribunal, a pesquisa de 2004 apontou ambientes vencedores.

"O segredo para se criar um bom ambiente interno é manter o equilíbrio entre responsabilidade e descontração", afirma Francisco Ulisses, da SCI, onde se analisam os processos de tudo o que se contrata ou se compra no STJ. Uma análise das estatísticas do setor, no entanto, revela mais do que isso. Na última Pesquisa de Clima realizada no STJ, a SCI foi uma das poucas unidades em que mais de um item avaliado obteve o índice máximo de concordância. "Isso revela um grau enorme de sintonia entre os servidores", explica Alda Silva, chefe da Seção de Gestão de Desempenho e Pesquisas do Tribunal.

Toda essa sintonia entre os servidores da SCI pode ser verificada na prática. "As pessoas aqui costumam ser solidárias na transmissão de conhecimento", conta Francisco Ulisses, que é chefe da Seção de Análise de Despesas Diversas e Credenciamento. "Quem é novo no pedaço não começa o trabalho sem antes conhecer tudo o que é feito lá dentro", ressalta.

Foto: TBF

Secretaria de Controle Interno: 89% dos servidores satisfeitos

Suely Amaral, chefe da Seção de Análise de Licitações, Dispensas e Contratações, lista outros fatores que contribuem para a manutenção do clima favorável na SCI: a existência de roteiros que guiam as atividades, uma comunicação efetiva da chefia com os funcionários, a discussão de problemas e decisões em grupo e a resposta rápida às demandas por materiais. "Tudo isso faz com que o funcionário se sinta importante dentro da unidade", diz.

Organização e planejamento também parecem ser os pontos fortes da Secretaria de Jurisprudência (SJR), outra unidade do Tribunal com elevado índice de satisfação entre seus servidores, 85%. Nada menos que 100% dos funcionários concordaram em dizer que, ali, as rotinas de trabalho estão descritas em manual ou similar. No restante da Casa, para se ter uma idéia, esse índice foi de apenas 46,6%.

De acordo com Carlos Lavareda, chefe da Seção de Análise e Indexação, a organização da SJR deve-se, antes de tudo, à alta rotatividade do setor. "Temos uma equipe qualificada e muito bem treinada, que acaba sendo assediada por unidades do Tribunal onde há oferta de funções", explica. "Nossas rotinas são muito específicas, cheias de minúcias. Se não registrássemos tudo em manual, seria impossível dar seqüência ao trabalho", completa. A Jurisprudência do STJ, vale dizer, é repetidamente citada em encontros e eventos como a que faz o melhor tratamento da informação no Brasil. "É esse reconhecimento, aliado ao apoio que temos recebido da Secretaria do Tribunal e da Presidência, que tem motivado nossa equipe", conclui Lavareda.

Além da Jurisprudência e do Controle Interno, três outras unidades do STJ obtiveram, em 2004, índice de satisfação do servidor igual ou acima de 80% – a meta da Secretaria de Recursos Humanos (SRH) para todo o Tribunal. São elas a Secretaria-Geral da Presidência, a Secretaria de Tecnologia da Informação e das Comunicações e a própria SRH. Se seguir o exemplo desses setores, não vai ter clima ruim no restante da Casa no ano que vem. ▪

Thaís Borges - tfarias@stj.gov.br

Informe-se • Jornal de Comunicação Interna do Superior Tribunal de Justiça (STJ)

Presidente: ministro Edson Vidigal • **Vice-presidente:** ministro Sálvio de Figueiredo • **Secretária-geral da Presidência:** Shyrlei Maria de Lima • **Diretor-geral:** Alcides Diniz • **Assessor chefe de Comunicação Social:** Luiz Adolfo Pinheiro • **Assessor adjunto:** Domingos S. Diniz • **Chefe do Núcleo de Editoria e Imprensa:** Roberto Cordeiro • **Coordenador de Comunicação Interna:** Roberto Thomaz • **Editor do Informe-se:** César Henrique Arrais • **Projeto Gráfico:** Thaís Borges • **Revisão:** Mari Lúcia Del Fiaco • **Estagiária:** Fabiana Derzié • **Colaboração:** Amália Ribeiro, Joalcy dos Santos e Simone Vidigal • **Impressão:** Seção de Reprografia e Encadernação • **Tiragem:** 1,5 mil exemplares • **Contatos:** (61) 3319-8115 / informe-se@stj.gov.br

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

informe-se

O STJ bem perto de você!

Ano X • nº 11 OUTUBRO 2005

CRIATIVIDADE

Edição 2005 do Prêmio Servidor tem inscrição recorde de projetos e contempla propostas de nove servidores

Grandes idéias para o Tribunal

Para eles, trabalhar é muito mais que cumprir a jornada e realizar as atividades previstas. Para eles, trabalhar é participar. Observar e analisar com minúcias o ambiente laboral para identificar falhas e carências. Mais que isso: é propor soluções que aprimorem a qualidade do trabalho não apenas deles, mais de muitos de seus colegas servidores do STJ.

Na edição 2005 do Prêmio Servidor, os funcionários da Casa apresentaram um número recorde de projetos: 65. "Foi quase o dobro em relação à última edição, em 2003. O nível dos projetos foi excelente e a disputa para saber quais seriam os vencedores foi muito acirrada", conta Sartre Gonçalves dos Santos, chefe da Seção de Programas Organizacionais, responsável pela premiação.

Pela primeira vez em suas quatro edições, o Prêmio Servidor contemplou os vencedores em três diferentes categorias (ver quadro). No Tribunal há apenas um ano, o analista Welbio Colho Silva, 25, tentou concorrer em todas enviando sete propostas. Acabou como vencedor na modalidade Responsabilidade Social. "Desde que cheguei no STJ, eu mando sugestões para vários setores do Tribunal. Se eu percebo falhas, tento dar minha contribuição para resolvê-la", conta.

Foi pelo projeto "Seleção mais transparente e eficaz de estagiários" que Welbio acabou congratulado. O servidor propõe que as vagas para estágio disponíveis na Casa sejam preenchidas mediante uma seleção composta de uma prova objetiva de Língua Portuguesa e Direito e outra de Redação. "Não questiono a capacidade dos atuais estagiários. Mas só teremos certeza de que uma vaga está sendo preenchida pelo melhor candidato por meio de uma avaliação criteriosa e transparente", explica.

Qualidade de vida

Há quase seis anos no STJ, a analista Marise Severo, da Seção de Aparelho Locomotor da Subsecretaria de Assistência Médica, teve uma lesão grave no ombro que a impossibilitou de atuar clinicamente como fisioterapeuta. Fora dos consultórios, a servidora passou a trabalhar com visitas aos setores do Tribunal para avaliar suas condições ergonômicas.

Foi por meio dessas visitas que Marise desenvolveu a idéia que se tornou vencedora da categoria Melhoria do Ambiente Organizacional do Prêmio Servidor 2005. Ao analisar as fichas de cerca de 350 servidores – mais de 10% dos ativos – a fisioterapeuta constatou que quase 60% se queixavam de dor ou desconforto durante o trabalho. "Mesmo sendo apenas uma amostragem, deu para perceber que o problema é sério", explica.

Apesar do trabalho para amenizar o desconforto dos servidores, Marise achou que poderia fazer mais. Sugeriu a criação de um comitê, com a participação de representantes de mais de dez áreas do Tribunal, para planejar, de forma permanente, ações de ergonomia. "Um bom acompanhamento ergonômico, além de garantir mais qualidade de vida aos servidores, também irá diminuir o número de licenças médicas e colaborar para o melhor funcionamento do Tribunal", destaca.

Propostas aproveitadas

Com 11 anos de Casa, sempre trabalhando com acórdãos e pautas de julgamento, o servidor Edson Santos da Silva, 37, foi o vencedor da categoria Inovação Tecnológica e Metodológica do Prêmio Servidor 2005. Edson criou um sistema, baseado nas suas próprias necessidades que, segundo ele, "agiliza o trabalho antes, durante e depois do julgamento."

O sistema criado por Edson consegue gerenciar de forma mais eficaz os processos em tramitação, indicando, por exemplo, seu momento correto de entrar em pauta ou quando ele já está disponível para a confecção do acórdão. "O método utilizado hoje no Tribunal trabalha com os processos no varejo. Só que a necessidade do STJ é que os processos sejam trabalhados no atacado, sem perder a qualidade", diz.

O sistema desenvolvido pelo servidor já tem eficácia comprovada e é utilizado nos gabinetes dos ministros Castro Meira, Otávio Noronha e Franciulli Neto – em breve também no da ministra Eliana Calmon. "Minha expectativa é que o sistema venha a ser adotado em todo o Tribunal. Afinal, ele foi desenvolvido para atender nossa necessidade de dar vazão a uma verdadeira produção industrial de decisões judiciais", ressalta.

Segundo Sartre dos Santos, tantos as idéias premiadas quanto as outras concorrentes são aproveitadas pelo Tribunal. Uma comissão da Assessoria de Planejamento, Organização e Estatística avalia cada uma das propostas e as encaminhas para os setores onde devem ser executadas. "As propostas são muito boas e nós faremos de tudo para implementá-las", garante Sartre. ▪

César H. Arrais - carrais@stj.gov.br e
Roberto Thomaz - thomaz@stj.gov.br

Foto: TBF

Welbio Coelho recebe a premiação do Diretor-Geral, Alcidez Diniz: servidor concorreu com sete propostas para melhoria da Casa

Vencedores do Prêmio Sevidor 2005

Inovação Metodológica e Tecnológica

Edson Santos da Silva – *Pauta de Julgamento Estruturada*
Alexandre Glauco Valle – *Automação de Ofícios*
Sylvia Carvalho Vianna – *Otimização da metodologia utilizada na elaboração das minutas de decisões*

Melhoria do Ambiente Organizacional

Marise Severo Pereira – *Comitê de Ergonomia do STJ*
Luciana de Assunção – *A página do estagiário na Intranet*
Marcelo Elias de Andrade – *Fórum de Discussões*

Responsabilidade Social

Welbio Coelho Silva – *Seleção mais eficaz de estagiários*
Hekelson Bittencourt da Costa – *Câmara de Arbitragem*
Aragonê e Adriana Nunes Fernandes – *Cartilha Básica de Direito*

Sugestões que viraram realidade

Abastecimento informatizado da frota de veículos

Para abastecer sua frota de mais de 100 veículos, o STJ mantém bomba de combustível, frentista e mais de uma dezena de contratos de manutenção. Com o objetivo de reduzir esses custos, o servidor Luiz de Jesus Ferreira propôs, no Prêmio Servidor 2002, o abastecimento informatizado da frota. "A intenção foi dotar o STJ de um sistema automatizado capaz de gerenciar o fornecimento do combustível, que passaria a ser feito por meio de uma rede de postos credenciados", explica Ferreira, atual subsecretário de Suprimentos e Patrimônio do STJ. Implantado com adaptações nas representações no Rio e em São Paulo, o projeto resultou em mais agilidade e economia para o Tribunal. Em breve o projeto chegará a Brasília. "Até dezembro, vamos realizar a licitação da empresa que irá nos fornecer essa solução", garante o subsecretário de Transportes do STJ, Alvaro Pachêco.

Foto: CHA

Malote digital

Quando ainda trabalhava no setor de Classificação de processos, o analista Walkir Bottecchia ficava incomodado com a forma como muitos processos judiciais davam entrada no STJ. Remetidos fisicamente via malote do correio, os processos que "subiam" de instâncias inferiores tinham sempre que ter dados como os nomes das partes, as datas de autuação e o nome do juiz ou relator, redigitados na Seção de Registro de Processos do Tribunal. Pensando numa forma de aproveitar esses e outros dados já digitados nos tribunais de origem, Walkir propôs, em 2000, o malote digital – um protocolo eletrônico de transferência de informação entre as instâncias superiores e inferiores da Justiça. "A idéia é simples. Os autos do processo continuam sendo repassados fisicamente pelo malote do correio, mas as informações processuais são encaminhadas pela internet, evitando a redigitação", explica. Vencedor do Prêmio Servidor em 2001, o projeto vem sendo implementado no STJ desde então, e já foi cedido ao STF e vários órgãos da Justiça Federal.

Foto: CHA

Imóvel com juros reduzidos no Real

O Banco Real e o STJ acabam de assinar um convênio que garante juros mais baixos para os servidores no financiamento da compra ou reforma de imóveis. Além das taxas reduzidas, que podem chegar a 9% ao ano, o acordo prevê crédito imobiliário compatível com a renda familiar bruta dos servidores, em vez da margem consignável em folha. Ou seja, o contracheque do cônjuge também poderá ser levado em conta no cálculo da operação bancária. O convênio, extensivo aos servidores do CJF, é válido até novembro de 2006. ▪

Siglas para cada área do STJ

Ficou mais fácil identificar uma unidade do Tribunal apenas pela sua sigla. O presidente Edson Vidigal assinou ato estabelecendo regras para a criação dessas nomenclaturas em virtude da necessidade dos sistemas de protocolo eletrônico e de gerenciamento da rede de computadores atribuírem siglas a todas as unidades administrativas. Cada sigla deverá ter no mínimo dois e, no máximo, seis caracteres. Os gabinetes de ministros, por exemplo, serão sempre representados pelas letras "GM" seguidas das iniciais do nome do magistrado. Com o ato, todas as unidades estarão vinculadas a siglas e fica proibida a duplicidade de nomes. A Assessoria de Planejamento, Organização e Estatística, por intermédio do Núcleo de Organização e Métodos, passa a ser responsável pela atualização e divulgação desses nomes. ▪

Duas novas modalidades

O programa de Qualidade de Vida do STJ anunciou a disponibilização de mais duas modalidades esportivas para os servidores do STJ: a ginástica natural e o alongamento consciente. A primeira é uma nova metodologia de ginástica, que associa controle motor e mental com técnicas de alongamento, Jiu-jitsu, hatha-yoga e os movimentos naturais do corpo humano. As aulas ocorrem às segundas e quartas, das 19h15 às 20h15. Já o alongamento consciente é uma ginástica postural que ajuda a aliviar problemas de coluna como a hérnia de disco. O horário é de 17h às 19h, nas segundas, quartas e sextas. As inscrições podem ser feitas nos ramais 9209 e 9218 ou no e-mail sepros@stj.gov.br. Mais informações sobre as atividades podem ser obtidas no site www.ginasticanatural.com.br. ▪

SALÁRIO

Gratificação de Atividade Judiciária e Auxílio Alimentação serão reajustados a partir de novembro

Pouco, mas bem-vindo

Chefe da Seção de Arquitetura do STJ, a servidora Viviane Menezes ficou radiante ao saber que seu contra-cheque de novembro virá mais generoso. Não se trata exatamente de um reajuste de salário – como o de 0,1% autorizado pelo Governo Federal no primeiro semestre. Na verdade, serão aumentos em dois benefícios: a Gratificação de Atividade Judiciária (GAJ) e o Auxílio Alimentação.

A GAJ, como já estava previsto pela lei 10.944/2004, passará de 20% para 30% do vencimento básico a partir de novembro. Em termos reais, isso quer dizer, em valores brutos, mais R$ 310,35 no salário dos analistas em começo de carreira – R$ 500,93 para os que estão no fim (ver quadro). Já os técnicos terão um acréscimo na GAJ de R$ 185,82, para os em início de carreira, e de R$ 299,92, para os em final.

"Não é o aumento dos meus sonhos. Mas também não vou reclamar. Com esse dinheiro extra vou fazer mais poupança para, no futuro, fazer um curso no exterior", conta Viviane Menezes. Já com o outro benefício reajustado, a servidora não pretende fazer economias. O auxílio alimentação passa, a partir de novembro, de R$ 484 para R$ 590. O anúncio foi feito pelo presidente do STJ, ministro Edson Vidigal, em plena festa pelo Dia do Servidor – 28 de outubro último.

"Não vou poder poupar com o auxílio alimentação, pois o meu gasto mensal já gira em torno dos R$ 600. Então só vai dar para cobrir o gasto", diz a servidora. Para os funcionários que, diferentemente de Viviane, não pretendem economizar com os reajustes, mas sim fazer crédito, vale à pena um lembrete: o auxílio alimentação não entra no cálculo da margem consignável dos salários. "A consignação é calculada apenas sobre o valor do vencimento mais a GAJ. Os auxílios não podem entrar na conta", explica Jean Carlo de Oliveira, da Subsecretaria de Legislação e Pagamento. ▪

César H. Arrais - carrais@stj.gov.br

Foto: RTS

Viviane Menezes vai aproveitar o aumento para fazer poupança

Vencimentos a partir de novembro (R$)

	Básico	GAJ	VPI	Aux. Alimentação	Total
Analista *	3.103,56	931,07	59,87	590,00	4684,50
Técnico *	1.858,20	557,46	59,87	590,00	3065,53

* Valores referentes aos salários de servidores em início de carreira

SERVIDOR

Decisão do CNJ atrasa tramitação do projeto de lei

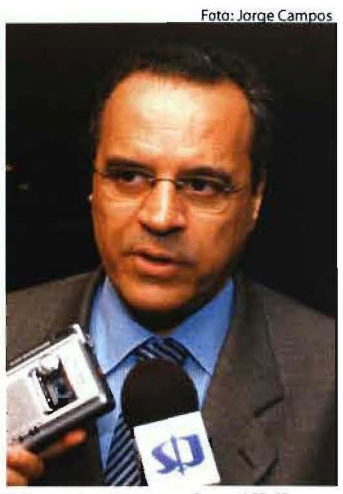
PCS deve ficar para 2006

Ficou difícil para o projeto que cria o novo Plano de Cargos e Salários (PCS) do Poder Judiciário da União virar lei ainda em 2005. Em reunião no último dia 08/11, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) decidiu retirar de pauta a votação do relatório sobre PCS. Como a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) exige a apreciação do CNJ antes que a matéria tramite no Congresso, o projeto ficará estagnado na Comissão de Trabalho da Câmara, onde estava bem encaminhado, pelo menos até a próxima reunião do Conselho, marcada para o dia 29/11.

"Esse adiamento foi muito ruim porque não poderemos trabalhar na proposta. É como se o projeto não existisse", disse, cético, o deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), relator da matéria na Comissão de Trabalho. Para o parlamentar, fica praticamente impossível a aprovação do PCS em 2005. "Além dos trabalhos da Câmara se encerrarem no dia 15 de dezembro, a matéria é muito polêmica porque prevê aumento de gastos e a negociação com o governo é muito complicada", afirmou.

O presidente do Sindjus, Roberto Policarpo, discorda do parlamentar. "Sou um otimista. Acredito que ainda há tempo hábil para a aprovação", garante. Como forma de pressionar o CNJ, os parlamentares e o governo para agilizar a tramitação do PCS, o Sindjus já convocou assembléias – entre os dias 11 e 22/11 - em todos os tribunais sediados em Brasília para deliberar sobre a questão.

Foto: Jorge Campos



Eduardo Alves acha difícil a aprovação do PCS em 2005

"Do jeito que o assunto está caminhando é melhor para o governo, que não quer fazer gastos. Mas, nós vamos chamar a categoria e partir pra cima exigindo uma negociação", ressaltou Policarpo. Para o assessor parlamentar do STJ, Francisco Orlando, os acordos sobre o PCS são tão difíceis de ser alcançados que "o jeito é ter paciência."

O PCS foi elaborado após um ano de estudos e negociações entre representantes de todos os tribunais do Poder Judiciário da União. Entre os avanços previstos estão um reajuste médio de 40% para os servidores e a elevação da Gratificação de Atividade Judiciária (GAJ) de 30% para 50%. Também há a previsão da criação do adicional de qualificação, para beneficiar servidores com pós-graduação, e a progressão funcional durante o estágio probatório. ▪

César H. Arrais - carrais@stj.gov.br

TRIBUNAL

Pesquisa vai avaliar ações de comunicação do STJ

Por uma boa imagem

O STJ quer se comunicar melhor com a sociedade. Para isso, vai realizar – pela primeira vez em sua história – uma pesquisa de opinião pública de abrangência nacional. Serão ouvidas cerca de 2 mil pessoas, residentes em capitais e cidades do interior, nas cinco regiões do País.

A pesquisa será realizada no início do ano que vem. Trata-se de etapa essencial para a conclusão da Política de Comunicação Social do STJ, iniciativa que encontra-se em curso no Tribunal. A partir desse levantamento, será construído um diagnóstico que irá auxiliar o STJ a aprimorar sua estratégia de comunicação com seus públicos: advogados, membros do Judiciário e Ministério Público, servidores, universidades, entidades da sociedade civil etc.

A pesquisa será dividida em dois grandes eixos. No primeiro, será investigada a percepção da sociedade em relação ao STJ: o que a população sabe sobre o Tribunal e o que ela espera dele. No segundo eixo, a investigação estará centrada em aspectos da comunicação, dentre eles o grau de penetração dos veículos da Casa junto aos públicos estratégicos. O levantamento também prevê a criação de indicadores por meio dos quais o STJ poderá avaliar, sistematicamente, a eficácia de suas ações e monitorar sua imagem institucional.

Além de ouvir a população em geral, os pesquisadores entrevistarão 500 servidores do STJ em todos os níveis e, no mínimo, 80 formadores de opinião de segmentos sociais com os quais o Tribunal mantém relacionamento constante. Ainda não está definido o instituto que irá realizar o trabalho de campo, mas já existe uma licitação em andamento para a escolha da empresa. ▪

Luiz Rabelo - lgrabelo@stj.gov.br

A Pesquisa

Objetivos
Investigar o nível de informação e as expectativas da população brasileira em relação ao STJ, e obter um amplo "retrato" sobre a efetividade das ações de comunicação do Tribunal

Benefícios para o STJ
Com os resultados da pesquisa, o Tribunal poderá aprimorar seus canais e estratégias de comunicação.

Universo da pesquisa
Serão 2 mil entrevistados nas cinco regiões do País, capitais e interior, além de 500 servidores do STJ e outros 80 formadores de opinião: advogados, magistrados, membros do MP, jornalistas.

Informe-se • Jornal de Comunicação Interna do Superior Tribunal de Justiça (STJ)

Presidente: ministro Edson Vidigal • **Vice-presidente:** ministro Sálvio de Figueiredo • **Secretária-geral da Presidência:** Shyrlei Maria de Lima • **Diretor-geral:** Alcides Diniz • **Assessor chefe de Comunicação Social:** Luiz Adolfo Pinheiro • **Assessor adjunto:** Domingos S. Diniz • **Chefe do Núcleo de Editoria e Imprensa:** Roberto Cordeiro • **Coordenador de Comunicação Interna:** Roberto Thomaz • **Editor do Informe-se:** César Henrique Arrais • **Projeto Gráfico:** Thaís Borges • **Revisão:** Mari Lúcia Del Fiaco • **Estagiária:** Ana Carolina Almeida • **Colaboração:** Amália Ribeiro e Simone Vidigal • **Impressão:** Seção de Reprografia e Encadernação • **Tiragem:** 4,1 mil exemplares • **Contatos:** (61) 3319-8115 / informe-se@stj.gov.br

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
informe-se
O STJ bem perto de você!
Ano X • nº 11 NOVEMBRO 2005

CIDADANIA

STJ fecha parceria com a UnB e vai oferecer estágios aos estudantes negros cotistas da universidade

União pela igualdade racial

Desde o segundo vestibular de 2004, a Universidade de Brasília (UnB) reserva 20% de suas vagas a estudantes afro-descendentes. Um ano e meio após sua implantação, o sistema de cotas é uma realidade. Por meio dele, cerca de 1,2 mil alunos negros ingressaram na UnB. "Estamos mudando a cor da nossa universidade", define o reitor da instituição, professor Timothy Martin Mulholland.

Se a meta de aumentar a população negra dentro da UnB está sendo superada, um outro desafio, bem mais complexo, se impõe: fazer com que os afro-descendentes concluam a graduação e cheguem ao mercado de trabalho em igualdade de condições com os demais profissionais.

Transporte, alimentação, livros... O custo para se manter dentro de uma universidade é alto, sobretudo para quase 50% dos cotistas cuja renda familiar é inferior a R$ 1,5 mil. Mas uma parceria entre a UnB e o STJ irá garantir melhores condições para parte dos alunos negros.

O acordo foi ratificado no último dia 23/11 pelo presidente do STJ, ministro Edson Vidigal, e o reitor da UnB, Timothy Mulholland. Pela parceria, 10% das vagas de estágio em nível superior oferecidas pelo Tribunal – cerca de 40 colocações – serão destinadas aos cotistas da UnB. "O acordo é excelente porque os estudantes, além de alcançar uma boa renda, terão a oportunidade de aprendizado que só uma casa como o STJ pode oferecer", afirmou o reitor. A bolsa oferecida pelo Tribunal é de R$ 600 para uma jornada de trabalho de quatro horas.

Mais negros

Além de auxiliar os estudantes cotistas, a parceria entre o STJ e a UnB vai ajudar o Tribunal a começar a reverter um terrível contraste que acontece tanto na Casa, como em diversos segmentos da sociedade brasileira. Entre os 2.796 servidores concursados, apenas 66 se identificam como negros.

Só 3% dos cargos de técnicos e 1% de analistas são ocupados por negros. Entre as mais de 1,2 mil funções comissionadas da Casa, apenas 21 estão com os afro-descendentes. "Esses dados não me surpreenderam. Isso é reflexo do que acontece no país inteiro", explica Solange da Costa Rossi, subsecretária de Provimento e Informações Funcionais – setor responsável pelo levantamento da situação dos negros no STJ.

Para a subsecretária, o projeto de receber os cotistas da UnB será um primeiro passo para aumentar o número de afro-descendentes da Casa. "Será um piloto. Pelo menos, é um começo para tentarmos ampliar o percentual de negros no Tribunal", explica Solange.

Novos colegas

Diferentemente do caso dos servidores, o STJ não tem dados sobre a quantidade de negros entre os seus quase 600 estagiários. O que se sabe é que os cotistas terão colegas exemplo de sucesso em quem se inspirar. Dois deles foram agraciados recentemente com o *Prêmio STJovem de Redação*. Nilva Cruvinel, 28 anos, e Lenon Dias dos Santos, 22, dissertaram sobre o tema "Drogas: o mundo é melhor sem elas" e foram os dois primeiros colocados do concurso.

Há quase três anos no STJ, Lenon cursa o oitavo semestre de Direito no Uniceub. Lotado no gabinete do ministro Jorge Scartezzini, o estagiário diz nunca ter se sentido excluído no Tribunal, apesar do baixo número de negros. Para ele, que pretende se tornar promotor de Justiça, o STJ dá um belo exemplo para a sociedade. "As cotas são um ótimo instrumento porque garantem aos negros o princípio constitucional da igualdade. O apoio de uma instituição importante como o STJ aos cotistas só confere mais credibilidade à iniciativa", afirma.

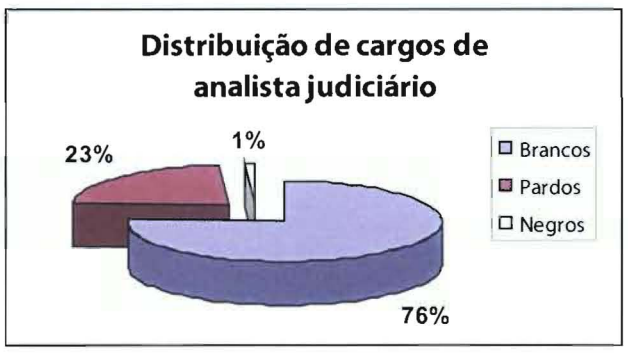
Já Nilva Cruvinel, que está no décimo semestre de Direito no Uniceub, elogia a iniciativa do STJ, apesar de não concordar com a política de cotas tal qual a da UnB. "Adoro ser negra. Mas acredito que a cota deveria ser para pessoas de baixa renda. Seria mais justo e os negros continuariam a ser os maiores beneficiados. No entanto, é muito boa essa ajuda do STJ, porque vai auxiliar muitos estudantes a terminar seus cursos", diz. ▪

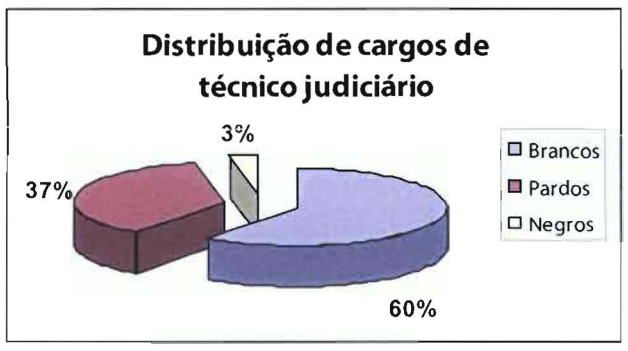
César H. Arrais - carrais@stj.gov.br

Fotos: TBF

Nilva Cruvinel e Lenon Dias: os dois estagiários, vencedores do prêmio STJ Jovem de Redação, vão ganhar a companhia de mais 40 colegas negros oriundos do sistema de cotas raciais da UnB

Os servidores negros no Tribunal





ENTREVISTA

Timothy Mulholland

A Universidade de Brasília (UnB) foi a primeira instituição federal de ensino superior a adotar o sistema de cotas para aumentar seu contingente de estudantes negros. O exemplo já é seguido por outras seis universidades mantidas pela União. Um dos maiores defensores da iniciativa é o professor de Psicologia Timothy Martin Mulholland.

Depois de oito anos na vice-reitoria, Timothy alcançou o cargo de reitor nas últimas eleições tendo as cotas como uma de suas principais bandeiras. Há menos de um mês no cargo, ele fala com orgulho sobre a transformação que a iniciativa causou na UnB. "Estamos mudando a cor da universidade", diz. A parceria com o STJ é mais um passo para a consolidação da política de cotas na UnB. Em entrevista ao *Informe-se*, o reitor falou sobre o acordo:

Informe-se – **Como essa parceria com o STJ vai ajudar a UnB na sua política de inclusão dos negros?**

Timothy Mulholland – Uma vez que o estudante ingressa na universidade, o que ele faz por mérito, a grande barreira é permanecer na graduação. Por isso, procuramos parceiros que estejam comprometidos com o princípio da igualdade, para que os estudantes possam não apenas passar no vestibular, mas realizar o seu curso com êxito.

I – **Como funcionará, dentro da UnB, a parceira com o STJ?**

TM - O convênio prevê até 40 estagiários de graduação aqui no Tribunal. Esses estudantes manifestarão seu interesse, e a universidade vai encaminhar os nomes para o CIEE e para o Tribunal.

I – **Esse acordo vai estimular outros órgãos a propor acordos semelhantes com a UnB?**

TM - Esse é o nosso desejo. Gostaríamos que o Brasil assumisse essa bandeira junto com o STJ para que a igualdade racial se implante de fato, não só de direito, em nosso país. Gostaríamos de ver a iniciativa privada engajada nessa questão. Mas é o setor público – setor que pertence à República e representa seus valores – que deve dar o exemplo. ▪

Foto: TBF

Diretor-geral, Alcidez Diniz, entrega a minuta do acordo a Vidigal e Mulholland

Acompanhe os processos por e-mail

Os servidores do STJ poderão acompanhar pela internet a tramitação de seus processos administrativos na Secretaria de Recursos Humanos (SRH). Para isso, basta se cadastrar no Sistema Push do programa Lince. A partir daí, toda vez que houver andamento no seu processo, o servidor será informado via e-mail. Para se cadastrar, é muito fácil: de posse do número do processo, abra a intranet e selecione, na página principal, a opção "Organização Administrativa". Depois acesse, no campo superior esquerdo, a opção "Sistema Push do Lince". Digite sua matrícula e clique no *link* próximo. Será aberta uma janela contendo dados do servidor. Escolha o tipo do processo/documento, digite o número e selecione o ano do processo, a unidade responsável pela sua abertura e o seu volume. ▪

Intranet para cedidos e aposentados

Muita gente não sabe, mas o servidor do STJ que já se aposentou ou está em exercício em outro órgão público também pode acessar a intranet. Basta se cadastrar no *site* do Tribunal (www.stj.gov.br). O cadastro deve ser feito a partir do *link* "Institucional", localizado no menu à esquerda da tela. Uma vez recebida a senha, o usuário deve clicar na opção "Intranet", localizada na parte inferior da página. A partir daí, será possível acessar o "Portal do Servidor" e obter informações como dados funcionais e contracheques. ▪

As crônicas de um assessor parlamentar

Mídia, política, economia, futebol, cotidiano, espiritualidade. Temas amplos ou cenas do dia-a-dia que toda pessoa viveu ou ouviu falar. Essa é a matéria-prima utilizada pelo assessor parlamentar do STJ, Francisco Orlando Muniz, para construir o Armazém Brasil – uma coletânea de crônicas urbanas. O livro é resultado do trabalho realizado nos últimos seis meses pelo advogado e procurador-federal, que já tem um conjunto de publicações técnicas na área do Direito. A primeira aventura literária de Orlando Muniz custa R$ 30,00 e pode ser adquirida nas livrarias Cultura (Casa Park), Nobel (Pátio Brasil), Entre Livros (406 Sul), Rayuela (411Sul), Livraria da Rodoviária do Plano Piloto, Café com Letras (203 Sul) e Esquina da Palavra (406 Sul). ▪

Qualidade

STJ já conta com quatro setores que conquistaram a certificação internacional ISO 9001:2000

Em busca da excelência

No último dia 23, a Subsecretaria de Suporte Técnico da Secretaria de Tecnologia da Informação e das Comunicações do STJ recebeu o certificado internacional ISO 9001:2000. Esse certificado vem sendo utilizado como uma valiosa ferramenta de marketing por muitas empresas. Mas o que realmente ele representa?

Ser certificado pela norma ISO 9001 significa criar uma cultura de aprendizagem que possibilite um avanço progressivo nos serviços prestados. Também é realizar atividades com base em padrões de qualidade aceitos internacionalmente, com enfoque no gerenciamento de unidades de trabalho, o que contribui para melhor controle e definição das tarefas dentro de uma organização.

Reconhecida em mais de 100 países, a norma tem como objetivo a satisfação das necessidades e expectativas dos clientes e isso inclui a busca contínua da melhoria dos processos, produtos e serviços oferecidos pela organização. O certificado é concedido pela International Standartadization Organization (ISO), que já emitiu mais de 400 mil deles pelo mundo. Só no Brasil, foram mais de 10 mil.

A Subsecretaria de Suporte Técnico foi certificada nas atividades de recebimento, processamento e solução de solicitações de suporte em tecnologia da informação. Segundo o subsecretário Nelson dos Santos, "foi com o esforço mútuo de todos os colaboradores desta Subsecretaria que se chegou a essa certificação".

O STJ foi o primeiro tribunal em todo mundo a receber um certificado ISO 9000 – atualmente é o órgão do judiciário brasileiro com mais certificações. O Tribunal possui mais três unidades certificadas. A primeira foi a Secretaria Judiciária, em 2000, nas atividades de autuação, classificação e distribuição dos processos originários.

Em seguida, no ano de 2001, o Gabinete do ministro diretor da Revista foi certificado pela elaboração das publicações oficiais do STJ. E, em 2004, o Gabinete do ministro José Arnaldo da Fonseca recebeu a certificação nas atividades de análise e julgamento de processos originários.

"Atividades mais aprimoradas e apresentação de melhores resultados são alguns dos diferenciais das áreas certificadas. Elas possuem a capacidade de verificar e analisar se as metas estão sendo atingidas ou não", afirma Romildo Gomes de Oliveira, chefe do Núcleo de Qualidade (NQUAL).

No entanto, a implantação de um sistema de gestão de qualidade não é nada rápido, com várias etapas a serem cumpridas. São muitas reuniões e encontros no decorrer do processo. "São cerca de nove meses de trabalho, uma gestação", brinca Romildo.

O certificado é válido por 3 anos e não é fácil mantê-lo. Anualmente, são realizadas auditorias externas pelo organismo certificador e, de seis em seis meses, o NQUAL faz auditorias internas. A Secretaria Judiciária e o Gabinete do ministro diretor da Revista já tiveram seus certificados renovados.▪

Ana Almeida - acalmeid@stj.gov.br

Foto: Jorge Campos

A Subsecretaria de Suporte Técnico foi a útlima a receber o ISO:9001

Servidor

Conselho Nacional de Justiça aprovou por unanimidade o texto integral do plano

PCS volta a tramitar no Congresso

Surtiu efeito a mobilização liderada pelo Sindjus-DF e a atuação de bastidor de assessores dos tribunais. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou, no último dia 29/11, o texto integral do projeto de lei que estabelece o novo Plano de Cargos e Salários (PCS) dos servidores do Poder Judiciário da União. A proposta, que teve sua apreciação adiada por duas vezes pelos conselheiros, foi acolhida por unanimidade pelos membros do CNJ, conforme orientação do relator Oscar Argollo.

Com a decisão do CNJ, o PCS volta a andar no Congresso Nacional. O projeto estava parado na Comissão de Trabalho à espera da avaliação dos conselheiros – exigência prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Agora, o relator da matéria, deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), deve apresentar seu parecer nas próximas sessões da Comissão.

O CNJ aprovou o texto do projeto tal como ele foi elaborado por uma comissão de representantes de todos os tribunais que integram o Poder Judiciário da União – que trabalharam por um ano na confecção do anteprojeto. Entre as medidas previstas no PCS está um reajuste médio de 40% nos salários, a elevação da GAJ para 50% do vencimento básico e a instituição do adicional por qualificação, o que beneficiaria servidores com pós-graduação.

Expectativa

O coordenador-geral do Sindjus-DF, Roberto Policarpo, comemorou a decisão do CNJ e a atribui à mobilização da categoria nas últimas semanas. "Foi uma bela vitória. Esperamos que, agora, os presidentes dos tribunais superiores se engajem de vez no projeto para que ele seja aprovado, o quanto antes, no Congresso", afirmou. Policarpo acredita que o PCS pode se transformar em lei ainda neste ano. "Eu tenho esperança. Com a categoria mobilizada e com o apoio dos presidentes dos tribunais, certamente teremos um acordo. E com acordo as coisas andam no Congresso", explicou.

Já o assessor parlamentar do STJ, Orlando Muniz, não é tão otimista assim. Para ele, é praticamente impossível que o PCS vire lei ainda em 2005. "O projeto vai andar, mas não vai ser aprovado. O volume de dinheiro envolvido na matéria – mais de R$ 4 bilhões – complica o debate porque o governo não tem interesse em que ele seja aprovado logo. Além disso, a Câmara está muito atribulada com a votação do Orçamento e das várias cassações de deputados envolvidos no escândalo do mensalão", disse. ▪

Da Redação - informe-se@stj.gov.br

Foto: Eduardo Gama / STF

O plenário do CNJ aprovou por unanimidade a íntegra do projeto. A proposta agora volta a tramitar na Comissão de Trabalho da Câmara.

Funcionalismo

Nova progressão

O sistema de progressão funcional e promoção dos servidores do STJ ganhou novas regras. Agora, para ter direito à promoção, deve-se comprovar a participação em, pelo menos, 16 horas de eventos de capacitação a cada ano.

Vale lembrar que a promoção é a mudança de classe, e a progressão, a de padrão. A carreira dos servidores do STJ é composta de três classes (A, B e C), cada uma dividida em 5 padrões. A cada padrão avançado, o servidor recebe um acréscimo de 3,48% nos vencimentos.

A mudança significa, para qualquer servidor que estiver no primeiro padrão das classes A ou B, a necessidade de acumular 80 horas de capacitação em cinco anos para ser promovido à classe seguinte. O curso deve ter relação com as atividades desempenhadas pela unidade de lotação.

Outra novidade diz respeito ao período em que o servidor terá a progressão funcional. Ela vai acontecer sempre no mês de aniversário de ingresso do servidor no Tribunal. Antes, a progressão era feita em maio ou novembro, dependendo do mês em que ele completava um ano de exercício efetivo em cada padrão.

As nova resolução também enumera casos de afastamento do servidor que suspendem a contagem de tempo – que deve ser de 365 dias em cada padrão. Os principais casos são a suspensão disciplinar convertida em multa, prisão não decorrente de decisão judicial definitiva, licença por motivo de doença em pessoa da família, entre outros. ▪

Da Redação - informe-se@stj.gov.br

Informe-se • Jornal de Comunicação Interna do Superior Tribunal de Justiça (STJ)

Presidente: ministro Edson Vidigal • **Vice-presidente:** ministro Sálvio de Figueiredo • **Secretária-geral da Presidência:** Shyrlei Maria de Lima • **Diretor-geral:** Alcides Diniz • **Assessor chefe de Comunicação Social:** Luiz Adolfo Pinheiro • **Assessor adjunto:** Domingos S. Diniz • **Chefe do Núcleo de Editoria e Imprensa:** Roberto Cordeiro • **Coordenador de Comunicação Interna:** Roberto Thomaz • **Editor do Informe-se:** César Henrique Arrais • **Projeto Gráfico:** Thaís Borges • **Revisão:** Mari Lúcia Del Fiaco • **Estagiária:** Ana Carolina Almeida • **Colaboração:** Amália Ribeiro e Simone Vidigal • **Impressão:** Seção de Reprografia e Encadernação • **Tiragem:** 4,1 mil exemplares • **Contatos:** (61) 3319-8115 / informe-se@stj.gov.br

Luiz Adolfo Pinheiro
Assessor Chefe da Assessoria
de Comunicação Social

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
informe-se
O STJ bem perto de você!
Ano X • nº 12 DEZEMBRO 2005

MEMÓRIA

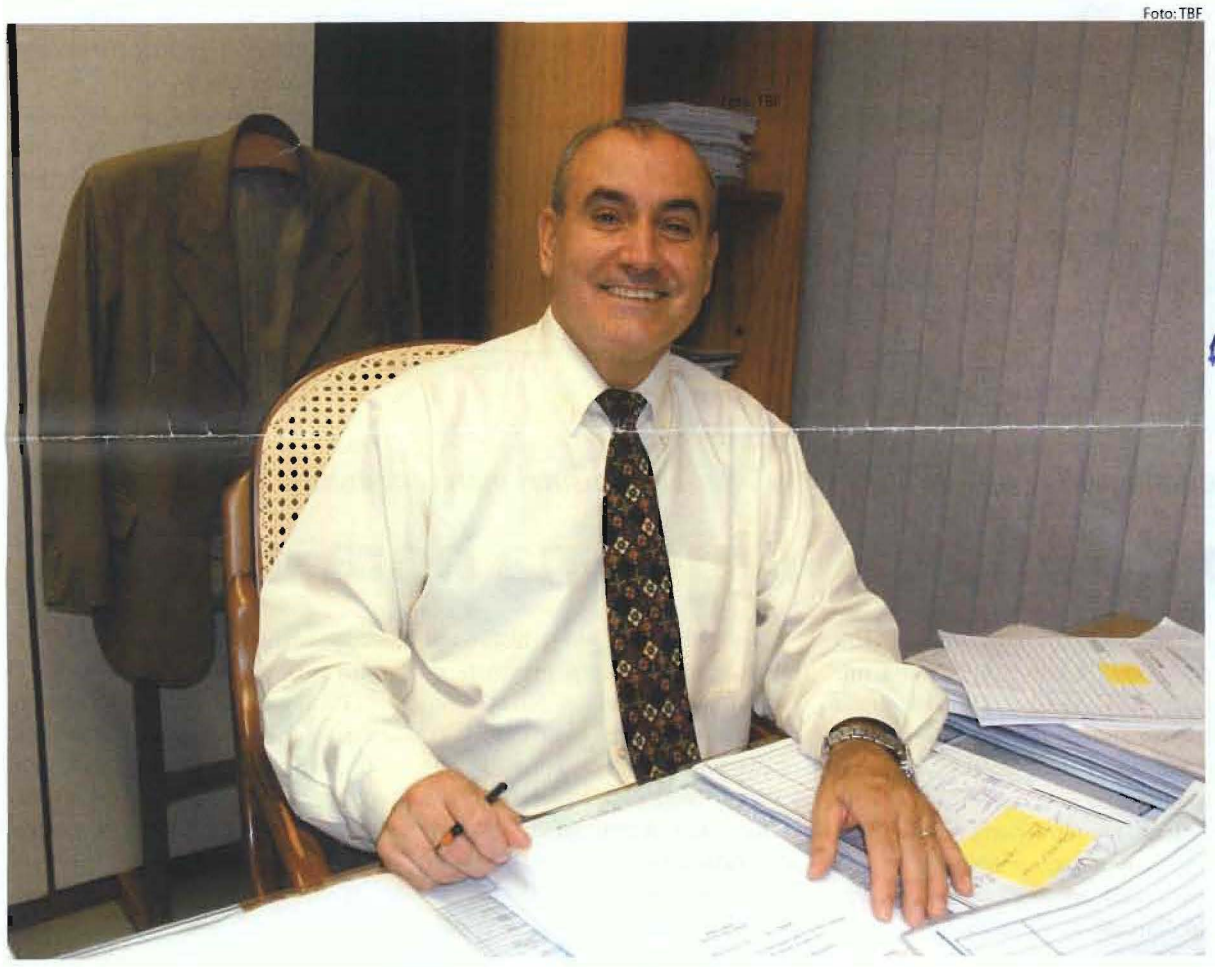
Velha guarda do Tribunal relembra períodos marcantes da trajetória da Casa

Muitas histórias para contar

Já fomos 300. Hoje somamos quase 3 mil. Já fomos o Tribunal Federal de Recursos (TFR). Hoje somos o Superior Tribunal de Justiça (STJ). Em sua história, o STJ já passou por muitas mudanças. E ainda há servidores que acompanharam boa parte dessa trajetória - e que têm muitas histórias para contar.

O STJ surgiu com a Constituição Federal de 1988, em substituição ao antigo TFR. A mudança da Constituição ampliou as atribuições do Tribunal. Entre outras, ele se tornou responsável pela uniformização da jurisprudência federal e zelar por sua aplicação. Um dos funcionários mais antigos da casa, João Rodrigues Guimarães Filho, atualmente na Assessoria Jurídica - DG, lembra quando o tribunal era muito menor. "Éramos uma equipe pequena, com cerca de 300 servidores. Todos se conheciam e formei muitas amizades aqui dentro", destaca.

Foto: TBF



João Guimarães completa, em dezembro, 35 anos de Casa. Servidor ingressou no antigo TFR. "Éramos uma equipe pequena. Todos se conheciam e formei muitas amizades."

Foto: Jorge Campos

João Guimarães ingressou no antigo TFR em dezembro de 1970, após o primeiro concurso público realizado pelo órgão em Brasília. "Meu cargo era de agente de segurança, mas pude construir uma carreira na Casa. Me formei em Direito na UnB e passei por vários setores. Fui chefe da Seção de Transportes, trabalhei na 5ª Turma e no gabinete do ministros (aposentados) Gueiros Leite, Lauro Leitão, José Cândido e por 15 anos fui assessor jurídico do ministro Nilson Naves", recorda. Hoje, ele destaca que o tribunal é uma ilha de competência e uma referência nacional. "Para mim é um grande orgulho trabalhar neste órgão. Ele hoje é quase uma cidade, bem planejada. Para mim, o STJ é uma instituição quase perfeita", elogia. Guimarães afirma que, quando se aposentar, sentirá muita falta do Tribunal.

Pádua Ribeiro, mais antigo ministro. "Atualmente o STJ é modelo de inovação tecnológica e atendimento rápido."

Uma veterana da casa é a servidora Rosângela Silva, Secretaria Judiciária do STJ, com 23 anos de serviços prestados. Ela lembra que, no começo, o Tribunal era muito mais formal do que hoje. "No segundo dia de trabalho vim de calça jeans e me disseram que era proibido. Voltei para casa e troquei por uma saia. Só que como ela também era jeans, também era proibida.", comentou, acrescentando que hoje as coisas estão muito mais tranqüilas. Para ela, a evolução tecnológica da casa também foi notável. "Entrei no cargo de atendente e fazia muito trabalho de datilografia, ainda com papel carbono e papel de seda. Muitos ministros tinham resistência até a máquinas de xerox", comenta.

Hoje a situação é bem diferente, como aponta o ministro Pádua Ribeiro, o mais antigo da casa. "Atualmente o STJ é um modelo de inovação tecnológica e de atendimento rápido a população", destacou. Isso seria espelhado no fato do STJ já ter quatro certificados ISO, o primeiro ganho na administração do próprio ministro Pádua. O ministro ingressou no Tribunal em 1980, quando este ainda era o TFR. "Fui testemunha da mudança radical que essa Casa passou depois da Constituição de 1988, quando suas atribuições foram grandemente ampliadas", lembrou. O ministro presidiu a comissão da reforma constitucional que foi instituída pelo antigo TFR. "Essa comissão ofereceu a base do texto constitucional, na parte dos tribunais, Justiça Federal e o próprio STJ", afirmou. A mudança física também foi muito grande, pois antes o Tribunal ocupava um prédio muito menor, na Praça dos Tribunais. "Quando viemos para esse novo prédio, muitos disseram que ele era grande demais. Hoje todos os espaços são muito disputados", comentou.

Foto: CHA

Valéria Almeida, com 26 anos de Casa, viu todas as mudanças tecnológicas pelas quais passou o STJ

Mais mulheres

Alguns setores sentiram essas mudanças com muita força, como no caso da Subsecretária de Taquigrafia. A servidora Valeria Aparecida Almeida, chefe do setor e sua mais antiga funcionária, foi contratada em novembro de 1979 como técnica judiciária. "Entrei numa fase de transição da máquina com papel carbono para o computador. Quando o STJ foi criado pela Constituição de 1988, houve uma avalanche de processos e tivemos de nos adequar", comenta. Valéria lembra, entretanto, que no começo não sentia muita simpatia por computadores. "Meu marido era analista de sistemas e tentou me ensinar a usar. Quando me disseram que teria de operá-los diariamente, me assustei", comenta. Ela lembra também de certos servidores que marcaram o setor, como a diretora Cleonice Mace Duprat. "Era muito engajada e iniciou a estruturação da Taquigrafia como conhecemos hoje", conta. Uma mudança que ela sentiu foi que os setores se tornaram mais isolados. "Devido a transição do TFR para o STJ e o conseqüente aumento do número de funcionários, ficou impossível conhecer todo mundo", explica Valeria.

Foto: TBF

Desde 1982 no STJ, Rosângela Silva destaca a chegada das ministras. "No começo, nem tinha uma sala de becas para elas."

Rosângela Silva notou outra grande mudança no STJ: a chegada de mulheres a magistratura do Tribunal. "No começo não tínhamos nem mesmo uma sala de becas para elas, pois todos eram homens. Hoje temos quatro ministras", destacou. Para ela, essa representação ainda é pequena se comparada com o número de juízas no país. Outra novidade é que a média de idade dos ministros caiu. "As atribuições do Tribunal e a sociedade mudaram muito. Antigamente, no TFR, trata-se principalmente de causas ligadas a União. Hoje o STJ também julga causas privadas, penais, faz uniformização de jurisprudência infraconstitucional e atende várias outras áreas do Direito. O Tribunal tem procurado acompanhar tais mudanças com o mesmo dinamismo, sendo hoje considerado de vanguarda", completou. ▪

Fabrício Azevedo - fcortes@stj.gov.br

Encerrado contrato com a Unimed

Os beneficiários do Pró-Ser não poderão receber atendimento médico fora do Distrito Federal por meio da operadora Unimed. A empresa, de forma unilateral, encerrou seu contrato com o STJ – que iria até 31/06/2006 - no último dia 12 de dezembro. O processo licitatório para a contratação de uma outra operadora de saúde já está em andamento. Enquanto isso, os servidores que precisarem de atendimento fora do DF podem utilizar a rede não conveniada ao Pró-Ser que serão ressarcidos posteriormente. Em caso de emergência que necessite de internação, o ressarcimento é de 90% do valor gasto. Quando não houver internação, o reembolso será de 50%. Casos não emergenciais serão reembolsados de acordo com a tabela do Pró-Ser. Há também a opção de se utilizar a rede conveniada do Pró-Social, programa de Saúde do TRF1, em 15 estados. Para tanto, deve-se entrar em contato com as Seções Judiciárias em alguma das seguintes cidades: Belém, Marabá e Santarém (PA); Belo Horizonte, Juiz de Fora, Uberlândia e Uberaba (MG); Salvador e Ilhéus (BA); São Luiz e Imperatriz (MA); Goiânia (GO); Cuiabá (MT); Porto Velho (RO); Boa Vista (RR); Palmas (TO); Rio Branco (AC); Manaus (AM); e Teresina (PI). ▪

Comissão aprova PCS

Superada mais uma etapa no caminho da implementação do novo Plano de Cargos e Salários (PCS) dos servidores do Poder Judiciário da União. A Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados aprovou, no último dia 14/12, o relatório do deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN) favorável ao PCS. O projeto de lei só sofreu uma alteração importante – emenda da deputada Alice Portugal (PCdoB-BA) que estende o benefício do adicional de qualificação para os auxiliares judiciários. O restante do texto foi mantido intacto em relação à versão aprovada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Agora, o PCS segue para a análise da Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara, penúltima etapa antes de seguir para votação em plenário. O assessor parlamentar do STJ, Francisco Orlando Muniz, acredita que o projeto de lei deverá ser incluído na pauta da auto-convocação (ou convocação extraordinária) do Congresso Nacional, o que faria com que a tramitação caminhasse durante o período de recesso parlamentar. ▪

Cotidiano

Você acha que cafezinho faz mal? Pesquisadores da UnB dizem que a bebida ajuda na prevenção de doenças

Sabor e saúde na xícara

Companheiro fiel de muitos servidores ao longo do expediente de trabalho, o cafezinho sempre foi uma bebida cercada de mitos sobre seu efeito na saúde. Muitos a saboreavam com uma certa sensação de culpa, já que o café é associado ao desenvolvimento de doenças cardiovasculares e gástricas. Um estudo desenvolvido por dois pesquisadores da Universidade de Brasília (UnB), entretanto, não apenas desmistifica os supostos malefícios do cafezinho como coloca a popular bebida nacional no rol dos alimentos funcionais – aqueles que ajudam na prevenção e tratamento de doenças.

A pesquisa, desenvolvida pelos professores Teresa Helena da Costa e José Garrofe Dórea, analisou cerca de 200 estudos sobre o consumo do café em todo o mundo e o resultado foi surpreendente: em nenhum deles havia a acusação de que a bebida faz mal à saúde. "Nós ficamos surpresos. O café está sendo reconhecido mundialmente como parte da alimentação, com efeitos benéficos ao organismo", explica Teresa Helena.

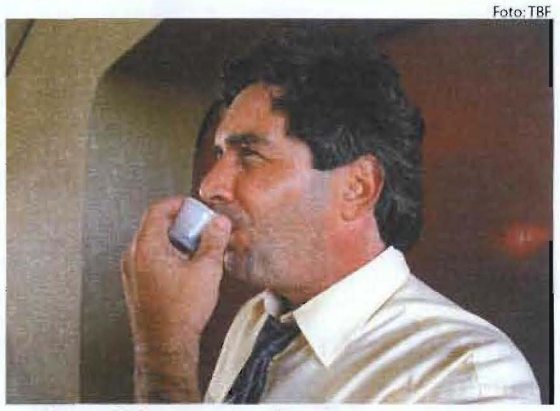
São muitos os benefícios do café, principalmente se não for consumido com açúcar e sem a borra – o popular café turco, que pode aumentar o colesterol. Os estudos pelo mundo indicam que a bebida aumenta a capacidade de trabalho físico e mental, realça a concentração, minimiza os efeitos do Mal de Alzheimer e de Parkinson, melhora o desempenho desportivo, ajuda a emagrecer e previne a diabetes tipo 2 (ver quadro).

"Isso não quer dizer que o café é um alimento milagroso. Quem tem tendência genética a ter diabetes talvez não possa evitá-la consumindo a bebida. Mas, é fato que o cafezinho pode ajudar bastante na saúde", explica a professora. O estudo dos pesquisadores da UnB foi publicado em agosto no British Journal of Nutrition – publicação mais importante na área de nutrição em todo o mundo.

Sem exageros

Para o servidor Antônio Carlos Medeiros, 40, a notícia que de o café não faz mal é um alívio. Agora ele consome sem culpa alguma sua bebida preferida. "Desde pequeno eu gosto do sabor. Nunca senti nada de ruim por conta do café. A não ser quando é requentado. Daí me dá dor de cabeça", conta. Há 16 anos trabalhando na Taquigrafia do STJ, Medeiros chega a consumir 20 cafezinhos por dia.

Foto: TBF



Medeiros bebe até 20 cafezinhos por dia

O chefe da Seção de Assistência Nutricional, Aldemir Mangabeira, reconhece os benefícios do café à saúde, mas recomenda parcimônia no seu consumo. "Nada em exagero faz bem à saúde", sentencia. Para o nutricionista, beber três ou quatro doses de cafezinho por dia seria o ideal. "O café, que é um irritante gástrico, inibe o apetite e pode fazer com que a pessoa aumente o período entre as refeições. Essa combinação pode ser muito ruim para quem tem o estômago sensível", explica.

O Brasil é o maior produtor de café do mundo – responsável por abastecer 40% do mercado consumidor mundial. Só este ano, os grãos deverão render cerca de US$ 3 bilhões em exportações. Aqui no STJ, o consumo mensal de café é de 1,1 tonelada.▪

César H. Arrais - carrais@stj.gov.br

Os benefícios do café

- Aumento da capacidade física e mental, do estado de vigília e da memória.
- Aumenta a concentração em crianças.
- Minimização dos efeitos do Mal de Parkinson e do Mal de Alzheimer.
- Acelera o metabolismo, o que ajuda no desempenho de práticas desportivas.
- Previne o desenvolvimento da diabetes tipo 2, da cirrose e de cálculos renais.
- Possui antioxidantes, o que retarda o envelhecimento.
- Contém ácidos clorogênicos, que podem ser utilizados no tratamento de dependências químicas.

Justiça

Ministro Edson Vidigal é premiado pela revista IstoÉ

O "brasileiro do ano"

A revista Isto É, da Editora Três, agraciou o presidente do STJ, ministro Edson Vidigal, com o prêmio "Brasileiro do Ano" na categoria Justiça. A congratulação foi o reconhecimento da publicação pelos esforços de Vidigal para tornar o Judiciário mais célere, democrático e transparente. Durante seu discurso de agradecimento na cerimônia de premiação, ocorrida em São Paulo no último dia 12/12, o presidente lembrou o apoio dos servidores do STJ na execução das metas de sua gestão.

"Nada teria acontecido não fosse a lealdade e o espírito público dos que trabalham comigo, desde os mais próximos, os mais visíveis, os mais conhecidos aos mais distantes e anônimos", disse. Além de Vidigal, a Isto É agraciou a ministra da Casa Civil, Dilma Houssef (personalidade do ano); o governador de São Paulo, Geraldo Alckimin (político); o governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz (administrador); o deputado federal Michel Temer (parlamentar); e o meia atacante do Barcelona, Ronaldinho Gaúcho (esportista).

Em novembro deste ano, a ministra Eliana Calmon também foi agraciada com uma premiação. A revista Forbes Brasil a elegeu a "mulher mais influente do Brasil" no segmento jurídico. ▪ *Da Redação*

Foto: Alan Rodrigues, da Editora Três

O presidente da editora Três, Domingo Alzugaray, entrega o prêmio ao ministro Edson Vidigal

Educação

Pró-Ser e Credisutri oferecem auxílio material escolar

Ajuda na hora certa

Todo final de ano a história se repete. Despesas com presentes de natal, festa de reveillon, férias, renovação de matrícula e, quando o dinheiro já se encontra escasso, lá vem a lista de material escolar. Cada vez maior, mais incrementada e, claro, mais cara, a tal lista é capaz de acabar com o humor de servidores no período que antecede a volta às aulas de seus filhos.

Aqui no STJ, contudo, os servidores podem contar com vantagens especiais na aquisição de livros e artigos de papelaria. O Programa de Assistência aos Servidores do STJ (Pró-Ser) concede, uma vez por ano, um benefício financeiro aos associados com dependentes em idades entre 7 e 14 anos. O auxílio, liberado geralmente no mês de fevereiro em parcela única, é creditado diretamente na folha de pagamento. O valor do benefício em 2005 foi de R$ 300 – deve ser reajustado para 2006.

Para os que precisam de auxílios maiores que o benefício do Pró-Ser, a Credisutri também oferece um crédito facilitado para a compra de material escolar. A agência financia o valor da compra em até 6 vezes, com juros a 1,5% e carência de até 60 dias – tudo isso sem IOF e taxas administrativas.

Para adquirir o financiamento, basta que o cooperado apresente, no Credisutri, o orçamento de todo o material. A forma de pagamento fica a critério do servidor, podendo ser efetuada por meio de cheque administrativo ou desconto em conta-corrente. "O empréstimo não tem burocracias. A cooperativa adotou essa linha de crédito para ajudar quem não tem condições de dividir em menos parcelas" , afirma Rogério Lucena, da Credisutri. Segundo Lucena, o número de parcelas é negociável.

Marco Aurélio Batista, o auxiliar de plenário, já utilizou o empréstimo da Credisutri por duas vezes. Como o valor de suas compras de material escolar gira em torno de R$ 700, ele garante que pretende usar novamente. "Como os preços dos materiais estão sempre aumentando, o empréstimo é uma grande ajuda e vem numa boa hora", conta. ▪

Ana Almeida - acalmeid@stj.gov.br

Informe-se • Jornal de Comunicação Interna do Superior Tribunal de Justiça (STJ)

Presidente: ministro Edson Vidigal • **Vice-presidente:** ministro Sálvio de Figueiredo • **Secretária-geral da Presidência:** Shyrlei Maria de Lima • **Diretor-geral:** Alcides Diniz • **Assessor chefe de Comunicação Social:** Luiz Adolfo Pinheiro • **Assessor adjunto:** Domingos S. Diniz • **Chefe do Núcleo de Editoria e Imprensa:** Roberto Cordeiro • **Coordenador de Comunicação Interna:** Roberto Thomaz • **Editor do Informe-se:** César Henrique Arrais • **Projeto Gráfico:** Thaís Borges • **Revisão:** Mari Lúcia Del Fiaco • **Estagiária:** Ana Carolina Almeida • **Colaboração:** Amália Ribeiro e Simone Vidigal • **Impressão:** Seção de Reprografia e Encadernação • **Tiragem:** 4,1 mil exemplares • **Contatos:** (61) 3319-8115 / informe-se@stj.gov.br

Edição Extra!

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

informe-se

O STJ bem perto de você!

Ano XI • nº 12 Edição Especial

SERVIDOR

Com três vetos, presidente da República aprova novo Plano de Cargos e Salários do Judiciário

Enfim, sancionado!

Agora é lei. O presidente Lula sancionou o novo Plano de Cargos e Salários do Judiciário Federal na última sexta-feira, 15, e os servidores poderão, a partir deste mês, assistir a uma escalada gradual do seu poder de compra. Apesar de sobrar motivos para comemorar, há quem veja significativas derrotas nos três vetos presidenciais.

O primeiro deles refere-se ao adicional de qualificação previsto para auxiliares e técnicos com nível superior. O presidente vetou o parágrafo que dava a esses servidores 5% de gratificação.

O texto original do PCS não previa adicional de qualificação para níveis médio e fundamental, em razão do potencial impacto financeiro da medida. Esse item foi acrescentado ao plano pelo Congresso, e a presidente do STF, ministra Ellen Gracie, pediu ao presidente Lula que o vetasse.

Ficaram mantidos os valores devidos pelas demais qualificações profissionais: 12,5% aos servidores que têm título de doutor, 10% a quem possui mestrado, 7,5% aos que têm especialização, e 1% a quem participou de treinamentos que totalizem pelo menos 120 horas, até o limite de 3%.

O segundo veto foi para o artigo que dava às carreiras do Judiciário o status de atividades exclusivas de Estado. Isso poderia garantir aposentadoria integral aos servidores.

O último veto diz respeito à autorização para que os órgãos transformassem as funções comissionadas e os cargos em comissão dos seus quadros de pessoal. Pela redação dada ao artigo, cada órgão poderia remanejar essas funções, desde que não aumentasse as despesas nem transformasse função em cargo ou vice-versa. Isso não mais será possível.

Conquistas

O novo PCS representa um reajuste médio de 62% – diluído em seis vezes pelo Congresso Nacional. A primeira parcela, retroativa a junho deste ano, será creditada em folha suplementar na próxima semana. A prévia já está disponível na intranet, com previsão de pagamento para o dia 26. Essa primeira parte do reajuste vai representar um aumento em torno de 8% – contabilizando vencimento básico mais Gratificação por Atividade Judiciária (GAJ).

Para servidores como Odália Jesus, que há 26 anos trabalha na Seção de Taquigrafia do STJ, o dinheiro não poderia chegar em melhor hora. Impossibilitada de subir escadas por causa de uma artrose nos quadris e nos joelhos, ela já sabe que destino dará à primeira parcela: vai construir um quarto no andar de baixo do sobrado onde mora e adaptá-lo para a sua baixa estatura.

A segunda parcela também vai ser paga em folha suplementar, e a Coordenadoria de Pagamento está trabalhando para que isso seja feito até o início de janeiro.

Juntas, as duas primeiras frações do PCS renderão um acréscimo médio de 17% à renda mensal dos servidores. O valor chegará a 26% em julho de 2007, a 36% em dezembro de 2007, a 49% em julho de 2008 e, por fim, a 62% em dezembro de 2008, sempre calculado com base na remuneração anterior à aprovação do plano. (Veja as tabelas 2 e 3 no verso.)

Cargos comissionados

A porcentagem das funções comissionadas – tanto FCs como CJs – também vai subir. Atualmente, o beneficiário da função que opta por não recebê-la integralmente (opção carreira efetiva) ganha em média 42% do seu valor total. Essa quantia vai aumentar gradualmente, em seis vezes, até alcançar 65% em dezembro de 2008. No caso das CJs, além do aumento da porcentagem para quem opta pelo cargo efetivo, haverá reajuste do valor da função – que chegará a 60% ao final do plano. (Ver tabela 1)

Ainda em relação aos cargos comissionados, outra mudança estabelece que 80% deles devem ser ocupados pelos servidores de carreira do Poder Judiciário da União. Essa novidade, apesar de alheia à seara financeira, atende a uma reivindicação antiga do pessoal da Casa.

Reconhecimento para rotinas arriscadas

O novo plano institui a Gratificação por Gratificação por Atividade de Segurança (GAS), que vai render aos servidores da área de segurança um adicional de 35% pelo desempenho de atividades com algum grau de periculosidade; e a Gratificação por Atividade Externa (GAE), que prevê o acréscimo de porcentagem idêntica aos vencimentos dos oficiais de justiça para compensar os riscos corridos durante as atividades externas.

Esses dois itens e mais o Adicional de Qualificação ainda dependem de regulamentação para serem implementados. O trabalho de uniformização das normas em todos os tribunais superiores, no Supremo e no Conselho Nacional de Justiça está sendo feito por uma comissão interdisciplinar de membros do Judiciário. De acordo com João Botelho, representante do STJ nessa comissão, o esboço das propostas já está bastante adiantado e em breve deve ser submetido à aprovação.

As demais alterações constantes do plano dizem respeito aos cargos de natureza gerencial – que a partir de agora serão exercidos preferencialmente por servidores de nível superior – e à mudança de nível, que ocorrerá uma vez por ano, inclusive para os servidores em início de carreira ainda em estágio probatório.

Quem quiser conferir o texto do PCS, agora Lei 11.416/2006, pode consultar a edição extra de 15 de dezembro do Diário Oficial, publicada no site da Imprensa Nacional, no menu "Publicações Especiais". ▪

Da Redação - informe-se@stj.gov.br

Tabela 1 - **Parcelamento das Fcs e CJs**

PARCELAMENTO CJ OPÇÃO CARGO EM COMISSÃO							
		15%	Aumento	30%	Aumento	45%	Aumento
CJ/FC	ATUAL	1a. Parcela	em R$	2a. Parcela	em R$	3a. Parcela	em R$
CJ-4	7.791,17	8.375,51	584,34	8.959,85	1.168,68	9.544,19	1.753,02
CJ-3	6.901,68	7.419,31	517,63	7.936,93	1.035,25	8.454,56	1.552,88
CJ-2	6.071,16	6.526,50	455,34	6.981,83	910,67	7.437,17	1.366,01
CJ-1	5.297,24	5.694,53	397,29	6.091,82	794,59	6.489,12	1.191,88

PARCELAMENTO CJ OPÇÃO CARGO EM COMISSÃO							
		60%	Aumento	80%	Aumento	100%	Aumento
CJ/FC	ATUAL	4a. Parcela	em R$	5a. Parcela	em R$	6a. Parcela	em R$
CJ-4	7.791,17	10.128,52	2.337,35	10.907,64	3.116,47	11.686,76	3.895,59
CJ-3	6.901,68	8.972,19	2.070,50	9.662,35	2.760,67	10.352,52	3.450,84
CJ-2	6.071,16	7.892,51	1.821,35	8.499,62	2.428,46	9.106,74	3.035,58
CJ-1	5.297,24	6.886,41	1.589,17	7.416,14	2.118,90	7.945,86	2.648,62

PARCELAMENTO FC CJ OPÇÃO CARREIRA EFETIVA							
		Total	Aumento	Total	Aumento	Total	Aumento
CJ/FC	ATUAL	1a. Parcela	em R$	2a. Parcela	em R$	3a. Parcela	em R$
CJ-4	2.986,74	3.678,19	691,45	4.369,64	1.382,90	5.061,09	2.074,34
CJ-3	2.687,66	3.293,88	606,22	3.900,10	1.212,44	4.506,33	1.818,66
CJ-2	2.389,39	2.918,89	529,50	3.448,39	1.059,00	3.977,88	1.588,50
CJ-1	2.090,31	2.551,48	461,18	3.012,66	922,35	3.473,83	1.383,53
FC-06	1.792,04	1.984,09	192,05	2.176,14	384,09	2.368,18	576,14
FC-05	1.523,27	1.629,64	106,37	1.736,00	212,73	1.842,37	319,10
FC-04	1.253,69	1.356,62	102,93	1.459,55	205,86	1.562,48	308,79
FC-03	984,92	1.044,04	59,12	1.103,17	118,25	1.162,29	177,37
FC-02	775,97	837,33	61,36	898,70	122,72	960,06	184,08
FC-01	597,34	660,62	63,27	723,89	126,55	787,16	189,82

PARCELAMENTO FC CJ OPÇÃO CARREIRA EFETIVA							
		Total	Aumento	Total	Aumento	Total	Aumento
CJ/FC	ATUAL	4a. Parcela	em R$	5a. Parcela	em R$	6a. Parcela	em R$
CJ-4	2.986,74	5.752,53	2.765,79	6.674,46	3.687,72	7.596,39	4.609,65
CJ-3	2.687,66	5.112,55	2.424,89	5.920,84	3.233,18	6.729,14	4.041,48
CJ-2	2.389,39	4.507,38	2.118,00	5.213,38	2.823,99	5.919,38	3.529,99
CJ-1	2.090,31	3.935,01	1.844,70	4.549,91	2.459,60	5.164,81	3.074,50
FC-06	1.792,04	2.560,23	768,19	2.816,29	1.024,25	3.072,36	1.280,31
FC-05	1.523,27	1.948,74	425,46	2.090,56	567,29	2.232,38	709,11
FC-04	1.253,69	1.665,41	411,72	1.802,65	548,96	1.939,89	686,20
FC-03	984,92	1.221,41	236,49	1.300,24	315,32	1.379,07	394,15
FC-02	775,97	1.021,42	245,44	1.103,23	327,26	1.185,05	409,07
FC-01	597,34	850,44	253,09	934,80	337,46	1.019,17	421,82

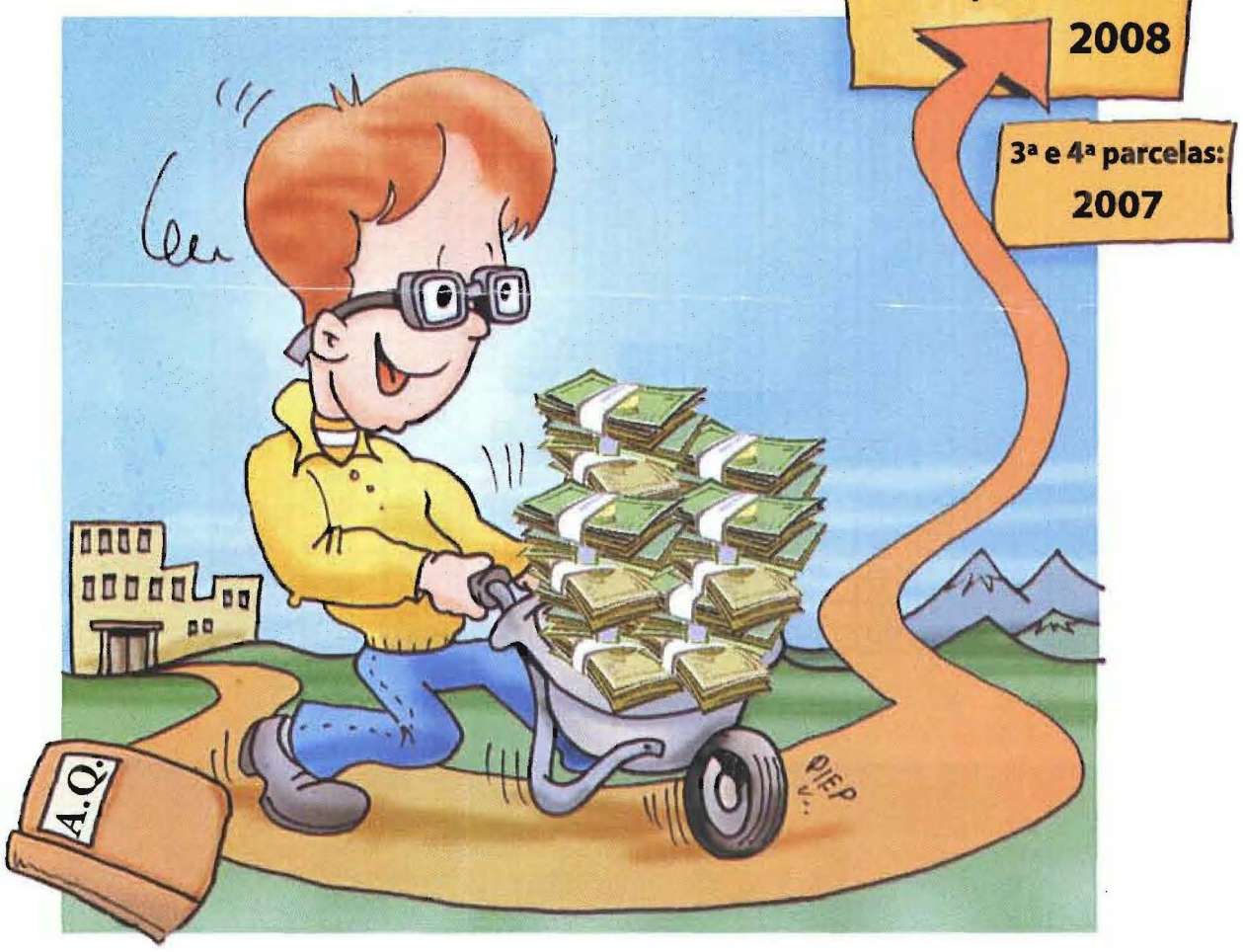


Tabela 2 - **Parcelamento do PCS – 1ª, 2ª e 3ª parcelas**

		ATUAL	1a. PARCELA			Aumento		2a. PARCELA			Aumento		3a. PARCELA			Aumento	
	PADRAO	TOTAL	VB	GAJ	TOTAL	em R$	em %	VB	GAJ	TOTAL	em R$	em %	VB	GAJ	TOTAL	em R$	em %
ANALISTA	15	6.512,06	5.301,50	1.749,49	7.050,99	538,93	8,28%	5.593,72	2.013,74	7.607,46	1.095,39	16,82%	5.885,94	2.295,52	8.181,45	1.669,39	25,64%
	14	6.293,16	5.127,97	1.692,23	6.820,20	527,05	8,37%	5.415,05	1.949,42	7.364,47	1.071,32	17,02%	5.702,13	2.223,83	7.925,97	1.632,81	25,95%
	13	6.081,60	4.960,13	1.636,84	6.596,97	515,38	8,47%	5.242,11	1.887,16	7.129,27	1.047,68	17,23%	5.524,09	2.154,40	7.678,49	1.596,90	26,26%
	12	5.877,13	4.797,79	1.583,27	6.381,06	503,93	8,57%	5.074,71	1.826,90	6.901,61	1.024,48	17,43%	5.351,64	2.087,14	7.438,77	1.561,64	26,57%
	11	5.679,56	4.640,79	1.531,46	6.172,25	492,70	8,67%	4.912,69	1.768,57	6.681,26	1.001,71	17,64%	5.184,60	2.021,99	7.206,59	1.527,03	26,89%
	10	5.488,64	4.465,96	1.473,77	5.939,72	451,09	8,22%	4.709,89	1.695,56	6.405,45	916,81	16,70%	4.953,82	1.931,99	6.885,80	1.397,16	25,46%
	9	5.304,10	4.319,75	1.425,52	5.745,27	441,16	8,32%	4.559,42	1.641,39	6.200,81	896,71	16,91%	4.799,09	1.871,65	6.670,74	1.366,63	25,77%
	8	5.125,80	4.178,36	1.378,86	5.557,22	431,42	8,42%	4.413,80	1.588,97	6.002,76	876,97	17,11%	4.649,23	1.813,20	6.462,44	1.336,64	26,08%
	7	4.953,48	4.041,61	1.333,73	5.375,34	421,86	8,52%	4.272,84	1.538,22	5.811,07	857,59	17,31%	4.504,08	1.756,59	6.260,67	1.307,19	26,39%
	6	4.786,95	3.909,34	1.290,08	5.199,42	412,47	8,62%	4.136,41	1.489,11	5.625,52	838,57	17,52%	4.363,48	1.701,76	6.065,24	1.278,28	26,70%
	5	4.626,01	3.762,08	1.241,49	5.003,57	377,55	8,16%	3.965,69	1.427,65	5.393,34	767,32	16,59%	4.169,30	1.626,03	5.795,32	1.169,31	25,28%
	4	4.470,51	3.638,92	1.200,85	4.839,77	369,27	8,26%	3.839,00	1.382,04	5.221,04	750,53	16,79%	4.039,07	1.575,24	5.614,31	1.143,81	25,59%
	3	4.320,21	3.519,80	1.161,54	4.681,34	361,13	8,36%	3.716,37	1.337,89	5.054,26	734,05	16,99%	3.912,93	1.526,04	5.438,98	1.118,77	25,90%
	2	4.174,98	3.404,60	1.123,52	4.528,12	353,14	8,46%	3.597,68	1.295,16	4.892,84	717,87	17,19%	3.790,76	1.478,39	5.269,15	1.094,18	26,21%
	1	4.034,63	3.293,18	1.086,75	4.379,93	345,30	8,56%	3.482,80	1.253,81	4.736,60	701,98	17,40%	3.672,41	1.432,24	5.104,66	1.070,03	26,52%
TÉCNICO	15	3.898,97	3.185,40	1.051,18	4.236,58	337,61	8,66%	3.371,59	1.213,77	4.585,36	686,39	17,60%	3.557,78	1.387,53	4.945,31	1.046,34	26,84%
	14	3.767,91	3.081,18	1.016,79	4.097,96	330,06	8,76%	3.263,96	1.175,03	4.438,99	671,08	17,81%	3.446,75	1.344,23	4.790,98	1.023,07	27,15%
	13	3.641,25	2.980,37	983,52	3.963,90	322,65	8,86%	3.159,79	1.137,52	4.297,31	656,06	18,02%	3.339,20	1.302,29	4.641,49	1.000,24	27,47%
	12	3.518,83	2.882,87	951,35	3.834,21	315,38	8,96%	3.058,94	1.101,22	4.160,16	641,33	18,23%	3.235,02	1.261,66	4.496,67	977,85	27,79%
	11	3.400,54	2.788,57	920,23	3.708,80	308,26	9,06%	2.961,34	1.066,08	4.027,42	626,88	18,43%	3.134,11	1.222,30	4.356,41	955,87	28,11%
	10	3.286,22	2.683,35	885,50	3.568,85	282,63	8,60%	2.838,83	1.021,98	3.860,81	574,59	17,48%	2.994,32	1.167,78	4.162,10	875,88	26,65%
	9	3.175,73	2.595,53	856,53	3.452,06	276,33	8,70%	2.748,19	989,35	3.737,54	561,81	17,69%	2.900,85	1.131,33	4.032,19	856,45	26,97%
	8	3.068,99	2.510,62	828,50	3.339,12	270,13	8,80%	2.660,48	957,77	3.618,25	549,26	17,90%	2.810,33	1.096,03	3.906,37	837,38	27,29%
	7	2.965,81	2.428,47	801,40	3.229,87	264,06	8,90%	2.575,56	927,20	3.502,76	536,95	18,10%	2.722,64	1.061,83	3.784,48	818,67	27,60%
	6	2.866,10	2.349,03	775,18	3.124,21	258,11	9,01%	2.493,37	897,61	3.390,98	524,88	18,31%	2.637,71	1.028,71	3.666,41	800,31	27,92%
	5	2.769,75	2.260,42	745,94	3.006,36	236,60	8,54%	2.390,26	860,49	3.250,75	480,99	17,37%	2.520,09	982,84	3.502,93	733,18	26,47%
	4	2.676,64	2.186,44	721,53	2.907,97	231,33	8,64%	2.313,93	833,02	3.146,95	470,32	17,57%	2.441,43	952,16	3.393,58	716,95	26,79%
	3	2.586,65	2.114,90	697,92	2.812,81	226,16	8,74%	2.240,06	806,42	3.046,49	459,84	17,78%	2.365,23	922,44	3.287,67	701,02	27,10%
	2	2.499,69	2.045,70	675,08	2.720,78	221,09	8,84%	2.168,56	780,68	2.949,25	449,55	17,98%	2.291,42	893,66	3.185,08	685,39	27,42%
	1	2.415,66	1.978,78	653,00	2.631,78	216,12	8,95%	2.099,36	755,77	2.855,12	439,46	18,19%	2.219,93	865,77	3.085,71	670,05	27,74%
AUXILIAR	15	2.334,45	1.903,08	628,02	2.531,09	196,64	8,42%	2.010,42	723,75	2.734,18	399,73	17,12%	2.117,77	825,93	2.943,70	609,25	26,10%
	14	2.255,97	1.835,54	605,73	2.441,27	185,30	8,21%	1.935,72	696,86	2.632,58	376,61	16,69%	2.035,90	794,00	2.829,90	573,93	25,44%
	13	2.180,13	1.770,43	584,24	2.354,67	174,54	8,01%	1.863,84	670,98	2.534,82	354,69	16,27%	1.957,24	763,33	2.720,57	540,44	24,79%
	12	2.106,83	1.707,65	563,52	2.271,17	164,34	7,80%	1.794,66	646,08	2.440,74	333,91	15,85%	1.881,67	733,85	2.615,52	508,69	24,14%
	11	2.036,01	1.647,13	543,55	2.190,68	154,67	7,60%	1.728,09	622,11	2.350,21	314,20	15,43%	1.809,06	705,53	2.514,59	478,59	23,51%
	10	1.967,55	1.585,33	523,16	2.108,49	140,94	7,16%	1.657,16	596,58	2.253,74	286,19	14,55%	1.728,99	674,31	2.403,30	435,75	22,15%
	9	1.901,42	1.529,22	504,64	2.033,87	132,45	6,97%	1.595,81	574,49	2.170,31	268,89	14,14%	1.662,41	648,34	2.310,75	409,33	21,53%
	8	1.837,50	1.475,11	486,79	1.961,90	124,40	6,77%	1.536,77	553,24	2.090,00	252,50	13,74%	1.598,42	623,38	2.221,80	384,30	20,91%
	7	1.775,71	1.422,93	469,57	1.892,49	116,78	6,58%	1.479,92	532,77	2.012,70	236,99	13,35%	1.536,92	599,40	2.136,32	360,61	20,31%
	6	1.716,03	1.372,63	452,97	1.825,59	109,57	6,38%	1.425,23	513,08	1.938,32	222,29	12,95%	1.477,84	576,36	2.054,20	338,17	19,71%
	5	1.658,33	1.321,39	436,06	1.757,45	99,12	5,98%	1.367,14	492,17	1.859,31	200,98	12,12%	1.412,89	551,03	1.963,91	305,58	18,43%
	4	1.602,59	1.274,73	420,66	1.695,39	92,80	5,79%	1.316,70	474,01	1.790,71	188,13	11,74%	1.358,67	529,88	1.888,56	285,97	17,84%
	3	1.548,70	1.229,73	405,81	1.635,54	86,84	5,61%	1.268,15	456,53	1.724,68	175,98	11,36%	1.306,57	509,56	1.816,13	267,42	17,27%
	2	1.496,64	1.186,34	391,49	1.577,83	81,19	5,42%	1.221,41	439,71	1.661,12	164,48	10,99%	1.256,49	490,03	1.746,52	249,88	16,70%
	1	1.446,34	1.144,50	377,69	1.522,19	75,85	5,24%	1.176,44	423,52	1.599,95	153,61	10,62%	1.208,37	471,26	1.679,63	233,29	16,13%

Tabela 3 - **Parcelamento do PCS – 4ª, 5ª e 6ª parcelas**

		ATUAL	4a. PARCELA			Aumento		5a. PARCELA			Aumento		6a. PARCELA			Aumento	
	PADRAO	TOTAL	VB	GAJ	TOTAL	em R$	em %	VB	GAJ	TOTAL	em R$	em %	VB	GAJ	TOTAL	em R$	em %
ANALISTA	15	6.512,06	6.178,16	2.594,83	8.772,98	2.260,92	34,72%	6.567,78	3.021,18	8.588,96	3.076,90	47,25%	6.957,41	3.478,71	10.436,12	3.924,05	60,26%
	14	6.293,16	5.989,22	2.515,47	8.504,69	2.211,53	35,14%	6.371,99	2.931,12	8.303,11	3.009,95	47,83%	6.754,77	3.377,38	10.132,15	3.838,99	61,00%
	13	6.081,60	5.806,08	2.438,55	8.244,63	2.163,03	35,57%	6.182,05	2.843,74	8.025,79	2.944,20	48,41%	6.558,03	3.279,01	9.837,04	3.755,44	61,75%
	12	5.877,13	5.628,56	2.363,99	7.992,55	2.115,42	35,99%	5.997,79	2.758,98	8.756,77	2.879,64	49,00%	6.367,02	3.183,51	9.550,52	3.673,39	62,50%
	11	5.679,56	5.456,50	2.291,73	7.748,23	2.068,67	36,42%	5.819,03	2.676,76	8.495,79	2.816,23	49,59%	6.181,57	3.090,78	9.272,35	3.592,80	63,26%
	10	5.488,64	5.197,74	2.183,05	7.380,80	1.892,16	34,47%	5.522,98	2.540,57	8.063,55	2.574,91	46,91%	5.848,22	2.924,11	8.772,33	3.283,69	59,83%
	9	5.304,10	5.038,76	2.116,28	7.155,04	1.850,94	34,90%	5.358,32	2.464,83	7.823,15	2.519,05	47,49%	5.677,88	2.838,94	8.516,83	3.212,72	60,57%
	8	5.125,80	4.884,67	2.051,56	6.936,24	1.810,44	35,32%	5.198,59	2.391,35	7.589,94	2.464,15	48,07%	5.512,51	2.756,25	8.268,76	3.142,97	61,32%
	7	4.953,48	4.735,32	1.988,83	6.724,15	1.770,67	35,75%	5.043,63	2.320,07	7.363,71	2.410,22	48,66%	5.351,95	2.675,97	8.027,92	3.074,44	62,07%
	6	4.786,95	4.590,55	1.928,03	6.518,58	1.731,63	36,17%	4.893,31	2.250,92	7.144,23	2.357,28	49,24%	5.196,07	2.598,03	7.794,10	3.007,15	62,82%
	5	4.626,01	4.372,91	1.836,62	6.209,53	1.583,52	34,23%	4.644,38	2.136,42	6.780,80	2.154,79	46,58%	4.915,86	2.457,93	7.373,80	2.747,78	59,40%
	4	4.470,51	4.239,15	1.780,44	6.019,59	1.549,09	34,65%	4.505,92	2.072,72	6.578,64	2.108,13	47,16%	4.772,68	2.386,34	7.159,02	2.688,52	60,14%
	3	4.320,21	4.109,50	1.725,99	5.835,49	1.515,28	35,07%	4.371,59	2.010,93	6.382,52	2.062,30	47,74%	4.633,67	2.316,84	6.950,51	2.630,30	60,88%
	2	4.174,98	3.983,83	1.673,21	5.657,05	1.482,07	35,50%	4.241,27	1.950,99	6.192,26	2.017,28	48,32%	4.498,71	2.249,36	6.748,07	2.573,09	61,63%
	1	4.034,63	3.862,03	1.622,05	5.484,09	1.449,46	35,93%	4.114,86	1.892,83	6.007,69	1.973,06	48,90%	4.367,68	2.183,84	6.551,52	2.516,89	62,38%
TÉCNICO	15	3.898,97	3.743,96	1.572,46	5.316,43	1.417,46	36,35%	3.992,22	1.836,42	5.828,63	1.929,66	49,49%	4.240,47	2.120,23	6.360,70	2.461,73	63,14%
	14	3.767,91	3.629,53	1.524,40	5.153,93	1.386,03	36,79%	3.873,24	1.781,69	5.654,94	1.887,03	50,08%	4.116,96	2.058,48	6.175,44	2.407,53	63,90%
	13	3.641,25	3.518,61	1.477,82	4.996,43	1.355,18	37,22%	3.757,83	1.728,60	5.486,43	1.845,18	50,67%	3.997,05	1.998,52	5.995,57	2.354,32	64,66%
	12	3.518,83	3.411,09	1.432,66	4.843,75	1.324,92	37,65%	3.645,86	1.677,10	5.322,96	1.804,13	51,27%	3.880,63	1.940,31	5.820,94	2.302,12	65,42%
	11	3.400,54	3.306,88	1.388,89	4.695,77	1.295,23	38,09%	3.537,24	1.627,13	5.164,37	1.763,83	51,87%	3.767,60	1.883,80	5.651,40	2.250,86	66,19%
	10	3.286,22	3.149,80	1.322,92	4.472,72	1.186,50	36,11%	3.357,11	1.544,27	4.901,39	1.615,17	49,15%	3.564,43	1.782,21	5.346,64	2.060,42	62,70%
	9	3.175,73	3.053,51	1.282,48	4.335,99	1.160,26	36,54%	3.257,06	1.498,25	4.755,31	1.579,58	49,74%	3.460,61	1.730,30	5.190,91	2.015,18	63,46%
	8	3.068,99	2.960,19	1.243,28	4.203,47	1.134,49	36,97%	3.160,00	1.453,60	4.613,61	1.544,62	50,33%	3.359,82	1.679,91	5.039,72	1.970,73	64,21%
	7	2.965,81	2.869,73	1.205,29	4.075,02	1.109,21	37,40%	3.065,84	1.410,29	4.476,13	1.510,32	50,92%	3.261,96	1.630,98	4.892,93	1.927,13	64,98%
	6	2.866,10	2.782,04	1.168,46	3.950,50	1.084,41	37,84%	2.974,50	1.368,27	4.342,76	1.476,67	51,52%	3.166,95	1.583,47	4.750,42	1.884,32	65,75%
	5	2.769,75	2.649,93	1.112,97	3.762,90	993,15	35,86%	2.823,05	1.298,60	4.121,65	1.351,90	48,81%	2.996,17	1.498,08	4.494,25	1.724,50	62,26%
	4	2.676,64	2.568,92	1.078,95	3.647,87	971,23	36,29%	2.738,91	1.259,90	3.998,81	1.322,17	49,40%	2.908,90	1.454,45	4.363,35	1.686,71	63,02%
	3	2.586,65	2.490,40	1.045,97	3.536,36	949,71	36,72%	2.657,29	1.222,35	3.879,64	1.292,99	49,99%	2.824,17	1.412,09	4.236,26	1.649,61	63,77%
	2	2.499,69	2.414,29	1.014,00	3.428,29	928,59	37,15%	2.578,10	1.185,93	3.764,03	1.264,34	50,58%	2.741,92	1.370,96	4.112,88	1.613,18	64,54%
	1	2.415,66	2.340,51	983,02	3.323,53	907,87	37,58%	2.501,28	1.150,59	3.651,87	1.236,21	51,18%	2.662,06	1.331,03	3.993,08	1.577,42	65,30%
AUXILIAR	15	2.334,45	2.225,12	934,55	3.159,66	825,22	35,35%	2.368,24	1.089,39	3.457,64	1.123,19	48,11%	2.511,37	1.255,69	3.767,06	1.432,61	61,37%
	14	2.255,97	2.136,08	897,15	3.033,23	777,27	34,45%	2.269,65	1.044,04	3.313,69	1.057,73	46,89%	2.403,23	1.201,61	3.604,84	1.348,87	59,79%
	13	2.180,13	2.050,65	861,27	2.911,93	731,80	33,57%	2.175,20	1.000,59	3.175,79	995,66	45,67%	2.299,74	1.149,87	3.449,61	1.269,48	58,23%
	12	2.106,83	1.968,68	826,85	2.795,53	688,69	32,69%	2.084,69	958,96	3.043,65	936,82	44,47%	2.200,71	1.100,35	3.301,06	1.194,23	56,68%
	11	2.036,01	1.890,03	793,81	2.683,84	647,83	31,82%	1.997,98	919,07	2.917,06	881,05	43,27%	2.105,94	1.052,97	3.158,91	1.122,90	55,15%
	10	1.967,55	1.800,82	756,35	2.557,17	589,62	29,97%	1.896,60	872,44	2.769,04	801,49	40,74%	1.992,37	996,19	2.988,56	1.021,01	51,89%
	9	1.901,42	1.729,00	726,18	2.455,18	553,76	29,12%	1.817,79	836,18	2.653,97	752,55	39,58%	1.906,58	953,29	2.859,87	958,45	50,41%
	8	1.837,50	1.660,07	697,23	2.357,30	519,80	28,29%	1.742,27	801,45	2.543,72	706,22	38,43%	1.824,48	912,24	2.736,72	899,22	48,94%
	7	1.775,71	1.593,92	669,45	2.263,36	487,66	27,46%	1.669,91	768,16	2.438,08	662,37	37,30%	1.745,91	872,96	2.618,87	843,16	47,48%
	6	1.716,03	1.530,45	642,79	2.173,23	457,21	26,64%	1.600,59	736,27	2.336,86	620,83	36,18%	1.670,73	835,36	2.506,09	790,07	46,04%
	5	1.658,33	1.458,64	612,63	2.071,26	412,93	24,90%	1.519,63	699,03	2.218,67	560,33	33,79%	1.580,63	790,32	2.370,95	712,62	42,97%
	4	1.602,59	1.400,64	588,27	1.988,91	386,33	24,11%	1.456,61	670,04	2.126,64	524,06	32,70%	1.512,57	756,28	2.268,85	666,26	41,57%
	3	1.548,70	1.344,98	564,89	1.909,88	361,17	23,32%	1.396,21	642,26	2.038,46	489,76	31,62%	1.447,43	723,72	2.171,15	622,45	40,19%
	2	1.496,64	1.291,57	542,46	1.834,02	337,39	22,54%	1.338,33	615,63	1.953,97	457,33	30,56%	1.385,10	692,55	2.077,65	581,02	38,82%
	1	1.446,34	1.240,30	520,93	1.761,23	314,89	21,77%	1.282,88	590,12	1.873,00	426,66	29,50%	1.325,46	662,73	1.988,19	541,84	37,46%

Elaboração: Economista Washington Luiz Moura Lima

Informe-se • Jornal de Comunicação Interna do Superior Tribunal de Justiça (STJ)

Presidente: ministro Raphael de Barros Monteiro Filho • **Vice-presidente:** ministro Francisco Peçanha Martins • **Secretária-geral da Presidência:** Ana Luísa Dornelles • **Diretor-geral:** Miguel Augusto de Campos • **Secretário de Comunicação Social:** Armando Cardoso • **Assessor adjunto:** Gerson Gonçalves de Matos • **Coordenador de Editoria e Imprensa:** Paulo Antônio Soares Cotta • **Editora do Informe-se:** Deuza Lopes • **Chefe de Reportagem:** Regina Célia Amaral • **Revisão:** Mari Lúcia Del Flaco • **Impressão:** Seção de Reprografia e Encadernação • **Tiragem:** 5 mil exemplares • **Contatos:** (61) 3319-8586 / informe-se@stj.gov.br